

GABRIEL SILVEIRA MENDONÇA

**O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARTÍN-BARÓ:
REFLEXÕES A PARTIR DO MATERIALISMO
HISTÓRICO-DIALÉTICO**

PUC-CAMPINAS

2017

GABRIEL SILVEIRA MENDONÇA

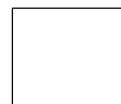
**O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARTÍN-BARÓ:
REFLEXÕES A PARTIR DO MATERIALISMO
HISTÓRICO-DIALÉTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia do Centro de Ciências da Vida – PUC-Campinas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Lúcia Trevisan de Souza

PUC-CAMPINAS

2017



Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t302 **Mendonça, Gabriel Silveira.**
M539c **O conceito de ideologia em Martín-Baró: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético / Gabriel Silveira Mendonça.- Campinas: PUC-Campinas, 2017.**

201p.

Orientadora: Vera Lúcia Trevisan de Souza.

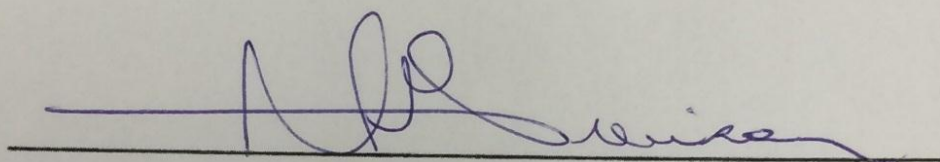
Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia. Inclui bibliografia.

1. Psicologia Social . 2. Ideologia. 3. Alienação. 4. Psicologia. 5. Martín-Baró, Ignacio I. Souza, Vera Lúcia Trevisan de. III. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

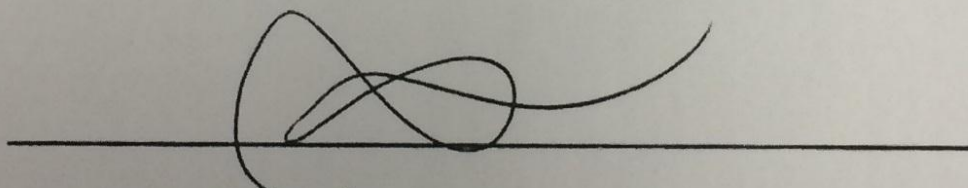
GABRIEL SILVEIRA MENDONÇA

O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARTÍN-BARÓ:
REFLEXÕES A PARTIR DO MATERIALISMO
HISTÓRICO-DIALÉTICO

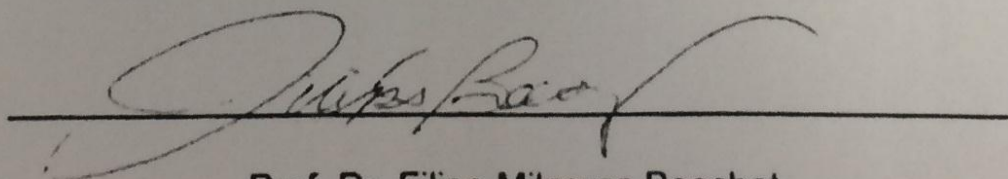
BANCA EXAMINADORA



Presidenta Prof^a Dr^a Vera Lúcia Trevisan de Souza



Prof^a Dr^a Raquel Souza Lobo Guzzo



Prof. Dr. Filipe Milagres Boechat

PUC-CAMPINAS

2017

Com amor, dedico ao meu pai, pelos seus 50 anos de vida, pelo apoio incondicional, pela inspiração, pelo grande ser humano que é.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ pelo apoio e financiamento deste curso de mestrado.

Aos amigos e parceiros dos tempos de Psicologia da UFG Alexandre, Amanda, Arthur, Daviane, Domenico, Douglas, Fernando, Gervásio, Karina, Larissa Rodrigues, Leandro, Mariah, Rodolfo, Susie, Thales e toda turma do CRISE pelos bons momentos de ajuda e aprendizado compartilhados.

A todos meus colegas de turma e Pós-Graduação, especialmente, Carol, Cássio, Fernanda, Guilherme Tostes, Lu Miyuki, Mari, Manu e Mharianni, pelos encontros formais e informais.

Aos colegas do GEP-INPSI: Carol, Mari Lemos, Mari Feldman, Edu, Simone, Ju, Tamiris, Fernanda, Flávia, Marcos, Larissa, Luiz e Lucian. E aos parceiros de trabalho no projeto ECOAR: Laura, Lia e Yuri.

Aos colegas de PROSPED, Lilian Dugnani, Juliana de Jesus, Maura Assad Pimenta Neves, Eveline Pott, Luciana Miyuki, Fernanda Medeiros, Cassio Oliveira, Guilherme Arinelli, Vânia Ramos, Rafael Favarin, Claudia Gomes e Magda Venancio, pela recepção calorosa, a partilha de cada manhã e o grande aprendizado.

À Amélia, Carol e Elaine, secretárias da Pós, pela ajuda semanal.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação Raquel Souza Lobo Guzzo, Wagner de Lara Machado, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon, Márcia Hespanhol Bernardo e Vera Lúcia Trevisan de Souza.

À professora Raquel Guzzo, pela participação na banca e pela orientação no primeiro ano desta pesquisa.

Ao também membro da banca Filipe Boechat pela participação e as valiosas contribuições à esta dissertação.

À minha admirada orientadora Vera Lúcia Trevisan. Muita gratidão pela sua ajuda, seu respeito, seu incentivo, pelo carinho, pela gentileza, pelos grandes ensinamentos e pela oportunidade.

Aos campineiros que tive a alegria de bons momentos partilhar: Bryan, Dan, Fabiano, Gui, Lu Aranha e Mat. E ao paulistano Rafael Aiello.

À Flávia e Raquel por terem contribuído para minha chegada e estadia em Campinas.

Ao meu psicólogo Ricardo dos Santos pela oportunidade, pela força, pelas experiências, todos aprendizados e conquistas.

Aos colegas e professores nos cursos do Ligare em Americana-SP. Um agradecimento como prevenção ao esquecimento.

Aos amigos e apoiadores Maraiza, Luciano, Amanda, Thales, Rodolfo, Olívia, Douglas, Leandro, Tati, Filipe Malta, Luciano, Gervásio e Fernando, que, cada um à sua maneira, me ajudaram a seguir e chegar até aqui.

Às amigas Carol e Larissa Baima, pela oportunidade de conhecê-las, tê-las como amigas, apoiadoras e verdadeiras companheiras dos momentos mais duros de vida campineira.

Aos meus familiares (tios, primos e avós), pelo aprendizado de cada dia, pelas histórias, desafios e alegrias que nos fortalecem.

Aos meus irmãos Mauro, Pedro, Rebeca, João Lucas e Luiz Guilherme, pelas aventuras, atritos, incentivos e parcerias.

Aos meus pais, Mauro e Luciene, gênese elementar do que sou, pelo amor e pelo exemplo.

Remo

E na porta mal feita
da realidade (im)posta,
sobrenadam, estreitas,
as coisas que sei de você...

Além do si,
Além do quê.
Ser

Porto não lacônico
Travessia voraz
Ca'paz

(Leandro Caetano)

RESUMO

Mendonça, Gabriel Silveira. O conceito de ideologia em Martín-Baró: reflexões a partir do materialismo histórico-dialético. 2017. 201 pp. – Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Campinas.

Esta pesquisa discute o conceito de ideologia na obra de Ignacio Martín-Baró, precursor da psicologia da libertação. Um dos conceitos mais controversos no âmbito das ciências sociais, ideologia tem lugar fundamental na obra do psicólogo espanhol-salvadorenho, considerado por ele como objeto de estudo da psicologia social por excelência. Partimos do materialismo histórico dialético e de discussões sobre ideologia presentes nesta tradição teórica e de debates sobre o referido conceito no pensamento social moderno e na psicologia internacional e latino-americana para refletir sobre as formulações do autor. Debruçamo-nos sobre suas formulações levando em consideração o conjunto de sua obra, o contexto histórico de sua produção e as principais influências conjunturais às suas produções, como a guerra civil salvadorenha e a Teologia da Libertação. Seleccionamos os 22 textos de Martín-Baró que apresentam em seus títulos e/ou resumos o conceito de ideologia e/ou termos derivados (ideologização e desideologização), e/ou conceitos de alienação e/ou conscientização e analisamo-los na sequência temporal de suas elaborações. Nossa análise permite afirmar que Martín-Baró reflete sobre as possibilidades de ação dos psicólogos nas dimensões subjetivas da vida produzidas por situações objetivas de opressão e exploração. Pois é neste sentido que é discutido o conceito de ideologia, o qual, ao longo da obra, possui diferentes significados, um que é sinônimo de visão de mundo e outro, mais elaborado, como falsa consciência que encobre e oculta os determinantes sociais segundo os interesses da classe dominante. A ideologia, por sua vez, fomenta nas classes dominadas uma consciência alienada que as impede de compreender sua realidade, formarem uma identidade própria e serem sujeitos de sua própria história. Frente a esta função ocultadora e classista que a ideologia possui e suas consequências, o autor reivindica a desideologização como forma de desconstruir a ideologia dominante, a desalienação para possibilitar que os sujeitos superem a consciência alienada e ambas como componentes da conscientização que, orientada politicamente em favor das maiorias populares, visa construir novas formas de consciência crítica e de relações com horizonte transformador e libertador.

Palavras-chave: Psicologia da Libertação; Martín-Baró; ideologia; conscientização; alienação; psicologia social.

ABSTRACT

Mendonça, Gabriel Silveira. The concept of ideology in Martín-Baró: reflections from the Dialectical-Historical Materialism. 2017. 199 pp. - Dissertation (Master in Psychology) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Campinas.

This research discusses the concept of ideology on the work of Ignacio Martín-Baró, the pioneer of Liberation Psychology. One of the most controversial concepts within the Social Sciences, ideology has a fundamental place in the work of this Spanish-Salvadoran psychologist, who considered this concept as a study object from Social Psychology. We start from the Dialectical-Historical Materialism and from present discussions about ideology on this theoretical tradition, also from debates about the referred concept on the modern social thought and on the international and Latin-American psychology, to reflect the author's formulations. We focused on his formulations considering the whole of the work, the historical context of his productions, and the main conjunctural influences, like the Salvadoran civil war and the Liberation Theology. We have selected 22 texts from Martín-Baró that presented in their titles and/or abstracts the concept of ideology and/or derived terms (ideologization and de-ideologization), and/or concepts of alienation and/or consciousness and analyzed them on the time sequence of their elaborations. Our analysis allows us to affirm that Martín-Baró reflected about the possibilities of psychologists actions on the subjective dimensions of life produced by objective situations of oppression and exploitation. It is in this way that he discusses ideology, considering that it changes its meaning throughout his work, one that is a synonymous of 'point of view', and the other, more complex, known as a false consciousness that conceals and hides the social determinants according to the interests of the dominant class. Ideology foments in the dominated classes an alienated consciousness which prevents them from understanding their own reality, their own form and identity and to be the subject of their own story. Against this occulting and classist function that ideology possesses, the author claims for the de-ideologization as a way to deconstruct the dominant ideology, the disalienation to enable the individuals to overcome the alienated consciousness and both as components of a conscientization that aims to build new ways of critical consciousness and relations with a transformer and liberator horizon, politically oriented in favor of popular majorities.

Key-words: psychology of liberation; Martín-Baró; ideology; social psychology; conscientization; alienation.

Sumário

I. INTRODUÇÃO.....	12
II. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR IDEOLOGIA.....	30
2.1 HISTÓRIA, TEORIA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: UMA PERSPECTIVA ONTOLÓGICA.....	30
2.2. IDEOLOGIA, MARXISMO E PENSAMENTO SOCIAL MODERNO.....	36
2.2.1. <i>Marxismo e ideologia: uma compreensão.....</i>	39
2.2.2. <i>Positivismo e ideologia.....</i>	50
2.2.3. <i>Historicismo e ideologia.....</i>	53
2.2.4. <i>O debate sobre ideologia no marxismo do final do século XIX e início do século XX.....</i>	55
2.2.5. <i>A ideologia em Althusser.....</i>	59
2.3. SOBRE IDEOLOGIA E PSICOLOGIA.....	65
2.3.1. <i>Ideologia em debate na Psicologia internacional.....</i>	67
2.3.2. <i>Ideologia nos debates da Psicologia latino-americana.....</i>	70
2.4. PSICOLOGIA DA LIBERTAÇÃO: UMA APRESENTAÇÃO.....	74
III. MÉTODO.....	78
3.1. FUNDAMENTOS DO MÉTODO.....	78
3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	80
3.3. FONTES E PLANO DE ANÁLISE.....	84
IV. MARTÍN-BARÓ: CONTEXTO, PERCURSO E OBRA.....	94
4.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA OBRA DE MARTÍN-BARÓ.....	94
4.1.1. <i>América Latina e El Salvador nos anos 1970 e 1980.....</i>	94
4.1.2. <i>Os anos 1980 e a guerra civil salvadorenha.....</i>	100
4.1.3. <i>A Universidade Centro-americana José Simeón Cañas.....</i>	104

4.1.4. <i>A Teologia da Libertação nos 1970 e 1980</i>	107
4.2. PERCURSO E OBRA.....	110
V. O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARTÍN-BARÓ	118
5.1. A CONSTRUÇÃO DE UM AUTOR PSI: MARTÍN-BARÓ FORMANDO-SE PSICÓLOGO	119
5.2. AÇÃO E IDEOLOGIA: REPENSANDO A PSICOLOGIA SOCIAL NO ÁPICE DE UMA GUERRA CIVIL.....	136
5.2.1. <i>Ideologia</i>	138
5.2.2. <i>Alienação e conscientização</i>	145
5.3. A CONSOLIDAÇÃO TEÓRICA E CIENTÍFICA DE MARTÍN-BARÓ	151
5.3.1. <i>As condições objetivas de vida e a produção da subjetividade: ideologia, alienação e os desafios ao exercício dos psicólogos</i>	154
5.3.2. <i>A ideologia no senso comum</i>	158
5.3.3. <i>A psicologia como ideologia</i>	160
5.3.4. <i>Desideologização como tarefa</i>	164
5.3.5. <i>A conscientização como aporte ao horizonte da libertação</i>	169
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

I. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa bibliográfica de cunho teórico fundamenta-se no materialismo histórico-dialético com o propósito de compreender o conceito de ideologia nas formulações teóricas de Ignacio Martín-Baró. Pretende contribuir para o processo de resgate teórico e histórico de uma proposta desenvolvida a partir da proliferação, no continente latino-americano, de debates sobre a chamada “crise da psicologia social” nos anos 1970, no contexto de intenso acirramento de conflitos sociais em El Salvador durante as décadas 1970 e 1980.

Martín-Baró é conhecido pelo desenvolvimento de uma proposta contra hegemônica de Psicologia que, inspirada na Teologia da libertação, no marxismo e nas aspirações dos movimentos populares da América Latina, foi denominada Psicologia da Libertação (Dobles, 2009). Diversos autores brasileiros e latino-americanos (Freitas, 1996; Lane & Freitas, 1997; Dobles, 2009; Lacerda Jr. & Guzzo, 2011; Sandoval, Amaral, Ansara, 2014) destacam sua importância teórica para a Psicologia na América Latina, especialmente para a Psicologia Social Crítica e a Psicologia Social Comunitária. Outros estudiosos (De La Torre, 1989; Álvaro e Garrido, 2007; Dobles, 2009; Lacerda Jr., 2010; Burton, 2013) também destacam sua produção como um dos pontos mais importantes do impulso crítico e renovador na psicologia latino-americana que despontaram com a crise da Psicologia Social e os conflitos sociais na América Latina, entre as décadas de 1970 e 1980.

A maior parte de sua obra foi desenvolvida em El Salvador, um pequeno país localizado na América Central que, entre os anos de 1970 e 1980, estava inserido em um impetuoso contexto de ditadura militar (Dobles, 2009; Burton, 2013). Este caracterizado pela exclusão da classe trabalhadora, profunda desigualdade social, mortes, assassinatos, repressão em massa, perseguições políticas, torturas e prisões

que representam as marcas históricas do que se concretizou em uma guerra civil de 12 anos: cerca de 75 mil mortos (Call, 2002) e o brutal assassinato do referido precursor da Psicologia da Libertação.

Em tal contexto, Ignacio Martín-Baró produziu um legado intelectual de mais de 100 artigos e 7 livros sobre diversos temas pertinentes às realidades salvadorenha e latino-americana, à ciência psicológica etc. Para De La Corte¹ (2001), um dos principais pesquisadores do legado de Martín-Baró, é possível apreender essa obra por meio de dois eixos temáticos articuladores. O primeiro, desenvolvido primordialmente nos anos 1970, articula-se ao tema da pobreza e se organiza em três trajetórias: o estudo de problemas habitacionais, especialmente a aglomeração; a questão do machismo, da mulher e da família em El Salvador; e o fatalismo. Já o segundo eixo temático teria se desenvolvido nos 1980, articulando-se ao tema da guerra. As três trajetórias deste eixo seriam: a violência e a guerra; a religião e o comportamento político; e a opinião pública.

Além dessas, Lacerda Jr. e Guzzo (2011) ressaltam outras problemáticas que foram importantes na obra do autor, mas não enfatizadas por De La Corte (2001), como: drogadição, papel da universidade, processos pedagógicos, racismo, análises sobre as camadas e classes sociais, ética, processos grupais, psicologia do trabalho, entre outros. Ressaltam ainda que de “particular importância são seus trabalhos sobre o papel do psicólogo e sua enorme revisão crítica das categorias básicas da Psicologia Social, assim como a formulação de uma concepção alternativa” (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011, p.23).

¹ Dentro do que temos conhecimento, as pesquisas de De La Corte (1998, 2001) representam um dos estudos mais sistemáticos sobre toda a produção de Martín-Baró. Apesar disso, sua perspectiva de análise atribui pouca ênfase aos fundamentos e conceitos teóricos do autor, bem como ao referencial marxista e a perspectiva política imbricada em tal obra, que parecem não muito agradar ao pesquisador que se reconhece como um “liberal (em sentido político e moral, não tanto econômico)” (De La Corte 2001, p.215) e simpático ao pensamento pós-moderno.

Por outro lado, visando apreender o projeto ético-político da Psicologia da Libertação, Pereira (2013), com base no materialismo histórico-dialético, realizou uma pesquisa historiográfica que traçou o panorama geral das raízes históricas da obra de Martín-Baró, como o contexto social salvadorenho, a teologia da libertação e o marxismo. Além disso, fez um balanço dos principais conceitos postulados nesses escritos, tais como: conscientização, ideologia-desideologização, opinião pública, fatalismo, processos grupais, poder, violência, guerra, universidade, sociedade e libertação.

Reconhecendo a importância das pesquisas realizadas, principalmente a densa discussão feita por Pereira (2013), alguns dados indicam a existência de poucas pesquisas brasileiras sobre as contribuições do autor, sobretudo em referência às suas investigações teóricas e empíricas sobre fenômenos psicossociais específicos.

Em uma busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na Biblioteca de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e nas bibliotecas digitais de teses e dissertações da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de São Paulo com as palavras-chave Martín-Baró ou Psicologia da Libertação para todos os campos e sem delimitação temporal, foram encontrados somente 14 trabalhos de tese e dissertação que referem-se à obra do referido autor. Para refinar a busca referente ao tema de nossa pesquisa, procuramos também com termos combinados, como: ideologia e Psicologia da Libertação; ideologia e Martín-Baró; Martín-Baró e conscientização; Martín-Baró e alienação; Martín-Baró e psicologia comunitária. Contudo, todos os textos encontrados se incluíam no resultado da pesquisa anterior.

Com a leitura de todos os resumos, é possível dizer que encontramos pesquisas que se referem: a práticas do psicólogo em contexto como a escola (psicologia escolar), a rede de assistência e junto a movimentos sociais; a fenômenos psicossociais analisados à luz da Psicologia da Libertação; a investigações de cunho histórico e epistemológico.

Macedo (2006), em uma investigação sobre os sentidos da violência doméstica praticada por pais e/ou responsáveis contra crianças e adolescentes, utilizou Martín-Baró como uma das referências teóricas na análise dos processos de socialização, discutindo a inserção da família na totalidade social e o quanto as famílias, sobretudo de classes populares, sofrem e reproduzem aspectos oriundos de uma violência estrutural. Huayhua (2007) teve Martín-Baró como um dos referenciais de análise em uma pesquisa sobre identidade e processos de aculturação de jovens argentinos, bolivianos e peruanos, emigrados na capital paulista.

Já a pesquisa de Dantas (2011), pertinente para nosso debate teórico, investigou o sistema de ideologias político-religiosas dos deputados federais da bancada evangélica na legislatura de 2007/2011 à luz do conceito de ideologia desenvolvido por Ignacio Martín-Baró. Sua busca encontrou o que denominou de pressupostos ideológicos, como: o mito do consenso, a negação do antagonismo e a normatização da política, o compromisso com a representação genérica, a conservação da moralidade instituída e a preservação do *status quo*.

No diálogo entre Psicologia e educação, Moreira (2010; 2015) discutiu as possibilidades de intervenções críticas do psicólogo em escolas públicas de Educação Básica e inspirou-se no conceito de situação-limite do referido autor para argumentar a necessidade desse profissional estar inserido, para ações preventivas e favorecedoras, no cotidiano de desenvolvimento dos estudantes. Fernandes (2015)

discute o processo grupal como possível instrumento de resistência ao sofrimento, adoecimento e alienação no trabalho de professores da rede estadual de São Paulo. Além de trazer Martín-Baró, junto com Silvia Lane e a psicologia histórico-cultural, como base teórica de sua compreensão histórico dialética dos grupos. Conclui-se, então, que o grupo pode potencializar o desenvolvimento de reflexões que promovem avanço nas consciências pedagógicas.

Ainda nesse âmbito, Conceição (2012) realizou uma pesquisa sobre desigualdade e permanência de alunos em uma escola técnica profissional de nível médio, por meio de uma pesquisa-ação, incluindo entrevistas e grupos focais; contou, também, com a Psicologia da Libertação, bem como a Psicologia Sócio-histórica e a Análise Institucional como base teórica de sua investigação.

No âmbito das políticas sociais, campo de atuação que pode ser discutido como da PSC, Senra (2009) estudou estratégias (individuais e/ou coletivas) para o enfrentamento das dificuldades do psicólogo no âmbito da Assistência Social. A partir da realidade do município de Campinas-SP, a autora afirmou haver uma desarticulação entre os profissionais da área, com prevalência de ações individuais, pouco debate sobre as ações profissionais voltadas à transformação social e escassa politização. Quadro este que indica a necessidade de construir estratégias para a conscientização dos profissionais e enfrentamento dos desafios nesta área, o que demanda uma articulação entre aspectos técnicos, políticos e coletivos dos psicólogos, visando, também, movimentos de resistência e ruptura em relação às imposições governamentais. Deste modo, aquilo que Martín-Baró considera o papel do psicólogo, a conscientização, nesse contexto, vale para os próprios profissionais da área frente sua realidade laboral.

Também nesta área, Ribeiro (2013) discute a inserção e atuação do psicólogo

no Sistema Único de Assistência Social a partir das Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e seminários e fóruns públicos de debate sobre a temática, ambas tendo reflexões de Martín-Baró somadas às suas fundamentações teóricas. Se por um lado traz conclusões que evidenciam contradições entre o que postula a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as orientações do CFP, bem como a reprodução de práticas hegemônicas, individualistas e subjetivistas e críticas à formação profissional, por outro, identifica também a existência de práticas de caráter comunitário, coletivo e grupal, o que considera ser o caminho mais fértil de ações conscientizadoras para os profissionais e dos profissionais.

Já Taffarello (2015) avaliou as possibilidades de práticas psicossociais comunitárias, desenvolvidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no Município de Várzea Paulista-SP, constituírem-se como fortalecedoras da participação política e autonomia (na contramão do fatalismo e da exclusão). O resultado foi a constatação de práticas ainda focadas em estratégias de reinserção no mundo do trabalho, as quais reforçam uma perspectiva neoliberal e mantenedora, sem contribuições no sentido de ampliar o envolvimento comunitário e político, indicando a necessidade de problematizações que avancem nesse sentido.

No que se refere ao estudo de fenômenos psicossociais além desses campos, situamos duas pesquisas. Cidade (2012) realizou uma busca sobre o fatalismo em jovens pobres envolvidos no Projeto Jovem Aprendiz em um bairro da periferia de Fortaleza. Compreende-se que a insegurança decorrente da vida em condições de pobreza faz com que os sujeitos produzam lógicas aleatórias em relação aos determinantes reais que constituem sua realidade, atribuindo seu destino a forças sobre-humanas e incorrendo em autoculpabilização e fatalismo, o qual, para Martín-Baró, é uma das expressões do conformismo latino-americano sob essencial

determinação da ideologia. O estudo sugere que práticas pautadas em reflexão e diálogo com horizonte libertador podem ser recursos para o enfrentamento do fatalismo.

A pesquisa de Campos (2015) baseou-se em pressupostos da Psicologia da Libertação e o conceito de trauma psicossocial para uma pesquisa intervenção acerca da memória de trabalhadores rurais sem terra que foram vítimas de um massacre ocorrido em conflitos no norte de Minas Gerais. Ante o sofrimento e a re-traumatização que perpetuam diante da impunidade dos promotores do massacre, a autora considera que práticas comunitárias favorecedoras de reflexões sobre os afetos contribuem para a compreensão das estruturas de violência transcendentais ao contexto específico. Para enfrentar e reverter o trauma psicossocial é necessário tornar o sofrimento em algo dialogável e reflexível, o que permite o reconhecimento da potência individual e grupal e deve se articular ao fortalecimento das lutas sociais contra a violência e impunidade no campo.

Dentre os dois estudos que visam fundamentos teóricos, epistemológicos e/ou conceituais, Gewehr (2010) estudou os elementos que caracterizam o desenvolvimento e os fundamentos específicos da Psicologia Social Latinoamericana, como: rompimento com a tradição epistemológica positivista, o envolvimento dos psicólogos sociais com os marginalizados; a busca de perspectivas críticas e assunção de uma posição de classe declarada. Para a autora, Martín-Baró é um dos autores pilares dessa tradição. O outro estudo, já mencionado, é a pesquisa de Pereira (2013), a qual traz uma fértil contribuição para a compreensão das especificidades da obra textual de Martín-Baró. Ante a convergência com o referencial teórico que adotamos, sua pesquisa histórica guarda semelhanças com aspectos desenvolvidos por Mendonça (2014), mas avança significativamente quanto à extensão da obra

percorrida, tanto em termos de quantidade, quanto aos conceitos discutidos².

Mesmo reconhecendo a importância das pesquisas apresentadas, o número de teses e dissertações que encontramos é pequeno, o que nos remete à divulgação da Psicologia da Libertação no Brasil. A esse respeito, a realização do *VI Congreso Internacional de Psicología Social de la Liberación*, em novembro de 2003, sob organização do Grupo de Pesquisa Avaliação e intervenção psicossocial – prevenção, comunidade e libertação, vinculado ao programa de Pós-graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, representou um marco na inserção e divulgação do pensamento de Martín-Baró no país³. Porém, frente ao quadro apresentado na revisão de literatura, podemos dizer que a inserção da Psicologia da Libertação em âmbito nacional ainda é incipiente.

É uma obra ainda pouco divulgada⁴. Os trabalhos originais sequer foram todos publicados em espanhol, o acesso aos textos também é limitado e em português a publicação restringe-se a cerca de seis textos⁵ originais. A recente publicação de um número especial da revista *Teoría y Crítica de la Psicología*, sob o título *La Psicología de la Liberación 25 años después de Martín-Baró*⁶, também ressalta a importância e a atualidade de estudos sobre o autor, bem como a permanência de questões

² Desse conjunto de teses e dissertações, as pesquisas de Dantas (2011) e Pereira (2013) aparentam ser as que mais convergem com o nosso tema. Já os textos de Senra (2007), Ribeiro (2013), Taffarello (2015) ressaltam a necessidade de desenvolver pesquisas e reflexões sobre teorias e métodos críticos para intervir na área.

³ Deste congresso resultaram dois livros que apresentam temáticas e estudos em afinidade com o pensamento contra hegemônico na Psicologia latino-americana. São eles: *Psicología Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (Guzzo & Lacerda Jr., 2011), o qual apresenta dois textos inéditos de Martín-Baró no Brasil e *Psicología & Sociedad: interfaces no debate sobre a questão social* (Lacerda Jr. & Guzzo, 2010).

⁴ Apenas recentemente a *Universidad Centroamericana José Simeon Cañas* passou a disponibilizar textos originais de Martín-Baró digitalizados em seu site oficial <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/>.

⁵ Os textos de Martín-Baró publicados em língua portuguesa que temos conhecimento são: *O papel do psicólogo* (1996); *Para uma psicologia da libertação* (2011); *Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-americana* (2011); *O método em Psicologia Política* (2013); *Psicología política latino-americana* (2013).

⁶ Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/index.php/TCP/issue/view/3>.

importantes abertas e latentes quanto à psicologia da libertação em sua proposta fundacional. Nesse sentido, falamos de resgate da obra de Martín-Baró justamente pela reduzida divulgação e inserção que possui nos círculos acadêmicos latino-americanos e brasileiros. Mesmo com alguns autores e pesquisadores brasileiros e estrangeiros desenvolvendo estudos sobre seu legado teórico (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011; Dobles, 2005; 2009; Lacerda, 2014), é possível declarar como objetivo desta pesquisa contribuir para o processo de divulgação da obra de Martín-Baró.

No âmbito latino-americano e internacional, ainda que no pequeno cenário da psicologia crítica em que possui maior inserção, as interpretações dos escritos deixados pelo psicólogo espanhol naturalizado salvadorenho têm enfrentado polêmicas de dimensões teóricas, ontológicas, epistemológicas e políticas. Para além do preciosismo acadêmico, destas tensões decorrem importantes e diferentes implicações para o acolhimento de sua obra em análises da realidade e práticas dos psicólogos. Nesse sentido, é relevante o estudo profundo e sistemático do conceito de ideologia, questão basilar na obra martinbaroniana, o que é fundamental para elucidar o potencial de suas contribuições.

De modo geral, as principais revisões da obra de Martín-Baró parecem estar se desenvolvendo por dois caminhos, não necessariamente desvinculados. Um deles remete às recuperações da obra por temas de pesquisa e discussões específicas por ele realizadas, como é o caso de De La Corte (2001). Outro, apreende de sua obra aquilo que se refere às críticas à Psicologia hegemônica e suas alusões atinentes ao horizonte da libertação para a Psicologia e as maiorias populares latino-americanas, compreendendo-os como um horizonte ético-político geral do que se faz psicológico, no qual um conjunto de psicólogos de perspectivas teóricas e epistemológicas diversas poderiam estar inseridos (Montero, 2011).

Entretanto, além desses destaques, os fundamentos teóricos e epistemológicos da proposta original da Psicologia da Libertação têm sido pouco estudados (dentre as exceções está a pesquisa de Pereira, 2013). Se por um lado há aqueles que reivindicam a necessidade de um resgate crítico da obra de Martín-Baró (Dobles, 2009; Lacerda & Guzzo, 2011⁷; Pereira, 2013; Lacerda Jr., 2014; Mendonça, 2014), explicitando em seus fundamentos teóricos, ontológicos, epistemológicos sua inspiração marxista⁸, por outro lado, há pesquisadores que apoderam-se dos fundamentos dessa obra tentando “purificá-la” de sua inspiração marxista e/ou renegando esta influência, atribuindo-a como ponto problemático (De La Corte, 1998; 2001). Diferenças que, em última instancia, beiram o antagonismo e reverberam em implicações contraditórias quanto aos horizontes teórico, científico, profissional e político da obra.

Embora nossa ênfase seja nas principais influências de sua obra, das quais destacamos o marxismo, é inegável a presença de outras correntes⁹ do pensamento social na fundamentação do autor. Afinal, a presença, ainda que crítica, da Psicologia Social tradicional de base positivista em seus textos (ver Martín-Baró, 1983/2012; 1989/2008) ou mesmo a referência a autores devedores do historicismo, como Berger e Weber (ver Martín-Baró, 1983/2012; 1989/2008), testemunham a tese, que já sugerimos alhures (Mendonça, 2014), de que Martín-Baró é um marxista não

⁷ Lacerda Jr. e Guzzo (2011, p.23) destacam a relevância também de “seus trabalhos sobre o papel do psicólogo e sua enorme revisão crítica das categorias básicas da Psicologia Social, assim como a formulação de uma concepção alternativa” e a necessidade de buscar os fundamentos que embasam o potencial crítico da obra de Martín-Baró.

⁸ Neste trabalho, assume-se os termos *materialismo histórico-dialético* e *marxismo* como sinônimos. Sabe-se que o termo marxismo é problemático pelas diversas interpretações e concepções epistemológicas, metodológicas, ontológicas, políticas que têm em comum a referência ao pensamento de Marx (Paulo Netto, 1985). Por isso, neste projeto, utilizam-se os termos em seu sentido amplo, no sentido do que Paulo Netto (1985) menciona como “tradição marxista”.

⁹ Assumimos a análise de Lowy (1985/2006; 2009), que concebe o pensamento social moderno no viés de três caminhos fundamentais, o positivismo, o historicismo e o marxismo, considerando a existência de diversas tentativas de mescla e intersecção entre eles (ver capítulo 01).

ortodoxo¹⁰. De tal modo, nos debruçarmos sobre problemáticas e conceitos centrais da obra de Martín-Baró é um importante passo para corroborar as tentativas de trazer à tona os potenciais críticos apresentados pela referida teoria.

Nessa direção, pode-se dizer que, quanto às concepções de ciência e a fundamentação teórico-conceitual, um dos problemas centrais de Martín-Baró refere-se à questão da ideologia nas ações e relações humanas, o que entende ser o objeto da psicologia social. No início dos anos 1980, após alguns estudos psicossociais sobre temas como machismo, família, aglomeração residencial e fatalismo, na conclusão de seu doutoramento, e impulsionado pelos desdobramentos da crise da psicologia social na América Latina e a emergência da guerra em El Salvador, Martín-Baró (1983/2012) toma para si a tarefa de revisar criticamente a psicologia social tradicional desde uma perspectiva das classes populares centro-americanas, cuja síntese está no livro *“Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica”* (1983). Frente a isso, o autor define a psicologia social como *“el estudio científico de la acción en cuanto ideológica”* (Martín-Baró, 1983/2012, p.17), e, com base nessa definição, formula uma interpretação própria de categorias importantes da área (atitude, socialização, percepção), bem como formula sua proposta epistemológica para a área. Com isso, volta a atenção da psicologia social às dimensões ideológicas das ações individuais e grupais, atentando-se, portanto, ao fenômeno da ideologia e suas implicações para a relação indivíduo e sociedade e as intervenções psicossociais.

O debate do autor acerca da ideologia antecede o texto de 1983, ainda na década de 1970, textos como *Del pensamiento alienado al pensamiento creativo*

¹⁰ Entendemos a ortodoxia marxista não como uma visão dogmática, mas, com referências à Lukács, considerando-a como o pensamento que não rompe com a perspectiva de Marx em termos de ontologia e método (Paulo Netto, 2011).

(1971) e *Elementos de concientización sociopolítica* (1974) se envolvem nessa temática. Contudo, em 1964 notamos a presença do termo em um dos primeiros textos do autor, *Ser y Sufrir* (1964/2015), quando o autor reflete sobre as múltiplas dimensões do sofrimento. De fato, sua presença marcante e definitiva se dá nos anos 1980, como confirma Pereira (2013), e permanece em suas discussões até os últimos textos em 1989.

Sobre o desenvolvimento deste conceito nos textos do autor, Pereira (2013) assinala que o tratamento deste conceito é controverso, pois em alguns momentos aparece com conotação neutra e em outros com tom pejorativo. É nesse sentido, com o intuito de revelar a dimensão dos significados de um conceito central na obra de Martín-Baró e analisar seu percurso, concepções e implicações, que apresentamos este trabalho.

A realidade social latino-americana ainda é emblema de diversos processos de exclusão, violência, desigualdade social e violação de direitos básicos. São fenômenos sociais que se manifestam enquanto expressões da velha “questão social” sob novas roupagens. Isto é, o conjunto de relações sociais que produzem e reproduzem a pobreza e a desigualdade social no mundo dos homens por intermédio da relação capital-trabalho, da desigual apropriação da riqueza social, da luta de classes (Montaño, 2012).

Apesar da ascensão de governos de esquerda de base popular em países como o Brasil, nas últimas décadas, a ampliação do acesso a políticas sociais e de consumo, pouco das injustiças estruturais que marcam a América Latina foram modificadas. Aqueles que outrora eram nomeados chefes estatais como esperança popular tornaram-se parceiros dos defensores da ordem social que, apesar de suas pretensas políticas compensatórias, mantém milhares de latino-americanos na

miséria, sem-teto, sem-terra, sem a garantia de seus direitos e necessidades basilares (Montaño, 2012). Nesse sentido, é uma realidade problemática que fomenta diversas formas de sofrimento humano, diante dos quais a Psicologia (científica e profissionalmente) é requerida a dar respostas e atenção para enfrentar e atenuar múltiplos problemas de âmbito individual e grupal.

Ao mesmo tempo em que se interpõe a necessidade da Psicologia atender-se para demandas e necessidades emergentes e latentes da realidade social latino-americana, coloca-se em questão o quanto as teorias, instrumentos e técnicas de intervenção psicológica contribuem para o enfrentamento dessa realidade desigual e opressora e não para reproduzi-la. Enquanto o escopo teórico das formações em Psicologia segue discutindo teorias eminentemente subjetivistas e mais próximas dos círculos acadêmicos do que da realidade social, os métodos de intervenção persistem predominantemente voltados para atuações em contextos tradicionais e que representam certo distanciamento da realidade profissional.

Recorremos ao estudo da Psicologia da Libertação justamente com o intuito de avançar no debate sobre alternativas críticas fornecidas pela psicologia para a compreensão e ação do psicólogo ante às expressões da questão social na sociedade latino-americana, bem como pela busca de estudos aprofundados sobre perspectivas teóricas da Psicologia que buscaram no marxismo bases para a crítica radical da estrutura social de classes. Esta perspectiva de psicologia forjou-se não somente em contextos diferentes dos tradicionais, como também com o entendimento dos sujeitos históricos oprimidos e explorados. Uma concepção cuja formulação e proposta de seu resgate não decorrem das imposições mercantis do mundo acadêmico, mas da necessidade e da disposição de somar potencialidades científicas aos esforços das maiorias populares em suas lutas cotidianas e processos de emancipação contra

todas as relações que as dominam, destroem, oprimem e emperram a construção de relações sociais mais justas (Gaborit, 2011).

Como membro do Centro Acadêmico de Psicologia da Universidade federal de Goiás (CAPsi-UFG), desde os primeiros anos da graduação, envolvido na articulação do movimento estudantil com demais movimentos sociais no município de Goiânia, com leituras sobre o pensamento marxista e estimulado pelos debates sobre o papel social do psicólogo e da Psicologia, estive a maior parte de minha formação indagando acerca do potencial transformador que profissionais e pesquisadores da área podem ter frente às desigualdades sociais motrizes da sociedade capitalista. Porém, foram somente nos últimos anos do curso, em meados de 2012, que efetivamente conheci a psicologia da libertação e o pensamento de Martín-Baró e suas sínteses acerca do fazer da psicologia ante as desigualdades sociais da realidade latino-americana.

No começo do ano seguinte, o qual já seria o meu 5º ano de curso, posterguei a conclusão da graduação para me inserir em um projeto de iniciação científica sobre a relação entre Psicologia e marxismo na América Latina e o estudo de aspectos da obra de Martín-Baró. Antes de começar esse ciclo de iniciação científica, tive a oportunidade de visitar El Salvador e Cuba, na busca de materiais que contribuíssem para o projeto de pesquisa do professor Fernando Lacerda Jr¹¹. No ciclo 2013/2 até 2014/1, estudei os problemas habitacionais e aglomeração residencial na obra do autor, desenvolvendo o trabalho de iniciação científica: *A psicologia da libertação e as questões habitacionais: Crítica, história e constituição* (Mendonça e Lacerda Jr. 2014). A questão da aglomeração na interpretação de Martín-Baró é um problema eminentemente ideológico (ver Mendonça e Lacerda Jr. 2015), como atesta o título de seu último artigo sobre o tema *El hacinamiento residencial: ideologización y verdad*

¹¹ *Articulações entre psicologia e marxismo: possíveis contribuições para uma história da psicologia crítica latino-americana.*

*de un problema real*¹² (Martín-Baró, 1985h). Indicação que também nos impulsiona para o estudo da ideologia.

Dessa pesquisa foram apreendidas questões atinentes às sugestões do autor pesquisado para a constituição de uma Psicologia Dialética e aspectos convergentes com os ideais marxistas, dentre os quais o destaque de categorias como classe social, modo de produção, história e dialética e a necessidade do protagonismo dos setores populares para alcançar a garantia de direitos e mudanças macrossociais.

Essas e outras conclusões dos estudos sobre habitação em Martín-Baró impulsionaram um conjunto de questionamentos sobre os pressupostos marxistas em tal obra. Assim, em meu trabalho de conclusão de curso, desenvolvi um estudo do principal livro do autor atinente à ideologia, intitulado “*As influências do marxismo na psicologia social de Ignacio Martín-Baró: um estudo do livro Acción e Ideología*” (Mendonça, 2014). Neste trabalho foi analisada a constituição de uma nova proposta epistemológica para a Psicologia Social apresentada pelo autor em um de seus textos mais marcantes. Buscamos compreender de que forma seus fundamentos teóricos e as categorias centrais na análise dos fenômenos sociais relacionam-se com pressupostos marxistas. As conclusões deste trabalho indicaram uma filiação teórica de Martín-Baró ao marxismo, especialmente pelo papel central que sua Psicologia Social atribui às categorias ideologia, classe social, dialética e alienação convergentes com sentidos empregados na tradição marxista e a declarada fundamentação em autores desta tradição teórica, como Marx, Engels, Althusser e Sève.

Considerando esta trajetória, deparamo-nos agora com uma preocupação peculiar sobre o conceito de ideologia, isto é, essa importante dimensão das ações humanas que Martín-Baró (1983) considerou ser o objeto de estudo da psicologia

¹² A aglomeração residencial: ideologização e verdade de um problema real (tradução livre).

social. No referido estudo inicial (Mendonça, 2014), pudemos destacar quatro dimensões sobre o conceito ideologia em Martín-Baró que se aproximam de teses correntes no marxismo a esse respeito: (a) a compreensão de ideologia como falsa consciência; (b) análise do fenômeno ideológico em relação intrínseca com as relações sociais e os antagonismos de classes; (c) ideologia como diferentes formas de expressão dos interesses de classe manifestos nas ações individuais ou grupais; e (d) a oposição entre ciência e ideologia. Quatro dimensões que se articulam e fazem referência a autores da tradição marxista ou influenciados por ela.

Porém, o referido trabalho consistiu somente em um estudo inicial, em que a questão não foi problematizada e com o campo de investigação restrito a um livro do autor. Na atual pesquisa, o estudo da ideologia é o foco das investigações, o qual tem como base um conjunto de textos extraídos de diferentes períodos da produção de sua obra, acreditando que, deste modo, é possível compreender seus fundamentos e concepções. Portanto, estudar os fundamentos e as concepções do eixo central da psicologia social – área de maior preocupação e importância na obra de Martín-Baró – é avançar no estudo aprofundado de um dos conceitos de grande importância para a psicologia social latino-americana, qual seja, ideologia. Termo que, como indica Konder (2002), é provavelmente o que apresenta a maior variedade de significados atribuídos, seja no âmbito teórico, científico e político, bem como na tradição marxista.

Nesta direção, o objetivo deste estudo é compreender o conceito de ideologia nas formulações teóricas de Ignacio Martín-Baró. Tarefa que pressupõe:

- (a) organizar a obra de Martín-Baró, identificar as produções em que aparece o conceito de ideologia em sequência histórica;
- (b) descrever o conceito de ideologia para Martín-Baró identificando as concepções teóricas e epistemológicas em sua base;

(c) relacionar o conceito de ideologia apresentado pelo autor à época de sua produção e ao contexto em que o desenvolveu.

Deste modo, esta dissertação divide-se em três partes. A primeira parte do presente texto reporta os fundamentos teóricos desta pesquisa, organizados em quatro seções: a primeira, discute nossa concepção sobre o ser social e a história na produção de conhecimento, bem como suas implicações para a pesquisa em Psicologia, aspecto fundamental para orientar o leitor sobre o lugar em que analisamos a realidade e o nosso objeto de pesquisa. A segunda disserta sobre a questão da ideologia nas ciências sociais, levando em conta o positivismo, o historicismo e o marxismo, não só pela demarcação de nossa inspiração marxista, como também pela já destacada influência que as diferentes correntes do pensamento social moderno têm, em maior ou menor grau, sobre a obra de Martín-Baró. A terceira apresenta os debates acerca da ideologia na Psicologia Social mundial e latino-americana como um movimento não isolado e específico do autor que pesquisamos; e a quarta seção se atém à introdução acerca da Psicologia da Libertação.

A segunda parte versa sobre a estrutura metodológica da investigação proposta, retoma os fundamentos do método, o contexto e cenário, e os procedimentos que utilizamos para reunir as fontes de pesquisa, organizá-las de modo a poder acessar os dados e analisá-los. Apresentamos também, neste capítulo, um quadro com as obras do autor e suas respectivas datas, assim como as razões que nos levaram a eleger as fontes de nossos estudos.

A terceira parte apresenta nossas análises, momento em que enfrentamos o desafio de mergulhar nos textos escolhidos e identificar elementos que permitissem nos aproximar da significação do conceito de ideologia, explorando os significados e sentidos compreendidos a partir do texto e do contexto de produção da obra. Assim,

texto e contexto, tomados como trama que se constitui dialeticamente, permitiram que fôssemos construindo os significados que apresentamos dentro de uma organização que nos pareceu pertinente aos propósitos da pesquisa: analisar o conceito de ideologia em Martín-Baró.

O texto se encerra com as considerações finais, momento de síntese, de objetivação da produção, do percurso de pesquisa e reflexão.

II. FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA PENSAR IDEOLOGIA

Os fundamentos teóricos desta pesquisa estão organizados em quatro seções. A primeira discute a nossa compreensão acerca da relação entre história, teoria e produção de conhecimento. A segunda discursa sobre diferentes concepções de ideologia no âmbito das três principais correntes de pensamento das ciências sociais modernas: marxismo, positivismo e historicismo. A terceira apresenta algumas considerações sobre o conceito de ideologia na psicologia social. Por fim, a quarta defende a psicologia da libertação como uma perspectiva de psicologia crítica devedora do marxismo.

2.1 História, teoria e produção de conhecimento: uma perspectiva ontológica

A compreensão da relação entre formulações teóricas (a produção de conhecimento) e a história é fundamental para o presente estudo, o qual tem como inspiração e base a ontologia do ser social elaborada por Marx e sistematizada por Lukács. Tentamos apresentar os nexos basilares que norteiam essa concepção teórica, cuja presente síntese se fortalece também com as colaborações de autores brasileiros, como Paulo Netto, Lessa e Tonet.

Essa concepção teórica se funda na premissa de que as relações humanas são determinadas essencialmente pela história humana e, por isso, têm como substrato indivíduos reais e suas condições concretas de existência. Nesse sentido, as relações humanas não são fruto de forças estranhas ou naturais pré-determinadas, não há nenhum substrato sobre-humano que funde o mundo dos homens¹³, além do conjunto de suas relações sociais (Ver Marx, 1844/1993; Marx e Engels, 1846/2002; Lessa, 1996).

¹³ Neste texto, o termo homem é utilizado no sentido genérico de humanidade, ser humano. Salvo algum destaque apresentado posteriormente.

Os homens são sujeitos de sua própria história, porém, “não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1852/1997, p.21). Pois, o ser humano constitui-se enquanto ser social e histórico atuando e relacionando-se dialeticamente com a natureza mediante o trabalho, e, a partir deste, diferencia-se dos outros animais pelo papel ativo na produção de seus meios de vida e organiza-se para satisfazer suas necessidades de existência (Marx, 1844/2012; Lessa e Tonet, 2011).

O trabalho é condição de existência para o ser social e elemento predominante para as formações sociais concretas; é o modelo, o ponto de partida da *práxis* social, isto é, de todas as atividades e objetivações humanas¹⁴. Isso significa dizer que, conforme Lessa e Tonet (2011, p.17), o marxismo assume uma perspectiva ontológica radicalmente histórica que tem como único pressuposto “o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza”. Logo, esse inalienável intercâmbio orgânico do ser humano com a natureza, o trabalho, é compreendido como o momento predominante e determinante último na esfera da totalidade social; é a base real a partir da qual se estrutura a vida social, política e intelectual e de constituição das classes sociais (Lessa, 2004; Antunes, 2005; Marx, 1844/2012; Paulo Netto, 2011; Lessa e Tonet, 2011).

Na sociedade capitalista, o entendimento do trabalho nos remete a duas dimensões articuladas: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. A primeira se refere à expressão da atividade genérico-social que produz valores de uso (coisas socialmente úteis e necessárias), o intercâmbio metabólico entre homens e a natureza, o momento predominante do trabalho e de dimensão essencialmente

¹⁴ Apesar do trabalho ser o fundante de todas as outras *práxis*, isto é, dos outros atos humanos, estes não podem ser reduzidos àquele (Lessa, 2004).

qualitativa. Já a segunda expressa a dimensão cotidiana do trabalho sob a ordem capitalista, a qual, embora também envolva dispêndio de força humana produtiva (física e/ou intelectual), não depende de seu caráter útil e concreto e é voltado para o mundo das mercadorias e da valorização do capital, portanto, se refere ao trabalho assalariado, abstrato e alienado. A primeira dimensão prevalece em relação à segunda, pois, se é possível, com a eliminação do capital e seu sistema, pensar uma sociedade em que inexista trabalho abstrato, estranhado e alienado, é impensável, no âmbito da sociabilidade humana, conceber a eliminação do trabalho concreto, criador de coisas socialmente úteis, (auto) transformador de seu criador. A retirada dessa dupla dimensão do trabalho e/ou a desconsideração da prevalência da dimensão concreta sobre a outra implica no risco, problemático, de confundi-las e/ou identificá-las. Por isso, é importante assinalar que o trabalho em seu sentido ontológico (elemento central na totalidade social humana), tal qual é apresentado nesta fundamentação teórica, não se confunde com os diversos significados atribuídos a este termo no cotidiano, tal como emprego ou trabalho assalariado (Antunes, 2005).

Ao assumir o trabalho e, por consequência, o modo de produção e reprodução da vida humana como elemento central para a compreensão da totalidade social¹⁵, o marxismo não nega a multideterminação dos fenômenos sociais, mas considera que o conjunto das relações humanas, seus conceitos, valores e concepções se estabelecem sobre bases concretas. Ou seja, as relações sociais são produzidas a partir da produção material, a partir das quais são criadas “também as ideias, as categorias, isto é, expressões abstratas ideais destas mesmas relações sociais”

¹⁵ Nessa compreensão, a sociedade capitalista corresponde a uma totalidade concreta, formada por outras totalidades de menor complexidade. Estas totalidades formam uma totalidade dinâmica à medida em que se relacionam de forma contraditória e em constante transformação. Por isso, a descoberta das relações (mediações) estabelecidas entre as totalidades constitutivas e a totalidade social (a sociedade capitalista) torna-se um elemento crucial para o estudo dos fenômenos sociais numa perspectiva marxista (Paulo Netto, 2011).

(Marx, 1846/2012, p.177).

É a partir do trabalho que se ergue toda a sociedade, seu modo de produção e se constituem as classes sociais. Com base na organização do trabalho e do modo produtivo de cada sociedade, estabelecem-se as classes sociais, os sujeitos históricos fundamentais, em relação à posição que ocupam quanto à posse dos meios de produção e apropriação da riqueza social produzida. Esse é o alicerce da tese de que a história da humanidade é a história das lutas de classes (Marx e Engels, 1848/2012).

A sociedade capitalista, embora não seja a primeira sociedade de classes¹⁶, possui peculiaridades quanto à sua organização do trabalho e suas classes fundamentais, com importantes implicações para a produção de conhecimento. Nessa sociedade, o trabalho, momento fundante da socialização e humanização, se torna assalariado e assume forma de trabalho alienado, converte-se de “primeira necessidade” em meio de realização, pois a organização do trabalho é estruturada a partir da separação entre força de trabalho, meios de produção e produtos do trabalho. A sociedade burguesa, estruturada na compra da força de trabalho alheia, na apropriação privada da riqueza socialmente produzida e na propriedade privada dos meios de produção, constitui-se como uma sociedade de classes fundada na contradição fundamental entre capital e trabalho, instituindo como classes sociais¹⁷ fundamentais os burgueses (proprietários dos meios de produção) e proletários (trabalhador urbano industrial detentor de força de trabalho). De modo que a força de trabalho humana, isto é, a nossa capacidade de produzir bens necessários à vida social, a expressão mais condensada do que temos enquanto gênero humano, é

¹⁶ Nos referimos às sociedades baseadas no modo de produção asiático, escravista e feudal (Lessa & Tonet, 2011).

¹⁷ Em cada modo de produção, as classes sociais têm duas representações estruturais principais determinadas pela posição que ocupam em relação à produção e apropriação da riqueza social, uma que produz a riqueza e outra que se apropria de sua maioria (Tonet, 2013).

convertida em mercadoria para a produção de capital. Ao converter a força de trabalho em mercadoria, a sociedade capitalista submete as relações humanas às mesmas leis do mercado, consolidando relações humanas como relações entre coisas (Antunes, 2005; Lessa e Tonet, 2011).

Não temos como objetivo explicar profundamente o funcionamento do capitalismo e suas implicações para o ser social em geral. Para o momento, nos interessam algumas noções básicas de suas implicações para a produção do conhecimento sobre os fenômenos do ser social. Nessa direção, se consideramos acima que nosso entender acerca da sociedade é importante sobre nossa forma de analisar os fenômenos sociais e que as classes sociais são o sujeito fundamental (não único) da história, também o são quanto ao conhecimento (Tonet, 2013).

É evidente a relevância das implicações da sociedade capitalista para o conhecimento científico social, sobretudo pelo fato de que o conceito moderno de ciências sociais, tal como o concebemos hoje, tem sua origem no mesmo período histórico de constituição desta forma de sociedade (Lukács, 1938/2010).

Em uma sociedade estruturada por lutas entre classes é impossível conceber alguma possibilidade de neutralidade em ciências sociais, tal como se pressupõe nas ciências da natureza. A ciência social é histórica e necessariamente engajada, orientada e ligada ao ponto de vista de uma classe social. De modo que, direta ou indiretamente, consciente ou não, os interesses objetivos e visões de mundo das classes sociais determinam o conhecimento em ciências sociais e manifestam-se nas teorias produzidas (Lowy, 1975).

Embora as classes sociais sejam formadas por indivíduos com inúmeros e variados interesses, os interesses básicos são comuns entre seus membros. Esses indivíduos singulares são também sujeitos da história, mas não com a mesma

importância das classes sociais. Suas ações, de maior ou menor destaque, expressam escolhas que os ultrapassam como indivíduos, manifestam interesses das classes sociais. Vale dizer que essa intrínseca articulação entre sujeito coletivo (classe social) e sujeito singular (indivíduo) não afirma uma determinação mecânica do primeiro sobre o segundo. Todavia, trata-se do momento predominante, em que é estabelecido o campo possível ao poder ativo do indivíduo. Por isso, também é válido dizer que no processo de conhecimento as classes sociais também são os sujeitos fundamentais (Tonet, 2013).

Desse modo, o ponto de vista de classe define, em ampla medida, o campo de visibilidade dos fatos sociais, aquilo que é ou não visto e apreendido. Em condições históricas determinadas e específicas, a aproximação e/ou distanciamento de determinados grupos ou classes sociais resultam em maiores ou menores possibilidades de apreensão real dos processos históricos e sociais. Do mesmo modo, toda teoria assume uma função social que estabelece uma relação com a realidade em sentido de sua reprodução ou transformação (Lowy, 1975; Tonet, 2013; Lacerda Jr., 2014).

Com isso, pressupõe-se que a gênese e a própria marginalização de elaborações teóricas não decorrem do acaso, mas são resultado de um processo real de desenvolvimento histórico objetivo que sustenta as possibilidades de interpretação da realidade e que privilegia teorias que corroboram os interesses dominantes e favorecem a reprodução de determinadas relações sociais. Além disso, as ideias possuem funções sociais que podem, inclusive, contradizer as intenções de quem as elabora (Marx e Engels, 1844/2012; Yamamoto, 1994; Lessa e Tonet, 2011; Lacerda Jr., 2014). Dessa forma, ao analisar um conjunto de ideias, faz-se necessário levar em consideração a análise do jogo de forças nas relações sociais e os fundamentos

históricos que sustentam determinada elaboração teórica¹⁸ (Lessa e Tonet, 2011; Marx, 1844/2012; Marx, 1846/2012).

2.2. Ideologia, Marxismo e pensamento social moderno

O termo ideologia é marcado por diferentes entendimentos e significados. Se partirmos do Dicionário Priberam da Língua Portuguesa para ver seus significados presentes no cotidiano linguístico, temos, no mínimo, três: “1. Ciência da formação das ideias; 2. Tratado sobre as faculdades intelectuais; e 3. Conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais, políticos que caracterizam o pensamento de um indivíduo, grupo, movimento, época, sociedade” (Priberam, 2016¹⁹). Quando partimos para discussão científica, as significações se multiplicam e se complexificam.

Para iniciarmos uma discussão científica sobre o conceito de ideologia, partimos de uma diferenciação fundamental entre o termo ideologia, a questão da ideologia e o conceito de ideologia. (I) O termo se refere à etimologia da palavra, origem e história. Por sua vez, (II) a questão da ideologia refere-se à discussão acerca da objetividade no conhecimento científico. Já (III) o conceito de ideologia, refere-se à compreensão ou definição de um fenômeno conceituado com tal termo.

O conceito de ideologia é um dos mais complexos e de variados significados no âmbito das ciências sociais modernas. Envolve uma imensidão de acepções, contradições, paradoxos, arbitrariedades, equívocos e mal-entendidos (Lowy 1985/2006; 2009; Konder, 2002). Em geral, suas definições também se remetem, direta ou indiretamente, ao problema da objetividade nas ciências sociais. No caso do marxismo, a relação entre a questão da ideologia e o conceito de ideologia é de suma

¹⁸ Para auxiliar nossa exposição, cabe aqui a advertência de que será também a partir dessa fundamentação teórica que inspiraremos o método a ser utilizado para esta pesquisa.

¹⁹ Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/ideologia> [consultado em 23-09-2016].

importância.

Mas qual a origem do termo ideologia?

Seja no contexto cotidiano, filosófico, sociológico, político, científico, o conjunto de definições atribuídas à palavra ideologia é extremamente amplo. Embora a questão da ideologia, tratada como pressões deformadoras sobre o processo de conhecimento, tenha sido discutida de diferentes formas, desde os filósofos gregos, é no início do século XVIII que surge o termo ideologia (Konder, 2002).

O surgimento do termo é datado do início do século XVIII²⁰, quando, em 1801, o francês Destutt de Tracy²¹ publicou um livro chamado “Elementos de ideologia” numa tentativa de elaborar uma ciência da gênese das ideias, concebendo-as como fenômenos naturais que exprimem a relação entre o corpo humano e o meio ambiente. Concebia ideologia como o estudo científico das ideias, pois, conhecendo as ideias a partir das sensações que as geram, seria possível compreender e criar um mundo melhor. Portanto, o termo ideologia era enunciado em sentido positivo, e ideólogos eram aqueles filósofos voltados à produção dessa ciência (Chauí, 1985; Konder, 2002).

Em princípio, os ideólogos eram partidários de Napoleão Bonaparte, apoiaram-no no que ficou conhecido como golpe de 18 Brumário e chegaram a assumir cargos no governo bonapartista, mas, com o tempo, romperam essa relação e passaram ao partido de oposição. O termo ideologia se divulgou e entrou para o linguajar cotidiano da época num discurso de Napoleão Bonaparte²² que criticava as pretensões

²⁰ Na sequência dos marcos da Revolução Francesa de 1789-1799.

²¹ Destutt de Tracy era membro do movimento enciclopedista francês (Lowy, 1985/2006; 2009), no qual se incluíam membros do “partido liberal e esperavam que o progresso das ciências experimentais, baseadas exclusivamente na observação, na análise e síntese dos dados observados, pudesse levar a uma nova pedagogia e a uma nova moral” (Chauí, 1985).

²² Conforme Chauí (1985, p.10) as palavras de Bonaparte foram “Todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos, em vez de adaptar as leis ao conhecimento do coração humano e às lições da história”.

filosóficas dos enciclopedistas franceses sobre seu governo . Napoleão chamou-os de ideólogos, por considera-los filósofos metafísicos imersos no mundo especulativo e em abstrações ignorantes em relação à realidade, e inverteu a imagem que tinham de si mesmos, como materialistas, realistas e antimetafísicos. Desse modo, atribuiu à ideologia um sentido negativo; então, esse se propagou em jornais, revistas, debates e pensadores. Considerar o ideólogo como aquele que inverte as relações entre as ideias e a realidade, então, é o sentido napoleônico, o qual será conservado por Marx (Chauí, 1985; Konder, 2002; Lowy, 1985/2006; 2009).

Desde então, diversos pensadores da filosofia e das ciências apresentam múltiplas concepções sobre ideologia, em geral em referência, também, à questão da ideologia (Konder, 2002; Lowy, 1985/2006), isto é, à objetividade no conhecimento científico. Neste texto, destacamos as três²³ principais posições teórico-metodológicas em ciências humanas a esse respeito: o marxismo (a qual reivindicamos), o positivismo e o historicismo.

Organizamos o texto de modo a apresentar a concepção de ideologia em que nos referenciamos primeiro, por isso, iniciamos com nossa apreensão do que é ideologia no pensamento de Marx. Em seguida, oferecemos uma síntese sobre ideologia no positivismo e no historicismo. Na sequência, evidenciamos algumas polêmicas e problemas em algumas interpretações marxistas vigentes na política e nas ciências sociais desde o início do século XX, com algum destaque para as formulações de Althusser, devido sua importância teórica para Martín-Baró, já indicada por Lacerda Jr. (2014) e Mendonça (2014).

²³ Cabe assinalar que sustentamos essa compreensão em Lowy (1985/2006; 2009) e que existem várias posições intermediárias entre essas correntes do pensamento, ou seja, diversas tentativas de aproximação entre positivismo e marxismo, positivismo e historicismo e entre historicismo e marxismo. Nossa intenção é somente assinalar as ideias principais que possuem em seu sentido clássico fundamental.

2.2.1. Marxismo e ideologia: uma compreensão

Apresentamos nossa compreensão sobre ideologia e marxismo como continuidade do eixo 2.1., visando uma interpretação coerente com o precursor dessa tradição teórica²⁴ e nos apoiando em Marx e pesquisadores como Chauí, Lowy, Konder, Lessa e Tonet. Para isso, retomamos, de forma esquemática, os fundamentos principais da concepção teórica inaugurada por Marx como ponto de partida para discutir a questão da ideologia e sua relação com o conhecimento, e para a compreensão de sua diferença ante o historicismo e o positivismo. Destacamos desta tradição teórica as seguintes teses:

1. A concepção de que não há nenhuma força natural ou sobre-humana que governe as relações sociais humanas, além das ações humanas e os determinantes históricos materiais construídos pelos próprios humanos nas suas relações com a natureza e entre si.
2. Todos os fenômenos sociais possuem caráter histórico, transitório e transformável. Isto é, a concepção dialética de que, no mundo social, inexistem elementos fixos, eternos e imutáveis, pois os fenômenos econômicos e sociais são, qualitativamente, distintos dos naturais, são produtos da ação humana e passíveis de serem transformados.
3. Em sociedades de classes, todo fenômeno social (objeto) e, ao mesmo tempo, todo conhecimento e ciência (sujeito) são circunstanciados socialmente e produzidos por humanos, inseridos e situados em relações sociais reais, que se articulam como uma totalidade social dividida em

²⁴ Importante consideração deve ser feita a respeito dos autores fundamentais que sustentam a concepção marxista de ideologia que adotamos nesse trabalho. No item que tratamos sobre os fundamentos principais adotados nessa dissertação, referimo-nos à teoria social de Marx e Lukács. Entretanto, no que concerne ao tema da ideologia, chegamos ao entendimento de que Lukács transcende as considerações de Marx. Por isso, nessa ocasião, priorizamos a concepção de Karl Marx.

classes sociais antagônicas. Por isso, todo conhecimento social e toda ciência social é, diretamente ou não, representante do ponto de vista de uma classe social²⁵ (Lowy, 1975; Lowy, 1985/2006; 2009; Lukács, 1938/2010, Konder, 2002, Lessa e Tonet, 2011; Marx, 1944/2012; 1847/2012).

Dito isso, fica evidente que consideramos impossível a neutralidade no âmbito do pensamento social e filosófico. E se nos ativermos à noção de ideologia como visão social de mundo, e que se opõe à neutralidade, assumir-se-ia que todo conhecimento é ideológico. Porém, a questão e a concepção de ideologia em Marx vão além, são um pouco mais complexas. Reconhecendo isso, e inspirados nas interpretações de Lowy (1985/2006; 2009) sobre essa discussão em Marx, consideramos ideologia e visão social de mundo (visão de mundo) como questões que se articulam, mas que, a princípio, não são iguais.

Como alegamos na discussão sobre a origem do termo ideologia, Marx deriva do significado napoleônico sua discussão sobre ideologia, concebendo-a como sistema ordenado de ideias e representações incapazes de compreender sua relação concreta com o real. Como consequência, considera ideólogos aqueles que invertem a relação entre as ideias e o real, que supõem serem as ideias as criadoras da realidade social, sem compreender a verdadeira conexão delas com as condições sociais, históricas e materiais em que são produzidas (Chauí, 1985; Konder, 2002).

Como já afirmamos, o pensamento marxista compreende que os homens constroem sua história com base no real, a partir de suas relações de produção, num

²⁵ Lowy (2006) assinala, com base em Marx, a possibilidade e a existência de posições divergentes no interior de uma mesma classe social por decorrência das frações existentes no interior de cada classe e a relações que cada uma estabelece com as demais classes sociais.

movimento incessante pelo qual os homens instauram sua sociabilidade e se fixam em instituições e formas sociais que lhes transmitem esses conteúdos culturais acumulados ao longo do tempo (como escolas, famílias, relações políticas, religiões, arte, língua). A partir de bases materiais, os homens também produzem ideias e/ou representações para explicar e compreender sua vida social e individual (para dar sentido ao seu cotidiano). Porém, pela forma como produzem e reproduzem a vida social, tendem a construir ideias que escondem ou não alcançam o modo real de produção de suas relações sociais e históricas. Esse ocultamento é a ideologia, a qual legitima as condições sociais de exploração e de dominação justificando o cotidiano (Marx e Engels 1946/2002; Chauí, 1985; Lessa e Tonet, 2011).

Nessa teoria, compreendemos ideologia como um processo objetivo e subjetivo resultante da prática social que produz concepções ilusórias sobre a realidade que cumprem a função de fazer despercebidas (ocultar) as determinações reais da vida e a dominação de classe, além de consolidar as ideias das classes dominantes como ideias prevalecentes de uma época histórica. É uma maneira, a predominante, de produzir ideias a partir de determinadas condições objetivas da existência social de uma sociedade dividida em classes (Chauí, 1985; Konder, 2002).

Mas como ocorre esse processo? O que o fundamenta? O que possibilita as ideias (e seus criadores) suporem-se autônomas em relação aos processos reais? Como essas ideias se tornam dominantes em um tempo histórico? Como as ideias da classe dominante se tornam imperantes?

Contraopondo-se aos ideólogos, que entendem a realidade como movida pelas ideias, Marx e Engels afirmam que, antes das ideias determinarem a realidade, são os processos reais que possibilitam e fundamentam-nas, quer dizer, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (Marx

e Engels, 1946/2002, p. 20). Por isso, buscam nos processos reais objetivos as determinações sociais da ideologia, encontradas no trabalho alienado, na divisão social do trabalho (separação entre trabalho manual e trabalho intelectual), na propriedade privada e nas lutas de classes (Chauí, 1985; Konder, 2002; Lowy, 1985/2006; 2009).

Como compreendem Marx e Engels, são as próprias relações entre os homens que fomentam a produção de ideias que ocultam a determinação de suas relações. Para explicar isso, vão ao determinante último da formação social capitalista, sua forma de trabalho predominante, em que encontrarão as raízes explicativas da alienação, fenômeno fundamental para a existência da ideologia (Marx e Engels, 1946/2002).

Como já afirmamos anteriormente, as relações sociais de trabalho da sociedade capitalista estruturam-se a partir da contradição entre proprietários privados dos meios de trabalho e proprietários de sua força de trabalho (trabalhadores). Os proprietários dos meios de produção compram a força de trabalho dos trabalhadores e se apropriam das riquezas por eles produzidas. A mercadoria produzida nesse processo aparecerá no mercado como se seu valor fosse determinado puramente pelas relações de mercado, quando, em verdade, tem seu valor determinado pelo trabalho social, pelo trabalho investido pelo trabalhador em sua função. Por sua vez, este trabalho (força de trabalho empregada) não recebe um valor igual ao que ele criou, aliás, não é pago pela totalidade da riqueza que produziu. Então, a mercadoria que aparece como coisa é, na verdade, trabalho social acumulado, neste caso, um trabalho social bem específico oculta a relação de exploração (Marx, 1844/2012).

Essa forma de trabalho efetiva-se como trabalho alienado, que desumaniza seu executor de si e do gênero humano, por quatro circunstâncias características,

começando pela alienação do processo de trabalho. Processo que não é determinado pelo seu executor, por vezes fragmentado, e tem sua totalidade processual desconhecida pelo trabalhador ou ainda a função dos procedimentos da produção que desempenha, ao mesmo tempo em que destrói o próprio corpo em uma atividade não-livre em um ato que não se caracteriza como satisfação de necessidades e auto-realização, mas como um meio, tornando-se apenas instrumento de produção. Ao fim desse processo, o trabalhador também está alienado do produto do seu trabalho, o qual não lhe pertence, nem em sentido humano, nem em sentido econômico. É mercadoria/propriedade de outrem e, por vezes, inacessível ao produtor. Isso se efetiva como alienação do produtor de si mesmo ao estranhar-se frente ao produto por ele objetivado; afinal, produz para viver e vive para produzir, somente objetiva/externaliza, mas não se reconhece nesse trabalho, não interioriza, não produz em seu sentido humano (consciente e ativo no processo), perdendo, assim, sua essência genérica e social. Quando o trabalhador não reconhece a si mesmo, torna-se incapaz de reconhecer o outro (aliena-se do outro), em seu sentido universal, enquanto pertencente ao mesmo gênero, o gênero humano (Marx, 1844/1993; 1844/2012).

O trabalho alienado caracteriza-se justamente por ser aquele em que o produtor não se reconhece em seu produto, pois suas condições, finalidades e valor independem do trabalhador, mas sim do proprietário dos meios de trabalho. Esse não reconhecimento faz com que o objeto apareça como um poder alheio. Porém, por ser o trabalho a atividade basilar na produção e reprodução da vida humana, efetivado de forma alienada, ele dá base para outras formas de alienação, isto é, para outros processos em que os sujeitos não se reconhecem como produtores de suas obras e sujeitos de suas histórias, concebendo-as como forças estranhas que o dominam e o

perseguem (Marx, 1844/2009; Chauí, 1985).

Uma vez que os produtos do trabalho se convertem em mercadorias que se relacionam no mercado, a dimensão social do trabalho, flagelada desde seu processo produtivo, tem a manifestação de seu caráter social apenas no momento da troca. Aquilo que é trocado, por ter incorporado trabalho humano, soa trocável pelas suas próprias características. A mercadoria assume propriedade de fetiche (fetichismo da mercadoria) e aparece como com vida própria (“humanizada”), com as características de seu criador, e oculta as relações humanas que a constituem (todo processo produtivo envolvido em sua produção), tornando-se submissos aos criadores. Os seres humanos desaparecem e se mostram em forma de coisas, suportes das operações entre coisas (produção, distribuição, circulação, consumo) num processo chamado de reificação, coisificação. O trabalhador é reduzido a mera mercadoria (força de trabalho), converte-se em coisa, que produz uma coisa (mercadoria) e recebe um salário (coisa). A criatura aparece como criadora, o mercado (ou as formas históricas de relação da sociedade burguesa) parece natural, como uma força estranha, enquanto o verdadeiro criador perde-se de si e de suas criações históricas e sociais. E a realidade aparece aos olhos de modo invertido (Marx, 1844/1993; 1844/2012; Chauí, 1985; Resende, 2001; Antunes, 2005).

Esse processo de alienação dá base para a ideologia, pois a forma capitalista de produzir e reproduzir a vida humana dá-se enrustindo-se a si mesma, ocultando dimensões humanas de seu processo. É um processo simultaneamente objetivo e subjetivo, como afirma Chauí (1985, p.31):

Não é produzida por um erro da consciência que se desvia da verdade, mas é resultado da própria ação social dos homens, da própria atividade material quando esta se separa deles, quando não podem controlá-la e são ameaçados e governados por ela.

A forma inicial da consciência é a alienação, isto é, o sujeito não se reconhece como produtor de suas criações, como sujeito de sua história, tomando-as como forças estranhas e alheias; é por isso, então, que a ideologia será possível. As ideias são tomadas como anteriores à práxis social, com poder espiritual autônomo regulador da ação material. Pois é somente pela divisão social do trabalho, em trabalho material e espiritual, pela separação real entre produção real da vida humana e reflexão sobre a vida, que a consciência pode imaginar ser diferente da consciência da *práxis* existente. Ou seja, representar realmente algo sem representar algo real, desvincular-se do mundo e entregar-se a abstrações, da filosofia, da teologia, da moral “puras” (Marx & Engels, 1846/ 2002; Chauí, 1985).

Como estão separados da produção, os pensadores (representantes intelectuais da classe dominante) encarregados de sintetizar as representações e explicações sobre o mundo real apresentam sua visão particular de classe como a de todos, cumprindo a função de justificar e reproduzir práticas cotidianas. A separação entre as esferas material e espiritual da vida dá a ilusão de que a construção das ideias faz-se em condições livres (teoria pura). Com isso, supõem-se que as construções intelectuais são livres e não o resultado das relações sociais e da posição social de classe; são incapazes, portanto, de reconhecer os determinantes de suas ideias (Konder, 2002; Marx e Engels, 1946/2012; Chauí, 1985; Lowy, 1985/2006; 2009).

Desta perspectiva, a ideologia não se confunde com subjetividade oposta à objetividade, nem pré-conceito/pré-noção, tampouco com um conjunto de ideias falsas, pois ela é produto de relações sociais, tem razões determinadas para surgir e se conservar, “é uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, de formas históricas determinadas de relações sociais” (Chauí, 1985, p.13).

As ideias da classe dominante constituem-se dominantes justamente por corresponderem às formas como se apresentam as relações sociais dominantes, e, portanto, encontram lastro, ainda que parcialmente, no real que se produz ocultando-se a si mesmo. A experiência imediata vivida e a alienação confirmam tais ideias, a ideologia simplesmente cristaliza em “verdades” a visão invertida do real, isto é, das relações materiais dominantes. Esse processo faz com que, em cada época e sociedade de classes, as ideias das classes dominantes sejam as ideias dominantes, faz com que a classe que possui o poder material também possua o poder espiritual (Konder, 2002; Marx e Engels, 1846/2012; Chauí, 1985; Lowy, 1985/2006; 2009).

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação (Marx e Engels)

Para poder explorar economicamente a classe dominante precisa dominar também politicamente a sociedade, e para isso tem como instrumento a ideologia e o Estado²⁶. Mas, se ideologia remete à consolidação das ideias da classe dominante em ideias dominantes, como isso aconteceu? Ao longo da história, as classes revolucionárias, para se tornarem dominantes, precisaram formular seus interesses a

²⁶ O Estado embora também apareça como realização de interesses gerais, é a forma pela qual os interesses políticos da classe mais poderosa (a dos proprietários) ganham aparência de interesses de todos. É a preservação dos interesses da classe que domina a sociedade, é a expressão política das relações de exploração na esfera econômica. Expressão política da sociedade civil dividida em classes (Chauí, 1985; Lessa e Tonet, 2011).

fim de ganhar apoio da maioria do meio social mostrando-os como relevantes à toda sociedade, isto é, dar caráter de universalidade às suas ideias. Esse foi o caso da burguesia (Marx & Engels, 1846/2012).

[As] ideias universais da ideologia não são uma invenção arbitrária ou diabólica, mas são a conservação (o fortalecimento, desenvolvimento e atualização) de uma universalidade que já foi real num certo momento (quando a classe ascendente realmente representava os interesses de todos os não dominantes) (Chauí, 1985, p.38).

As ideias particulares de uma classe que tiveram seu caráter máximo de universalização em um período revolucionário persistem como conjuntos lógicos sistematizados de representações (ideias e valores) e normas que prescrevem aos membros de uma sociedade dividida em classes como pensar, sentir, agir. Elucidações prescritivas, normativas, reguladoras que cumprem a função de dar explicações racionais para as diferenças sociais, políticas e culturais sem atribuí-las às diferenças constituídas na divisão da sociedade em classes. A ideologia pode até assumir diferentes formas de acordo com o tempo, como nos exemplos de embates entre conservadores e liberais, mas não deixa de conservar sua função. Ou podem também se revelar quando as ideias parecem estar em contradição com a realidade existente, como no caso das concepções que não denunciam e fazem permanecer ocultas as contradições que determinam o real (contradições das relações de produção, forças produtivas e relações sociais) (Chauí, 1985).

Entretanto, como qualidade de corpo teórico, ideias e valores, a ideologia apresenta “lacunas”, “brancos” explicativos, sem os quais não se sustentaria, pois sua coerência interna só acontece por esses espaços não preenchidos, do contrário, quebrariam a coerência da ideologia. Por essa característica da ideologia, não raramente, como alerta Chauí (1985), cometemos dois tipos de erros: (1) de supor a

possibilidade de superar uma ideologia “falsa” por uma ideologia “verdadeira”, ou (2) de afirmarmos que a ideologia “falsa” é a dos dominantes, enquanto a “verdadeira” é a dos dominados. Mas por que isso é errado? Primeiramente porque se uma ideologia fosse plena ela deixaria de ser ideologia, ela só é ideologia pelas suas lacunas explicativas. Além disso, uma vez que ideologia é um instrumento de dominação, é um contrassenso falar em ideologia dos dominados. Ainda a esse respeito, Chauí (1985) afirma que tais equívocos representam um salto da concepção marxista para a concepção positivista de ideologia.

De que forma, então, podemos enfrentar a ideologia? Ora, se emanam de relações sociais reais, não podem ser dissolvidas pela força da crítica. É sim possível e desejável contrapor a ideologia com a crítica da ideologia, com um conjunto de saberes reais, que muitos dominados têm, acerca da exploração, da dominação, da divisão de classes. Todavia, só podemos pensar na superação da ideologia com a superação das relações que a produz.

Assim como a chave explicativa para a existência da ideologia está nas lutas de classes, nas relações sociais reais postas desde a forma predominante de trabalho e produção, é a partir destas mesmas relações que podemos pensar conjuntamente na crítica da ideologia e nos processos objetivos capazes de superá-la, quer dizer, buscar um conhecimento científico da realidade mais apto a apreendê-la em sua totalidade e como ele se articula à superação da sociedade de classes.

A divisão social, que separa proprietários e destituídos, exploradores e explorados, que separa intelectuais e trabalhadores, sociedade civil e Estado, interesse privado e interesse geral, é uma situação que não será superada por meio de teorias, nem por uma transformação da consciência, visto que tais separações não foram produzidas pela teoria nem pela consciência, mas pelas relações sociais de produção e suas representações pensadas Chauí (1985, p.28).

É por esta razão que, para Marx, a transformação e a superação da consciência social, formada pela alienação e pela ideologia, coincidem com a transformação da própria sociedade, da própria realidade. A transformação das ideias e da realidade andam juntas; quando nos defrontamos com a realidade para transformá-la, melhor podemos entendê-la, e quanto mais a entendemos, mais percebemos a necessidade de transformá-la (Konder, 2002; Lowy, 1985/2006; 2009).

Pode-se, então, perguntar: se todos os conhecimentos expressam visões sociais de classe, como compreender qual teoria se aproxima mais de um conhecimento verdadeiro? Sem cair no relativismo historicista, nem nas verdades a-históricas do positivismo, Marx entende que as possibilidades de conhecimento objetivo da realidade estão dadas pela aproximação com determinadas classes sociais em períodos históricos específicos. O ponto de vista de uma classe revolucionária é superior ao das classes conservadoras em seu período histórico²⁷.

Por isso, a posição adotada por Marx é clara: as leis sociais do desenvolvimento social capitalista são criticadas, radical e negativamente, ao assumirmos a visão social de mundo da única classe que não tem nada a perder ao analisar. Trata-se da perspectiva do proletariado²⁸, a única classe, cujo interesse coincide com a maioria objetiva e com o horizonte de pôr fim a toda dominação de classe, aquela que não precisa ocultar o conteúdo de sua luta. É isso que faz do marxismo a ciência revolucionária do proletariado (Lowy, 1975;1985/2006; 2009).

²⁷ Uma importante consideração a fazer a esse respeito é a relação dialética e contraditória existente entre o ponto de vista de classe e o conhecimento científico. O fato de uma obra/conhecimento representar uma classe social não revolucionária não significa, necessariamente, que esta obra não tenha valor científico. O exemplo disso é a importância e o reconhecimento dos economistas clássicos (Adam Smith, David Ricardo) para a teoria marxiana. Portanto, embora haja uma combinação, linear ou não, entre intencionalidade e maneira de pensar, isto é, entre o horizonte vislumbrado pelo pensador na elaboração de sua problemática, o ponto de vista do progresso nem sempre é o mais (ou o único) científico. Não basta dizer que um pensador é burguês para dizer que não tem valor científico (Lowy, 1985/2006).

²⁸ Não se trata de uma visão imediata ou da consciência empírica da classe operária, mas o ponto de vista que corresponde racionalmente a seus interesses históricos objetivos (ver Lowy, 1975).

Marx não diz que assumir a perspectiva do proletariado seja condição suficiente para o conhecimento de uma verdade objetiva, mas aquela que tem maior possibilidade²⁹ para fazê-lo. Para o proletariado, a verdade é um meio de luta, arma da transformação de sua condição. Enquanto representante científica do proletariado, o marxismo é também uma forma de transição para a ciência comunista, isto é, a ciência, o conhecimento em uma sociedade sem classes e, por isso, é mais suscetível a atingir a objetividade, a verdade, pois será um conhecimento não político, ou seja, que não parte de uma luta entre classes. E as verdades parciais só interessam a quem quer manter seu lugar de poder (Lowy, 1975;1985/2006; 2009).

A partir de Marx, muitos autores reinterpretaram, complementaram, alteraram e/ou acrescentaram elementos ao conceito de ideologia. Aqui apresentamos a nossa interpretação e de alguns intérpretes da obra marxiana que nos parecem pertinentes. Porém, essa interpretação é, em alguns aspectos, diferente de outras feitas por autores da tradição marxista que tiveram significativas repercussões nas ciências sociais e são importantes de serem ressaltados no presente estudo. Faremos considerações a esse respeito após apresentarmos as noções do positivismo e do historicismo.

2.2.2. Positivismo e ideologia

Iniciamos nossa apresentação sobre ideologia e positivismo considerando que esta corrente de pensamento se baseia em três pressupostos principais. Em primeiro lugar (1) a ideia de que a sociedade é regida por leis naturais, invariáveis e

²⁹ Nas palavras de Lowy (1975, p.34), “a ciência do proletariado demonstra sua superioridade precisamente por sua capacidade de incorporar essas verdades parciais produzidas pelas ciências ‘burguesas’ ultrapassando-as dialeticamente, criticando/negando suas limitações de classe. A atitude contrária, que proclama a infalibilidade, *a priori*, de toda ciência situada na perspectiva proletária, e o erro absoluto e necessário de toda pesquisa fundamentada sobre outro ponto de vista é na realidade dogmática e reducionista, porque ignora a autonomia relativa da produção científica com relação às classes sociais”.

independentes das vontades e ações humanas, de modo que as leis sociais são da mesma ordem que as leis naturais. Em segundo lugar (2), como consequência da primeira conclusão, tem-se o entendimento de que se os fenômenos sociais e naturais possuem os mesmos fundamentos, então podem ser utilizados os mesmos métodos para ambos. Assim, as metodologias das ciências naturais seriam válidas e transferíveis para as ciências sociais. Por fim, seguindo os princípios anteriores, (3) concebe-se que as ciências sociais têm o mesmo modelo de objetividade científica das ciências naturais, portanto, são objetivas, neutras, livres de valores e ideologias. Isto é, a ciência social pode e deve estar desvinculada de posições políticas, valores morais, ideologias, utopias e visões de mundo (Lowy, 1985/2006; 2009).

Desse modo, para o positivismo, a ciência verdadeira, o conhecimento verdadeiro é aquele que elimina as pré-noções ideológicas do pesquisador. O cientista deve se resignar aos fatos, calar suas paixões e concepções prévias; deve apenas identificá-los e analisá-los como tendências naturais e de modo imparcial, a fim de garantir a verdade, a objetividade científica e a ordem das coisas. Essa ação do pesquisador é considerada essencial para alcançar o conhecimento objetivo e universal. Logo, desconsiderando tudo aquilo que não teria valor científico, o positivista ignora a política, de modo que o conhecimento ideológico seria aquele que se opõe ao conhecimento científico. Por ser tendencioso, parcial, ciência e política não se misturariam. O positivista diz não se posicionar em nome da ciência (Lowy, 1985/2006; 2009).

Recorremos a uma citação de Durkheim, para melhor compreender a relação da concepção positivista com a política e sua aceção da ideologia. Segundo o sociólogo francês,

É tarefa do positivista explicar aos estudantes que os fenômenos psíquicos e sociais são fatos como os fatos naturais, são submetidos

a leis que a vontade humana não pode perturbar. Como os fatos sociais não dependem da vontade humana, por consequência, as revoluções, no sentido próprio da palavra, são tão impossíveis quanto os milagres (Dukheim *apud* Lowy, 2006, p.45).

Existe, portanto, como atesta Lowy (1985/2006; 2009), uma posição clara assumida pelos positivistas em relação aos processos políticos e sociais. A ciência é considerada acima dos valores e juízos sociais, em outros termos, é considerado científico aquele conhecimento que, seguindo os preceitos metodológicos específicos (oriundos das ciências naturais), é livre de juízos de valor. Nem os valores ajudam a dedução científica e nem a ciência pode determinar valores. Logo, ciência e ideologia são polos opostos, e o mesmo vale para a relação entre ciência e senso comum.

A partir desses pressupostos, o positivismo assume um conservadorismo evidente³⁰, no qual a pretensão à neutralidade é uma ocultação deliberada, uma ilusão com a finalidade de autoconvencimento, de que o seu método é neutro, dos pensadores positivistas e da classe social que representa. Ao dizer que os pré-conceitos devem ser retirados da pesquisa, o positivismo apresenta uma concepção sobre o que são pré-conceitos e pré-noções e exclui aqueles não os convém. Desse modo, os seus preconceitos, os conhecimentos prévios ao “processo de conhecimento científico”, ficam implícitos e ocultos, de tal modo que até os positivistas não se dão conta que estão sempre presentes (Lowy, 1985/2006; 2009).

Realizadas essas considerações sobre o positivismo, passaremos à apresentação da perspectiva historicista acerca da ideologia e do conhecimento.

³⁰ O caráter conservador do positivismo não é um dado puro a-histórico. Com base em Lowy (1985/2006; 2009), podemos dizer que, antes de Augusto Comte, com Condorcet e Saint-Simon, isto é, no período em que foi utilizado como instrumento de combate aos pensamentos e instituições medievais, o positivismo era dotado de aspectos utópicos e revolucionários. Porém, com a superação progressiva das instituições feudais e consolidação da sociedade burguesa, o positivismo se consagra, a partir de Comte, como conservador e defensor da ordem. O mesmo positivismo que se consolidou como perspectiva predominante na sociologia, nas ciências sociais universitárias (ver Lowy, 1985/2006; 2009).

2.2.3. Historicismo e ideologia

A vertente historicista nas ciências sociais em muito difere do positivismo e baliza-se em três hipóteses fundamentais:

(1) A primeira hipótese preconiza que todo fenômeno social é histórico e só pode ser compreendido dentro da história, pela história e na história.

(2) A segunda hipótese é a de que existem diferenças fundamentais entre os fatos históricos e os fatos naturais, por isso, as ciências e os métodos para os estudos desses fenômenos são qualitativamente diferentes.

(3) A terceira hipótese fundamental do historicismo é a de que o sujeito da pesquisa e do conhecimento, assim como seu objeto, também está imerso na história (Lowy, 1985/2006; 2009).

O historicismo, no entendimento de Lowy (1985/2006; 2009), se opõe à ideia de que as ciências sociais possam ser objetivas, considera impossível um conhecimento histórico neutro. Assim, os resultados do processo de conhecimento são sempre parciais e unilaterais e ao pesquisador está colocada a busca de uma verdade relativa, um ponto de vista, sempre com base em suas convicções políticas e particulares.

Para o historicismo, o conhecimento específico e particular é mais rico que o geral, o consenso. Juízos de valor e juízos de fato são inseparáveis, a parcialidade é inevitável e enriquecedora da análise. Por isso, todo conhecimento em ciência social tem validade histórica limitada e relativa, ou seja, cada teoria tem um valor específico que expressa uma dimensão do universo, uma verdade unilateral (Lowy, 1985/2006; 2009).

Com base nessas suposições, Lowy (1985/2006; 2009) indica que os historicistas se deparam com a possibilidade de dois caminhos conclusivos. O caminho (a) do relativismo absoluto, em que todas as verdades têm o mesmo valor e é impossível alcançar um conhecimento verdadeiro e objetivo, pois tudo seria marcado por valores, concepções prévias e ideologias. E, nesse caso, ideologia adquire um sentido, não necessariamente negativo. Ou (b) sugere a possibilidade de que a articulação e união entre os vários pontos de vista poderia chegar a uma posição multilateral, geral e universalmente válida (uma visão muito popular).

A primeira alternativa não consegue superar o seu próprio avanço de relativizar o conhecimento, pois entende todo saber como igualmente parcial e subjetivo e, por isso, incapaz de atingir uma verdade. Pode-se dizer que abandona a possibilidade do conhecimento objetivo e equivale a todo tipo de conhecimento, por exemplo: ciência e senso comum (Lowy, 1985/2006; 2009).

A segunda alternativa incide em uma espécie de ecletismo, no qual todas as verdades subjetivas juntas formariam uma verdade universal e objetiva, isto é, tentar relativizar, ao máximo, em um primeiro momento, para, em seguida, almejar uma síntese. Em outros termos, somente reformula o mesmo problema. Ilude-se que a média entre ideias pode ser mais objetiva que os extremos e, com isso, esquece que as sínteses intermediárias também são infinitas. Ao mesmo tempo, quando outorga aos pensadores³¹ (situados em certa posição social e intelectual capazes de realizar uma síntese dinâmica conciliatória) as capacidades de autocontrole e autocrítica necessárias para produzir conhecimentos acima das ideologias, esquece de relativizar

³¹ Lowy (1985/2006) indica que alguns historicistas, como é caso de Mannheim, “resolvem” o problema ideológico das ciências sociais atribuindo ao grupo dos intelectuais a capacidade de desenvolver uma teoria acima dos conflitos sociais.

o conhecimento dos intelectuais e retorna a conclusões positivistas (Lowy, 1985/2006; 2009).

Feitas essas considerações, retornaremos a discussão para a tradição marxista antes de finalizar esse eixo de debate. Dessa forma, procedemos pela importância de aprofundar o debate sobre as diferentes interpretações sobre o fenômeno e o conceito de ideologia nas teorias devedoras de Marx³².

2.2.4. O debate sobre ideologia no marxismo do final do século XIX e início do século XX

Após a morte de Marx e de Engels, o pensamento marxista original sofreu uma série de influências que afetaram definitivamente a tradição marxista e o conceito de ideologia (Konder, 2002). Vários autores³³ revisaram, aprimoraram e até desvirtuaram o conceito, em geral, dando ênfase a um ou outro aspecto/dimensão da compreensão de ideologia presente em Marx.

Os teóricos da Segunda Internacional Comunista³⁴ (cujos pensadores de mais influentes foram Kautsky, Plekhanov e Bernstein) são de grande significação à tradição marxista e ao entendimento do conceito de ideologia no decorrer da história. A este grupo é atribuída importante responsabilidade pela forma que foram propagadas as formulações marxistas, bem como sérios problemas e deformações políticas³⁵ e teórico-filosóficas decorrentes (Konder, 2002; Paulo Netto, 2011).

³² As diferentes concepções de ideologia no campo marxista são a inspiração do livro “A questão da ideologia” de Leandro Konder (2002). No livro, o autor apresenta uma visão sobre elaborações de vários autores sobre o tema para citar somente alguns: Marx, Althusser, Gramsci, Adorno, Marcuse.

³³ O livro de Leandro Konder (2002), intitulado “A questão da ideologia”, apresenta a posição de diversos autores devedores do marxismo a respeito do conceito de ideologia e expressa a diversidade de perspectivas marxistas sobre esse conceito.

³⁴ Organização socialista fundada em 1889 e de grande importância até 1914 (Paulo Netto, 2011).

³⁵ Sobre as deformações políticas engendradas pelos teóricos da Segunda Internacional Comunista, ver (Paulo Netto, 1985; 2011; Konder, 2002).

Influenciados por um revisionismo positivista³⁶ da teoria marxista no plano teórico-filosófico, os teóricos da Segunda Internacional analisaram a obra de Marx numa perspectiva marcada pelo evolucionismo e determinismo econômico, que tiveram consequências prejudiciais e marcaram o marxismo, desde então. Por um lado, o evolucionismo supunha uma complementaridade entre o pensamento de Darwin e Marx com uma ideia de continuísmo, sobrepondo a de ruptura da dialética. De outro, o economicismo consolidou uma tendência a interpretar a concepção de história elaborada por Marx³⁷, reduzindo todas as explicações dos fenômenos sociais à uma monocausalidade econômica.

Nas palavras de Konder (2002, p.55),

Tanto no caso do evolucionismo como no caso do determinismo econômico a questão da ideologia, tal como Marx a tinha abordado, era esvaziada em sua significação. O conceito se empobrecia. O ideológico passava a ser visto como consequência lógica ou natural da lenta mas inexorável evolução da espécie humana, ou então como o corolário mecânico ou o subproduto fatal de uma dinâmica socioeconômica.

Ocorreu, na análise de Konder (2002), um processo de desdramatização, o qual reduz o ideológico somente a um processo prático material, desconsiderando a influência que os debates e as teorias poderiam ter. Nessa acepção, ainda segundo Konder (2002), os aspectos subjetivos são secundarizados em nome de um objetivismo economicista, ao passo que a questão filosófica da ideologia restringe-se a um significado dedutivamente sociológico que atribui às teorias estas ou àquela “ideologia”, isto é, as considera representações ideológicas atribuídas a este ou àquele grupo ou classe. Um processo que simplifica a questão e reduz a ideologia ao

³⁶ Ver Lowy (1975) e Paulo Netto (2011).

³⁷ Influenciados pela leitura positivista que separa ciência e filosofia, os teóricos da Segunda Internacional formularam uma representação simplista da teoria marxiana como sendo um saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e a aplicação desse saber total aplicado à sociedade (o materialismo histórico), considerado como a concepção marxista da história (Paulo Netto, 1985; 2011).

que chamamos, com base em Lowy (1985/2006; 2009), de visão social de mundo.

Cabe dizer ainda que as influências positivistas dessas concepções possibilitaram uma tese, no interior da tradição marxista, que versa sobre a possibilidade de uma ciência social neutra³⁸ e objetiva que estaria acima dos conflitos de classe, como uma ciência empírica, não partidária, levando ao mesmo ideal positivista de uma ciência separada de “ideologias” (visões sociais particulares de determinado grupo ou classe) no interior de uma sociedade de classes (Lowy, 1975).

Além de terem sido bastante propagadas e marcantes para a tradição marxista ao longo do século XX, até os dias de hoje, as ideias teóricas³⁹ da Segunda Internacional tiveram alguns problemas agravados pelas formulações da Terceira Internacional⁴⁰. Esta, apesar de sua ruptura política com as acepções da primeira, não demarcou uma ruptura radical no campo teórico (Paulo Netto, 1985).

Com a revolução russa, em 1917, novos elementos para a relação entre ideologia e ciência se acrescentam à perspectiva marxista, sobretudo após a ascensão do stalinismo⁴¹ à direção do Estado soviético em 1924⁴². O marxismo interpretado pela Segunda Internacional se converte em uma ideologia de Estado⁴³,

³⁸ Na ocasião, Kautsky e seus parceiros defenderam que Marx havia criado uma ciência econômica transcendente e intacta aos interesses de classe (Lowy, 1975; Paulo Netto, 2011).

³⁹ A concepção de ideologia prevalecente desse período, afirma Konder (2002), afetou mesmo marxistas críticos desse movimento político, como Lenin e Lukács em seus primeiros escritos.

⁴⁰ Organização comunista que existiu entre 1919 e 1943 (Paulo Netto, 2011) e foi de fundamental importância para a consolidação da Revolução Russa de 1917 e para o movimento operário socialista revolucionário internacional até meados da década de 1920. A Terceira Internacional Comunista - cuja inspiração teórica, tanto política quanto filosoficamente, sofreu complicadas influências neopositivistas (Lowy, 1975) - é considerada por alguns autores como correio de transmissão da autocracia stalinista e pela transmissão do modelo político e ideológico stalinista aos comunistas de todo o mundo (Paulo Netto, 1985).

⁴¹ Entendemos stalinismo como a ideologia oficial do Estado soviético autocraticamente imposta pelo Partido Comunista soviético que prevaleceu no país e como linha teórica e política hegemônica da Terceira Internacional comunista entre a metade dos anos 1920 a meados dos anos 1950. Também propagado sob o nome de marxismo-leninismo, o stalinismo influenciou absurdamente o movimento comunista e o marxismo ao longo século XX, e possui representantes e resquícios atuais no interior do movimento dos trabalhadores (Paulo Netto, 1985).

⁴² Nos referimos aqui à experiência de ascensão de um governo operário iniciado na Rússia em 1917, com a derrubada do czarismo e a tomada do poder pelo partido bolchevique no Estado que, de então até 1989, passou a se chamar União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

⁴³ Ver nota nº26.

passando a legitimizar as arbitrariedades dos aparatos de poder (Paulo Netto, 1985). No complexo processo social, econômico, bélico e político que provocou o afastamento do proletariado e das massas das orientações do Partido Comunista da URSS, a burocracia soviética que se consolidava se viu na “impossibilidade” de escancarar os problemas da situação real do país, sob pena de revelar a lacuna entre a sua perspectiva e a do proletariado. Eis então um processo de ocultação ideológica, não puramente intencional e arbitrária, mas orgânica ao ponto de vista da burocracia, que se apresentava como ponto de vista do proletariado (Lowy, 1975).

Por via dessa instrumentalização, a direção do Estado Soviético rompe a perspectiva dialética entre ponto de vista de classe e conhecimento científico, por meio do imperativo ideológico estatal. No caso stalinista, o problema da objetividade é resolvido de maneira dogmática em veneração aos cultos de Stalin (e da direção do partido) que, com recortes convenientemente escolhidos de Marx, Engels e Lênin, supunham estar no marxismo (em sua versão particular) a resposta e o veredito científico para todas as áreas do conhecimento, desde a história e a economia até a biologia e a genética. Como consequências, acentua-se o “reducionismo sociológico” que reduz a ciência à classe social de sua origem (ou ao seu Estado). Assim, impôs uma polarização entre ciência burguesa e ciência proletária que, em determinado período, também foi transposta para as ciências da natureza⁴⁴ (Lowy, 1975).

A esse respeito, Lowy (1975) chega a afirmar que o dogmatismo stalinista produziu um positivismo em sentido inverso, por duas razões: (a) não reconhecer as distinções metodológicas fundamentais entre ciências sociais e ciências naturais e o fato de (b) tentar “ideologizar” as ciências da natureza numa relação análoga à

⁴⁴ Essa absurda interpretação da burocracia stalinista muito se deve à influência do biólogo soviético Trofim Lysenko, que elaborou a teoria acerca da existência de uma “genética de classe”, e teve sua força máxima entre os anos de 1948 e 1964 (Lowy, 1975; 2009, Paulo Netto, 1985).

tentativa positivista de naturalizar as ciências históricas.

Efetivadas tais considerações sobre importantes repercussões do conceito de ideologia no interior do marxismo, passaremos à discussão de mais um autor dessa tradição que é importante para esse estudo, cujas contribuições para a obra de Martín-Baró já foram destacadas por Lacerda Jr. (2014) e por Mendonça (2014). Trata-se do pensador francês Louis Althusser.

2.2.5. A ideologia em Althusser

Foi em reação às repercussões stalinistas nas ciências sociais que Louis Althusser elaborou sua versão marxista sobre a ciência e o conhecimento. Mas não por isso o filósofo francês e membro do Partido Comunista Francês conseguiu se livrar de todos os problemas teóricos da ideologia estatal (Lowy, 1985/2006). Apresentaremos uma síntese das questões principais que envolvem sua teorização sobre a ideologia, considerando as formulações favoráveis a suas teses – o próprio autor (1969/2002) e Motta (2014) – e formulações críticas de sua teoria – com Lowy (1975; 1985/2006; 2009) e Konder (2002).

Motta (2014) afirma que a teoria althusseriana discute o conceito de ideologia em dois aspectos: (1) do ponto de vista epistemológico e (2) no sentido prático.

Epistemologicamente, a ideologia é concebida como o outro da ciência, por sua vez compreendida como a ruptura da ideologia (senso comum). Em grande medida, isso se deve à interpretação que Althusser faz da obra de Marx tendo por pressuposto o conceito de corte epistemológico. Para o pensador francês, há uma ruptura epistemológica na obra de Marx em 1945, responsável por um corte epistemológico com a ideologia expressa pela economia política, o qual representa a inauguração de uma ciência, a ciência da história (materialismo histórico) e uma nova filosofia

produtora de conhecimento (materialismo dialético) (Motta, 2014).

Para o francês, prática é entendida como processo de metamorfose de uma matéria-prima em um produto mediante o trabalho humano efetuado por meios (de produção) determinados. Por sua vez, existem distintas práticas que se articulam entre si (econômica, política, ideológica, teórica) em que uma prevalece sobre a outra a depender da conjuntura dada. Na prática teórica incluem-se tanto a prática teórica científica quanto a prática teórica pré-científica, isto é, ideológica. Trata-se de uma distinção marcada por uma descontinuidade qualitativa teórica e histórica compreendida como corte epistemológico entre ciência e ideologia (incluindo seu significado de visão de mundo).

A prática teórica científica é construída em três momentos: a (Generalidade I), constituída da matéria-prima ideológica, a mediação desta por conceitos já construídos (Generalidade II) e a então transformação daquela matéria inicial em conceito científico (Generalidade III). Embora haja conflito, há interdependência entre ciência e ideologia (noções pré-científicas), pois aquela emerge desta. Porém, a ciência não substitui a ideologia, já que a relação entre elas se dá no plano do conhecimento, na prática teórica (Motta, 2014). A ciência é aberta, porém, ainda que possa ser instrumentalizada, é inflexível politicamente. Já a ideologia é teoricamente fechada, adaptável e politicamente maleável.

No sentido prático, “Althusser constrói o significado da ideologia como estrutura imanente ao imaginário na sociedade” (Motta, 2014, p.78/79). Afirma que a ideologia se refere às representações imaginárias que os sujeitos têm com suas condições de existência, isto é, toda ideologia representa “a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas” (Althusser, 1969/1992, p.88).

Motta (2014) afirma que não há em Althusser uma definição negativa da ideologia que a considere falsidade do real ou falsa consciência. Sua tese (Althusser, 1969/1992), sob influência estruturalista, refere-se a algo que compõe organicamente a totalidade social, algo intrínseco e eterno às sociedades humanas, composta de elementos estruturais e funcionais históricos e imutáveis (omnipresentes e trans-históricos), cuja função é assegurar a coesão do todo social e regular as ações dos indivíduos, e que está presente em toda história das formações sociais, sejam de classe ou não.

Estrutura ideológica não pertence ao âmbito da consciência, pois é profundamente inconsciente. Um sistema de representações (imagens e conceitos) que se impõem sem passar pela consciência. Remete-se à relação vivida dos homens no seu mundo, na qual estão imbricadas relação real e relação imaginária. Então, ideologia deriva da unidade das relações reais e imaginárias, sobretudo destas e, por isso, está no plano do inconsciente (Motta, 2014).

Como estrutura do todo complexo, a ideologia é marcada por contradições e antagonismos entre as ideologias particulares. Existem ideologias representando as diferentes classes, a ideologia da classe dominante (burguesa) e as ideologias subordinadas (a pequeno burguesa e a proletária). Para o filósofo francês, a burguesia não instrumentaliza a ideologia, mas vive sua ideologia, e a faz de sua relação imaginária com as condições reais de vida (Motta, 2014).

Já a ideologia da classe operária precisa ser transformada com a retirada da influência da classe burguesa para ser influenciada pela ciência marxista, uma ideologia nova, de caráter científico e revolucionário. Essa ideologia revolucionária, muito particular, ao mesmo tempo interpela o sujeito (por isso ideologia), formado por experiências históricas, e a análise científica marxista (Motta, 2014).

Para Althusser (1969/1992), a ideologia remete-se à instância ideológica da superestrutura social, o conjunto de ideias e valores constituídos a partir de uma determinada base histórica material objetiva (infraestrutura – modo de produção), que é composta por diversas ideologias (religiosa, moral, jurídica, política). Elas compõem a esfera reprodutiva das sociedades classistas, que se articulam aos Aparelhos Repressivos do Estado (ARE) (administração, exército, polícia, tribunais), como um sistema complexo que combina várias instituições e organizações (Aparelhos Ideológicos do Estado - AIE) em que se realizam e se efetivam ideologias: igrejas, escolas, partidos, empresas, famílias, imprensa, as quais representam as formas como a ideologia dominante deve se realizar. Enquanto, via aparelhos repressivos, a repressão é direta, os seus aparelhos ideológicos exercem uma repressão secundária, sem que os sujeitos tenham consciência (Althusser, 1969/2002; Konder, 2002).

Embora não surjam dos aparelhos ideológicos de Estado, mas das classes sociais em luta e de suas condições de existência, a ideologia se efetiva e se realiza pelos aparelhos que a viabilizam por meio de práticas concretas. Assim, os sujeitos representam a realidade ideologicamente, pois se sentem capazes de representar e compreender a realidade, mas não reconhecem que ele mesmo é constituído por ideologias e que são elas as próprias que o constituem sujeito. A ideologia tem, assim, por função, a constituição de indivíduos concretos em sujeitos (Althusser, 1969/2002; Konder, 2002). Isso porque, em Althusser, o sujeito da ação é também sempre sujeitado a outro sujeito, à ideologia propriamente (crenças políticas, culturais, religiosas), postas ao sujeito em um mecanismo que há, concomitantemente, reconhecimento e desconhecimento (1969/2002). Cada sujeito vive e está influenciado pelas diversas ideologias, cujos efeitos de cada uma delas estão

combinados em seus atos e práticas, o que faz a ideologia ser “uma prática na qual, por meio das interpelações, constituem sujeitos numa relação imaginária com as suas condições reais de existência” (Motta, 2014, p.90).

Nessa acepção, a ideologia está presente em todas as dimensões da vida humana. Por consequência, todos os sujeitos são ideológicos, pois a veiculação e existência da ideologia dependem necessariamente dos sujeitos e suas práticas, solidificando suas teses para duas afirmações: 1) todas as práticas se dão através de e sob uma ideologia e 2) só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito.

Se todos os sujeitos são ideológicos, conseqüentemente, os seus discursos também os são. Por isso, a forma de romper com a ideologia suposta por Althusser (1969/2002) é a formação de um discurso sem sujeito. Nesse entender, o conhecimento que se situa fora da ideologia é o conhecimento científico. Por isso, o pensador francês propõe-se a “esboçar um discurso que tente romper com a ideologia, pretendendo ser o início de um discurso científico (sem sujeito) acerca da ideologia” (Althusser, 1969/2002, p.96).

Sua posição aproxima-se do positivismo em alguns aspectos, tanto no debate epistemológico quanto sobre ideologia no âmbito prático. Admirador confesso de Augusto Comte e Durkheim, Althusser considera que as ciências (sejam elas históricas ou naturais) possuem uma história própria, independente e não condicionada pela história social de classes; por isso, entende ser possível uma ciência social e política abstraída de juízos de valores. Sua tese é de uma ruptura entre ciência e ideologia (compreendida como visão de mundo), sendo esta governada por interesses exteriores às necessidades próprias do conhecimento (Lowy, 1975).

Nesse sentido, Althusser absolutiza a autonomia, somente relativa, das

ciências sociais em relação às suas condições históricas de origem, dando-lhe uma independência quase plena a seus vínculos de classe Lowy (1985/2006; 2009). As teses de Althusser contradizem significativamente as de Marx (tal como apresentamos em 2.2.1), o qual assume claramente o vínculo de classe de sua teoria social com o proletariado (Lowy, 1975).

Lowy (1975) afirma que o filósofo francês só reconhece duas possibilidades para o problema da objetividade no conhecimento científico: (a) a ciência social como prática independente e autônoma em relação às lutas sociais e (b) a ciência social como expressão direta e imediata de uma só classe. Em crítica à segunda possibilidade, assume a primeira delas.

Embora Althusser critique algumas teses stalinistas, incorre em erros semelhantes aos fomentados pela ideologia estatal ao desconsiderar a possibilidade de relacionar ciência e luta de classes em suas dinamicidade e contradições. Como consequência, também desconsidera a diferença relativa entre ciência social e ciência natural. Quando recusa vincular a teoria marxista à uma posição social de classe numa recusa às teses stalinistas, Althusser confunde o ponto de vista do proletariado com sua caricatura burocrática (Lowy, 1975).

No âmbito prático, Althusser eterniza trans-historicamente a ideologia, a desvincula de sua função classista de dominação e perde seu sentido negativo. Com isso, supõe existirem ideologias das classes dominantes e das classes dominadas, trata ideologia como sinônimo de visão de mundo e defende a construção de uma ideologia científica baseada no marxismo como a visão de mundo a ser defendida pelas classes exploradas, um contrassenso com à concepção que assumimos em 2.2.1.

Compreendemos também que, embora Althusser não afirme ideologia como

sinônimo de falsa consciência, sua concepção abre caminho para tal. Pois, na medida em que remete a ideologia ao âmbito do imaginário inconsciente produzido nas relações dos indivíduos com o real, remete-se à esfera do não consciente, ao domínio do pensar (e agir) sem consciência.

Passemos agora ao debate sobre ideologia em autores da psicologia crítica.

2.3.Sobre ideologia e Psicologia

A criação de um eixo específico para tratar do conceito de ideologia na Psicologia não é feita por dúvidas quanto ao pertencimento dessa ciência ao campo das ciências sociais. Todas as considerações feitas sobre o tratamento da ideologia nas ciências sociais repercutem para a ciência psicológica em suas respectivas matrizes teórico-filosóficas. Contudo, por compreendermos que existem diferentes apropriações sobre o tema e por ser a Psicologia o terreno principal de nossa discussão, tomamos o cuidado de discutir a forma como o problema da ideologia é compreendido em seus debates, mais propriamente na Psicologia Social e psicologia crítica, evidenciando o fato de não ser um movimento de debate isolado em Martín-Baró. Isso nos ajudará nas discussões em torno do nosso problema.

A relação entre Psicologia e ideologia possui destaque nos debates atinentes à construção de alternativas críticas no interior da Psicologia e Psicologia Social. Nesse âmbito, apesar da pouca influência do marxismo na Psicologia como um todo, as influências dessa tradição teórica possuem maior inserção quando se trata do debate acerca da ideologia.

As discussões sobre ideologia na Psicologia ganham peso no período chamado de crise da Psicologia Social, que surgiu nos países de capitalismo central em meados dos anos 1970 e despontou na América Latina, sobretudo, a partir dos anos 1980.

Com base em Augoustinos (1999), entendemos que o conceito de ideologia na Psicologia tem sido relacionado principalmente a duas tradições de investigação: (1) uma que considera a Psicologia como ideologia e instrumento de dominação e a (2) outra que se refere ao impacto da ideologia no cotidiano das pessoas e ao seu estudo psicossocial.

A primeira delas utiliza o conceito de ideologia para criticar e desmistificar a teoria e o conhecimento dentro da psicologia e, nesse sentido, argumenta que a Psicologia como disciplina e corpo do conhecimento é ideológica em suas teorias e métodos, por basear-se em valores ocidentais, eurocêntricos e capitalistas, como o individualismo e o liberalismo. Essa tradição de **crítica ideológica** à Psicologia é base comum de vários movimentos da psicologia crítica, como o construcionismo social, o feminismo e o pós-estruturalismo (Augoustinos, 1999), bem como em teóricos influenciados pelo marxismo. Ainda sobre o debate acerca da Psicologia como ideologia, Yamamoto (1987) analisa sua marcante presença na psicologia brasileira nos anos 1980 e sua referência destacada na crítica à ciência psicológica como instrumento de dominação e pseudociência.

A segunda tendência de discussão sobre a ideologia na Psicologia, não desarticulada da primeira, envolve discussões específicas sobre o impacto da ideologia na vida prática dos indivíduos, bem como o papel da Psicologia para tal, seja em favor de seu fomento ou em formas de se estudar e enfrentar tais situações.

Mas sob quais argumentos a Psicologia é vista como ideológica? O que tem a Psicologia a ver, a dizer e a agir sobre tal fenômeno? A partir dessas questões, buscamos discutir essas duas tendências de debate sobre ideologia e Psicologia no âmbito latino-americano e internacional.

2.3.1. Ideologia em debate na Psicologia internacional

No âmbito da psicologia crítica internacional buscamos dois autores de destaque para discutir o tema. Ian Parker (2014) discute a Psicologia, acadêmica, profissional e no cotidiano social como um componente poderoso da ideologia, enquanto Augoustinous (1999) analisa as reflexões presentes na Psicologia sobre ideologia e falsa consciência.

Parker (2014), guardando semelhanças com os teóricos latino-americanos que trataremos na sequência, argumenta que a Psicologia dominante nos círculos acadêmicos se baseia nos padrões de normalidade da Psicologia estudada nos grandes centros da Europa e EUA, que tem como referência de ideal humano o homem branco e sua posição de privilégio. Por isso, são teorias psicológicas ideologicamente fundamentadas em pesquisas inspiradas no pragmatismo, no empirismo, no positivismo e em métodos experimentais importados das ciências naturais, com preceitos de neutralidade, contudo, com sujeitos muito particulares em contextos artificiais que não podem ser generalizados.

O psicólogo crítico inglês, que também partilha da interpretação de ideologia como representação do mundo que faz com que a exploração, a opressão e nossos lugares no mundo sejam naturalizados, vai além e afirma que a busca de uma lógica própria no indivíduo, desvinculada da sociedade, é ideológica e funcionalmente fundamental para ao capitalismo. Quer dizer, a ênfase científica no indivíduo como fonte de explicações para suas ações é expressão do individualismo fomentado no modo de produção capitalista sob viés científico. Isso porquê, segundo o autor, a Psicologia de *status* científico tem o individualismo e a competição como dados naturais dos seres humanos na base de suas teorias e se retroalimenta com o senso comum e a ideologia para justificar e perpetuar relações de dominação (Parker, 2014).

Já Augoustinos (1999), com quem concordamos com a análise do tema, discute o tema de forma semelhante e estuda as repercussões do conceito de ideologia para análise da realidade. Afirma a pesquisadora australiana que, na Psicologia, o conceito de ideologia tem aparecido mais em um sentido descritivo e neutro de opinião política, referente a esta ou àquela ideologia. Entretanto, também aparece como falsa consciência, contendo elementos de ambiguidade e contradição.

A autora partilha de uma leitura crítico-negativa da ideologia atribuída à Marx, tal como compreendemos, como conjunto de formas pelas quais as relações de poder e dominação de classe se perpetuam em uma sociedade para manter intacta a estrutura social sem o uso ostensivo da força, instrumento cujo fundamento se firma no modo de produção e as relações sociais materiais que o compõe e que expressam as ideias dominantes por serem expressão das relações dominantes da sociedade. Contudo, vai além quando faz um importante alerta sobre os perigos postos na ênfase da ideologia como falsa consciência por alguns psicólogos (Augoustinos, 1999).

A tese da autora é de que algumas pesquisas utilizam essa noção em referência a aspectos psicológicos e cognitivos de grupos oprimidos e desfavorecidos que possuem crenças contrárias aos interesses de seu grupo e que justificam sua subordinação. Estereótipos negativos de si mesmo, fatalismo, acreditar que o mundo é justo, diversas expressões do que alguns pesquisadores consideram evidências psicológicas de uma falsa consciência (Augoustinos, 1999).

No seu entender, a ênfase da ideologia como falsa consciência, com maior intensidade, localiza a mistificação, a distorção e a falsidade no indivíduo. Essa ideia pode, de maneira não intencional e contraditória, culpar e reduzir aos indivíduos a responsabilidade de concordar e se submeter aos valores capitalistas. Com o foco no psicológico e cognitivo, soa como algo que ocorre com os “menos esclarecidos”,

passivos adeptos à ideologia, incapazes de criticar e refletir sobre a realidade. Em crítica às interpretações que tendem ao psicologismo, Augoustinos (1999) recorre a Marx e argumenta que a tese da ideologia como falsa consciência deve ser abordada numa perspectiva materialista e localizar o fenômeno de distorção e ocultamento da realidade nas práticas cotidianas efetivadas sob o capitalismo a partir de sua produção material.

As pessoas compreendem a sociedade capitalista diferente do que ela é, visto que ela própria se manifesta diferente de sua essência. No âmago da sociedade, ou seja, em sua produção, o trabalho humano é objetificado como mercadoria para produção de mercadorias como uma relação entre coisas - reificação. As mercadorias/as coisas assumem vida própria (fetichizadas) no mercado e ocultam as relações humanas que as produziram. Essa autonomia das coisas sobre o humano (o fetiche) não é uma simples ilusão psicológica, mas fruto do processo em que aquilo que é criação humana se manifesta dominante sobre o próprio humano (Augoustinos, 1999).

Nesse sentido, a mistificação é própria da realidade, e não da mente das pessoas. São formas aparentes da realidade que concedem sentido às suas interações sociais cotidianas e capitalistas, que se retroalimentam no cotidiano e no mercado, numa lógica que corrobora com a ideia de que a sociedade é o campo de manifestação da “natureza humana” (Augoustinos, 1999).

Frente a isso, Augoustinos (1999) conclui que, sem desconsiderar a importância de se determinar as verdades ou falsidades de versões particulares da realidade, como teorias machistas, racistas etc., a ideologia não se refere à simples promulgação de falsidades pela classe dominante, mas é fundamentada no real. Logo, a questão central é; como a realidade capitalista reproduz cotidianamente

determinações e restrições na realidade psicológica e relações sociais mistificadas e fetichizadas? Localizar na realidade social capitalista a centralidade do fenômeno, finaliza a autora, em concordância com o que apresentamos no item 2.2.1., é manter a crítica orientada para a mudança social.

2.3.2. Ideologia nos debates da Psicologia latino-americana

Para compreender os debates sobre ideologia na Psicologia latino-americana, recorreremos a dois autores de referência na região que foram contemporâneos de Martín-Baró, a brasileira Silvia Lane e a venezuelana Maritza Montero.

Na compreensão de Silvia Lane (1984a; 1984b; 1999), a Psicologia científica e profissional hegemonizada pelos modelos norte-americanos era expressão de uma ciência ideológica, isto é, reprodutora dos interesses da classe dominante, na medida em que considerava como universal e neutra o que, na verdade, era produto de condições históricas específicas e parciais, contribuindo para naturalização das relações sociais sob um modelo específico. Isso se devia principalmente à influência positivista, mas, afirma Lane (1984a), era presente em diversas teorias psicológicas que compreendem o que é histórico como algo que seria inerente aos seres humanos (como as de Wundt, Skinner, Lewin e Freud) por suas incapacidades de captar as mediações ideológicas entre os homens e as instituições sociais. Nessa perspectiva, a Psicologia é considerada ideológica por expressar concepções de homem e de mundo que favorecem a manutenção e reprodução da sociedade capitalista.

Isso porque, para a autora brasileira, a ideologia corresponde a conjuntos de ideias que envolvem uma concepção de homem e de mundo fundamentais para a manutenção das relações sociais de produção da vida material em favor da classe dominante. São ideias que se cristalizam nas instituições sociais como mediadoras de valores e ideias que ganham *status* de verdade e fomentam os papéis sociais e as

formas “adequadas” de agir para a reprodução das relações sociais, manutenção do individualismo e de conceitos de que a sociedade é constituída a partir de relações necessárias e universais de dominação e submissão.

A ideologia atua no plano superestrutural, por meio das instituições e formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas e filosóficas, compreensões/ideias sobre o mundo que tem como consequência ações conservadoras, naturalizantes e estatizantes. Suas expressões chegam ao nível individual e se manifestam nas ações, discursos e representações que os indivíduos tem do mundo e de si (Lane, 1984a; 1984b; 1999).

Desse entendimento vem a compreensão de Lane de que é através da ideologia que o indivíduo se constitui de forma alienada, na medida em que atribui naturalidade aos fatos cotidianos e papéis que assume nas relações sociais; aquilo que é histórico é tido como manifestação da natureza. Sua própria consciência é negada como um processo e, com isso, o mantém alienado ao que ele próprio é pessoal e socialmente. Nesse sentido, a **alienação** é a expressão da ideologia no nível individual (Lane, 1984b).

A esse respeito, Lane (1984a; 1984b) afirma ser a **conscientização** dos papéis sociais ideológicos a forma de enfrentamento à ideologia; em outros termos, é através do enfrentamento da realidade, por reflexões críticas e ações retroalimentadas, que se deve enfrentar a alienação. Para a autora, tem-se um par que opõe consciência e alienação⁴⁵. O papel da psicologia crítica deve ser contribuir para a formação de consciência de-si-social em articulação com a questão sociológica da consciência de classe.

⁴⁵Afirmção expressa no próprio título de Lane (1984b) “Consciência/Alienação: a ideologia no nível individual”. Uma vez que Lane (1984b) considera alienação e consciência pares opostos, conscientização poderia ser entendida como “**desalienação**”.

Lane (1999) evidencia a importância de ideologia para os estudos psicossociais⁴⁶ pelo fato de determinar e ser determinada pelos indivíduos e a rede de relações sociais que os envolvem. Captar o ideológico (o grau de alienação) e o nível de consciência de um indivíduo ou grupo é “problema fundamental para a pesquisa em Psicologia Social, quando ela se propõe a conhecer o indivíduo como ser concreto, inserido numa totalidade histórico-social” (Lane, 1984b, p.44). E isso pressupõe compreender a totalidade social e histórica em que está inserido por uma visão interdisciplinar com a sociologia, antropologia, história, biologia, fisiologia.

Em síntese, na compreensão de Lane, ideologia é a manifestação de concepções e ideias que naturalizam a realidade e a história para a manutenção de relações sociais de dominação classista, cuja expressão na instância individual constitui formas de alienação. Alienação é o desconhecimento do indivíduo das reais origens e determinações que o constituem enquanto tal, ao passo que consciência, por sua vez, é o enfrentamento da alienação e da ideologia expressas no cotidiano e construída em um processo de crítica reflexiva e ativa que questiona o estado de coisas. Cabe à psicologia destituir-se de pretensões à neutralidade e questionar as contraditórias relações de dominação na sociedade e suas repercussões nas pesquisas e métodos de investigação para que possa desenvolver conhecimentos que não sejam contaminados ideologicamente.

Ainda entre autores da psicologia social crítica latino-americana, Maritza Montero (1990) guarda grandes semelhanças com Lane. A autora destaca a importância do conceito de ideologia e sua abrangência na pesquisa psicossocial enquanto categoria chave. Do mesmo modo, ressalta a atenção dada à ideologia na Psicologia na década de 1980 como parte de uma nova perspectiva para a área, com

⁴⁶ Lane (1999) considera o conceito de ideologia, junto com o de linguagem e representações sociais, como importante base para o desenvolvimento da psicologia crítica.

ênfase sobre o papel ativo dos sujeitos na construção do conhecimento social.

Também para Montero (1990), ideologia é uma **distorção da consciência** que mascara as relações sociais de produção e impede os indivíduos de tomarem consciência de sua exploração, uma **falsa consciência** que favorece os interesses socioeconômicos da ordem política autoritária e é utilizada por cientistas para justificá-la. Afirma Montero (2015) que a ideologia opera no inconsciente obstaculizando a consciência. A autora considera fundamental o estudo da ideologia para entender como os processos sociais se tornam individuais e que é tarefa da Psicologia compreender como a ideologia medeia as pessoas em seus entendimentos do mundo, distorcendo e escondendo as causas reais dos eventos e condições sociais por processos que produzem significados e representações em função de relações de poder e interesses específicos.

Por isso, Montero (2008; 2015) insere a **conscientização** e a **desideologização** como tarefas da psicologia crítica. Conscientização refere-se a processos de mobilização da consciência buscando causas e determinantes das relações de forma ativa e crítica, isto é, consciência de si no mundo e suas relações por meio de reflexões e ações. Desideologização, por sua vez, consiste na desconstrução das explicações hegemônicas que fomentam a ignorância e a manutenção do estado de coisas, impedindo a compreensão das causas das circunstâncias da vida, processo que permite reconstrução de uma consciência integral e crítica.

Além das referidas autoras e de forma semelhante com debates próximos, também podemos citar outros pesquisadores da psicologia latino-americana que discutem fenômenos relacionados à ideologia, desideologização e conscientização, como o costarrriquenho Ignacio Dobles (2009) e a brasileira Raquel Guzzo (2014).

2.4. Psicologia da Libertação: uma apresentação

Nesse eixo, pretendemos uma apresentação do projeto da Psicologia da Libertação inaugurado por Ignacio Martín-Baró. Partimos do entendimento que a Psicologia da Libertação é uma expressão particular de psicologia crítica, no interior da América Latina, decorrente da Crise da Psicologia e da Psicologia Social dos anos 1960 e 1970. Preconizada por Ignacio Martín-Baró, em meados da década de 1980, tem como emblema principal o texto intitulado “Para uma psicologia da Libertação”, de 1986, e dentre as diversas inspirações para suas propostas, tem como destaque principal: a Teologia da Libertação, os anseios do povo latino-americano, e o marxismo (Lacerda Jr. 2014; Martín-Baró, 1986/2011).

Além dos destaques principais, é possível encontrar influências de maior ou menor importância também nos diálogos do autor com a filosofia da libertação, com experiências brasileiras nos trabalhos cristãos comunitários de base, com pesquisadores de psicologia crítica da época (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011; Burton, 2013), nas obras de Franz Fanon e Paulo Freire, algumas correntes da psicanálise, a perspectiva soviética e cubana da psicologia histórico-cultural (Burton, 2013), ou mesmo da psicologia social tradicional.

Martín-Baró criticava a incapacidade da psicologia importada dos grandes centros para dar respostas às necessidades das maiorias populares e o papel conservador que cumpria nas sociedades latino-americanas. Por isso, desenvolveu uma revisão crítica da psicologia social dominante de sua época, considerando como horizonte possível uma Psicologia da Libertação, a qual apontou desafios e tarefas que ainda seguem atuais para pensarmos uma perspectiva crítica de psicologia interessada na transformação social e emancipação das maiorias populares.

Um dos pontos de partida da Psicologia da Libertação é uma visão crítica à história da psicologia dominante na América Latina. Para Martín-Baró (1986/2011), a psicologia latino-americana esteve historicamente distante dos problemas principais do povo latino-americano, bem como de suas aspirações transformadoras e insurgentes. Ao contrário, contribuiu para uma história de miséria e escravidão, uma realidade de miséria calcada em dependência colonial.

Para o autor de *Acción e Ideología* (1983), a psicologia prevalecente na América Latina é carente de epistemologias adequadas, tem sua história marcada por uma importação mimética e centra suas preocupações em problemas pouco importantes para os povos da região. Isso porque, para Martín Baró (1989/2011), a Psicologia contemporânea e seu desenvolvimento teve sua história entrelaçada à evolução das sociedades ocidentais dominantes, especialmente Europa e América do Norte. Disso decorre que as principais teorias e conceitos da Psicologia foram formulados sobre sociedades cuja população lograva a satisfação das necessidades básicas vitais, o que acarretou em estudos psicológicos com atenção para demandas menos basilares (superiores à sobrevivência). Paulatinamente, isso fez da Psicologia uma ciência pautada nas demandas emergentes nos países de desenvolvimento socioeconômico superior, diferentes das necessidades latino-americanas.

Martín-Baró afirmava que a recorrente importação acrítica dos modelos cientificistas da Psicologia norte-americana, sem uma análise de sua adequação para a realidade latino-americana, conduzia reproduções e ideologizações. Na visão do autor, as teorias de outros contextos eram incapazes de dar conta da realidade de pobreza, desnutrição, alfabetismo, opressão e exploração no Terceiro Mundo.

Isso, que o autor chamava de mimetismo cientificista, fomentou o predomínio de perspectivas epistemologicamente positivistas, individualistas, hedonistas, homeostáticas e ahistóricas. Do mesmo modo, expressavam uma concepção de indivíduo como entidade isolada e, com os ideais de neutralidade científica, rejeitavam e silenciavam qualquer visão conflitiva da sociedade (Martín-Baró, 1986/2011).

Era preciso romper com essas concepções, questionar essa história para superar uma tendência dos psicólogos latino-americanos de servir minorias poderosas (burguesia ou setores médios) (Martín-Baró, 1989/2011). Contribuir científica e profissionalmente para os povos latino-americanos demandava redefinir a bagagem teórica e prática da Psicologia, partindo das condições de vida das maiorias populares, sua realidade, aspirações e lutas. Trata-se do projeto de uma Psicologia para a libertação dos povos latino-americanos, com um novo horizonte, uma nova epistemologia e uma nova práxis, projeto que tem como ponto de partida a libertação da psicologia latino-americana de sua histórica dependência (Martín-Baró, 1986/2011).

Nesse novo projeto, os problemas das maiorias populares são vistos como prioridades, sobretudo pelas condições de miséria e opressão enfrentadas em um contexto de desigualdade estrutural. Para isso, é imprescindível uma nova epistemologia que apreenda a realidade a partir do próprio povo oprimido, e que considere a libertação individual (poder sobre sua própria história) necessariamente articulado à libertação coletiva.

As novas práticas, ou melhor, a práxis que se articula às novas concepções se somam às lutas populares na busca do poder popular. Nesse sentido, politizam a Psicologia ao terem uma opção ética e posicionamento assumido em favor dos

oprimidos (Martín-Baró, 1986/2011).

Trata-se de desenvolver uma psicologia para além de si mesma, que possa servir às maiorias populares latino-americanas e tomar os problemas reais como prioridade, buscando a verdade dos povos latino-americanos não em seu presente de opressão, mas no futuro de libertação. Não supõe, é claro, descartar todo conhecimento, mas promover uma revisão crítica pondo em questão os limites e avanços de cada teoria e suas matrizes epistemológicas, sob o ângulo da história e das maiorias, compreendendo que isso é possível, apenas, no movimento e na ação de reconhecer o real em seu próprio processo de *práxis* transformadora (Martín-Baró, 1986/2011).

Esta síntese sobre a Psicologia da Libertação evidencia sua constituição como um projeto de psicologia crítica, que critica a psicologia e a sociedade e visa contribuir para a transformação de uma realidade de desigualdade e opressão. Uma proposta com o horizonte histórico da libertação das maiorias populares, a construção de uma nova epistemologia e uma nova *práxis* que contempla a Psicologia em seu conjunto.

Apresentamos, nesse capítulo, a fundamentação teórica de nossa pesquisa enquanto lugar de partida para o estudo da ideologia em Martín-Baró. A seguir, revelaremos o aporte metodológico que sustentou o acercamento de nosso objeto de pesquisa, incluindo a explicitação das escolhas das fontes de análise e os procedimentos que adotamos para dar conta de nossa empreita.

III. MÉTODO

3.1. Fundamentos do método

Como já indicamos anteriormente, as bases do método que adotamos para essa pesquisa são coerentes com a fundamentação teórica. Logo, assumimos um método inspirado no materialismo histórico-dialético, concebendo, por princípio, teoria e método como indissociáveis. Isso porque, numa perspectiva ontológica de inspiração materialista histórica e dialética, entendemos que toda forma de conhecer um objeto ou fenômeno é precedida de uma concepção sobre o que ele é. De modo que o pesquisador o tem como referência fundamental para traçar seu processo investigativo.

O caminho traçado para a investigação de um objeto é determinado pelas exigências do próprio objeto, e, por isso, decorre da apreensão de seu movimento real. Portanto, diferentes técnicas e procedimentos podem ser adotados na implicação ativa que o investigador tem sobre o objeto, o que destitui quaisquer pretensões de neutralidade (Paulo Netto, 2011).

O método não corresponde a um conjunto de regras apriorísticas a serem aplicadas a qualquer objeto de investigação, tampouco uma fórmula atribuída pelos desejos do investigado; ele é construído tendo o objeto como a referência fundamental. É, pois, a própria constituição de sua aparência, a forma como se apresenta, e sua essência, sua estrutura e dinâmica, dá base para a determinação dos procedimentos investigativos capazes de apreendê-lo (Paulo Netto, 2011).

A realidade (o objeto) é o ponto de partida. No caso de nossa pesquisa, trata-se da realidade que constitui e envolve a obra de um autor da Psicologia. O fato de não partirmos de uma forma como se deve conhecer por si mesma é um dos elementos fundamentais que representam a perspectiva de Marx. Trata-se da

inversão materialista do idealismo filosófico, o qual assume as ideias como elaboradas a partir da relação dos homens com o mundo, e não o inverso. Isso significa dizer que o ser tem prioridade sobre o conhecer (Paulo Netto, 2011).

Pensando em um estudo na psicologia que se propõe crítico e histórico, como nos alertam Jacoby (1977) e Antunes (2005b), é fundamental ter em conta o entendimento da cultura e da sociedade na qual se constitui uma teoria. Todo conhecimento teórico precisa ser historicizado. Por isso, uma compreensão histórica de uma teoria demanda “incorporar o conhecimento das relações sociais nas quais ela se produz e que lhe dão base de sustentação e possibilidade de desenvolvimento” (Antunes, 2005b, p.108). A compreensão de uma produção teórica no bojo das relações que esta estabelece com o movimento global da sociedade da qual faz parte é fundamental para apreender o significado de seus conceitos.

Nesse âmbito, estudar as teorias psicológicas em uma perspectiva histórica e contextualizada é, também, apreender as teorias psicológicas como fenômenos históricos e sociais e, portanto, provenientes de demandas da realidade social de sua gestação. Desta forma, os elementos estruturais e conjunturais de determinada sociedade fundamentam uma produção teórico-científica enquanto produção social e histórica, envolvida no jogo de forças sociais de seu período de constituição em dimensões culturais, políticas e objetivas.

Nesse sentido, um estudo de base materialista histórica e dialética na Psicologia busca a apreensão dos conhecimentos psicológicos como fenômenos históricos e sociais. Por essa razão, consideramos que para analisar a emergência e o desenvolvimento de uma concepção teórica no interior da Psicologia é necessário compreender a relação existente entre o desenvolvimento da ciência psicológica e os processos econômicos, políticos e culturais em determinado momento histórico.

A esse respeito, Antunes (2005) e Lacerda Jr. (2012) fazem considerações sobre as implicações dessa teoria para o estudo de uma obra da Psicologia. Em uma síntese que articula essas duas contribuições, podemos dizer que o profundo estudo de uma obra demanda uma apreensão que tenha como horizonte articular quatro dimensões de análise: (a) a análise da totalidade histórica - compreensão da concretude material e espacial em que as teorias e práticas, que são objeto de análise, se constituíram; (b) a análise de fundamentação filosófica - análise das bases epistemológicas e ontológicas presentes nas formulações teóricas em estudo e os desdobramentos teóricos nelas envolvidos; (c) a análise interna, ou seja, estudo sistemático das categorias, conceitos, definições, coerência teórico-metodológica e/ou práticas sociais das singulares manifestações de uma teoria psicológica; e (d) a análise da função social, quer dizer, a análise do confronto das ideias e práticas psicológicas com a realidade social de sua gestação.

Considerando esses princípios como horizonte ideal e sabendo dos limites reais para essa pesquisa de mestrado, seguimos apresentando o método deste estudo.

3.2. Contextualização da pesquisa

Dadas essas considerações e as advertências sobre os métodos de investigação sob esta inspiração teórica, algumas considerações sobre o nosso objeto precisam ser apresentadas antes de passarmos ao plano de análise. Apresentamos aqui alguns elementos gerais da obra de Martín-Baró, seguido das fontes para nossa pesquisa.

Sabemos que Martín-Baró desenvolveu sua obra nas décadas 1970 e 1980 em El Salvador, em contexto de extrema desigualdade social, pobreza e injustiça. O país, entre 1980 e 1992, foi palco de uma violenta guerra civil que marcou o período mais

trágico de sua história recente, com a estimativa de que 75 mil pessoas foram mortas pela guerra, a maioria constituída por civis (De La Corte, 2001).

As tensões políticas e sociais em El Salvador atingiram todas as instâncias do país, contando com uma participação ativa da *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (UCA), onde Martín-Baró foi professor entre 1970 e 1989. Com base na Teologia da Libertação, os jesuítas marcaram os rumos da UCA, assumindo uma opção preferencial pelos pobres, tendo como prioridade a realidade nacional e o povo salvadorenho. Em meio aos conflitos políticos e à guerra civil, a ciência foi utilizada para ouvir o povo e evidenciar seus verdadeiros interesses, o que desagradou o exército nacional e culminou no assassinato de Martín-Baró, juntamente com mais outros cinco jesuítas e duas funcionárias da instituição (De La Corte, 2001).

A Teologia da Libertação, uma das principais influências do autor, tem como ideia central a “opção pelos pobres” e como principais características: a luta contra a idolatria, a releitura da bíblia a partir da ideia de libertação, a crítica moral e social ao capitalismo, a utilização do marxismo como instrumento de análise da realidade e o desenvolvimento de comunidades de base (Lowy, 1991; Sofiati, 2009).

Finalmente, destaca-se a influência da crise da Psicologia Social nos anos 1970 e 1980. Período em que as concepções hegemônicas no âmbito das ciências sociais e na Psicologia foram postas em xeque, sobretudo pelas articulações entre a ordem instituída e as aspirações positivistas de “neutralidade” das tendências dominantes em um período de inquietações sociais pelo mundo (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011).

O contexto histórico que envolve a obra de Martín-Baró foi fundamental para a constituição da Psicologia da Libertação. Foi justamente em crítica à sociedade e à Psicologia vigente que o autor recorreu ao referencial marxista⁴⁷ para a análise crítica

⁴⁷ Como destacamos anteriormente, não desconsideramos as influências de outras correntes do pensamento social nas elaborações de Martín-Baró (Ver Martín-Baró, 1983/2012; 1989/2008;

e a busca de alternativas para a transformação da Psicologia e da sociedade (Lacerda Jr. e Guzzo, 2011).

A presença da tradição marxista na proposta delineada pelo autor é evidente e já foi assinalada por Lacerda Jr. (2007), Lacerda e Guzzo (2011), Mendonça (2014). Martín-Baró faz referências diretas à Marx e a autores influenciados por sua obra (Althusser, Freire, Sève), além das correntes teológico-filosóficas que apresentam tal influência (como a Filosofia e a Teologia da Libertação). Aproximações notórias, também, pela utilização de categorias, como: classe social, dialética, história, trabalho, ideologia, alienação, produção, totalidade, consciência de classe, psicologia de classe (ver Martín-Baró, 1983/2012).

Portanto, temos como contexto de nossa pesquisa o conjunto da obra do autor, seus artigos, livros, entrevistas, resenhas e manuscritos produzidos por Martín-Baró e o momento histórico social que fomenta essa produção. Tivemos acesso a cinco acervos com os textos do autor. Trata-se do acervo organizado pela Cátedra Libre Ignacio Martín-Baró da Colômbia⁴⁸, da coleção digital da *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas*⁴⁹, das sínteses e sistematização de Luís De La Corte (1998; 2001), do acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação⁵⁰ da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e do acervo do Núcleo de Estudos e Pesquisas Crítica, Insurgência, Subjetividade e Emancipação – CRISE da Universidade Federal de Goiás.

Com base nesses acervos, organizamos uma compilação de produções

Mendonça, 2014). Tão somente consideramos a sua influência marxista como a que mais fortalece seu potencial de crítica à Psicologia e à sociedade.

⁴⁸ Disponível em < <http://www.catedralibremartinbaro.org/html/imb.php> >

⁴⁹ Disponível em < <http://www.uca.edu.sv/coleccion-digital-IMB/> > acessado em 10/11/15.

⁵⁰ A organização deste acervo contou com contribuições, e a catalogação está disponível no quadro de produções de Martín-Baró apresentado por Oliveira et. al (2014).

considerando critérios de originalidade, o momento da produção, ano, década, veículo de publicação e país. Desse modo, para a descrição da obra, desconsideramos produtos repetidos, com exceção somente para os casos em que o próprio autor publicou manuscritos anteriores. Os trabalhos reeditados pelo próprio, autor destinados à publicação, são considerados em sua primeira veiculação. As publicações posteriores à morte de Martín-Baró também foram tomadas a partir de sua elaboração original. Entretanto, alguns textos preparados pelo próprio autor, que foram publicados somente pós-morte, também foram considerados, como é o caso dos textos de 1990.

Foram considerados artigos os textos publicados em periódicos científicos e revistas de divulgação acadêmica, independente da área. Quanto à atribuição dos livros, são considerados os textos que, escritos somente por Martín-Baró, foram produzidos e organizados pelo autor em formato de livro para publicação. Como consequência, atribuímos à qualificação de compilação/organização de livros àqueles que o autor somente organiza a sequência de textos e a introdução/apresentação. De modo que as apresentações e os capítulos foram tratados segundo critérios separados.

São categorizadas como apresentações/introduções os textos que apresentam e introduzem compilações e sequências de textos não restritas à autoria de Martín-Baró. Por isso, não são consideradas em separado as apresentações dos produtos compreendidos como livros.

Nesse sentido, são concebidos como capítulos de livro os textos que compõem compilações de textos organizadas por Martín-Baró e/ou outros autores, considerando os critérios anteriores de originalidade e reedição.

Por fim, consideramos entrevistas concedidas pelo autor e publicadas com

originalidade.

Já no que se refere aos critérios de classificação dos manuscritos, foram considerados os trabalhos escritos a que tivemos acesso e que não foram publicados em vida pelo autor; produções cujas finalidades eram de elaboração pessoal, preparação para palestras e conferências. Os trabalhos preparados para obtenção dos títulos de graduação, mestrado e doutorado foram considerados como trabalhos de conclusão de curso (TCC). Por fim, entrevistas correspondem aos textos publicados que expressam o conteúdo de entrevistas concedidas pelo autor.

Passamos agora a apresentação de nossas fontes, plano de análise e os procedimentos realizados para seleção e análise dos textos.

3.3. Fontes e plano de análise

Nossa pesquisa tem como fonte o conjunto da obra de Martín-Baró. Organizamos três tabelas para apresentar ao leitor todos os textos de que temos conhecimento. As tabelas estão organizadas por décadas (1960, 1970 e 1980) e expressam o título, ano e o país em que foi escrito, tipo de produção e o veículo de publicação.

Quadro de produções IMB década de 1960					
Nº	Ano	Título	Tipo	Veículo	País
1	1963	La teoría del conocimiento del materialismo dialectico	manuscrito	Inédito	Colômbia
2	1964	Sufrir y ser	manuscrito	Inédito	Colômbia
3	1965	Dios y materialismo dialectico.	manuscrito	Inédito	Colômbia
4	1966	La muerte como problema filosófico	artigo	ECA 21, 212, 7-12.	El Salvador
5	1966	Miguel A. Sholojov, Premio Nobel de Literatura	artigo	ECA 21, 212, 15-16.	El Salvador
6	1966	Un extraño remedio para la homosexualidad: su legalización	artigo	ECA 21, 213, 54.	El Salvador
7	1966	Pablo Antonio Cuadra, tierra y luz nicaragüense	artigo	ECA 21, 215, 93-95.	El Salvador
8	1966	La forja de rebeldes	artigo	ECA 21, 221, 287-88.	El Salvador
9	1967	La figura del año	artigo	ECA 22,224, 369-70.	El Salvador
10	1967	Rubén Darío, entrevistado	artigo	ECA 22, 226, 444-45.	El Salvador
11	1967	¿Quién le teme a James Bond?	Artigo	ECA 22, 227, 511-12.	El Salvador

12	1968	El pulso del tiempo: guerrilleros y hippies, blow up	Artigo	ECA 23, 234. 25-26.	El Salvador
13	1968	El complejo de macho o el "machismo"	Artigo	ECA 23, 235, 38-42.	El Salvador
14	1968	Propaganda: deseducación social	Artigo	ECA 23, 243, 367-373.	El Salvador
15	1968	Los cristianos y la violencia.	manuscrito	Inédito	Bélgica
Parcial	4 manuscritos + 11 artigos				15

Quadro de produções IMB década de 1970					
Nº	Ano	Título	Tipo	Veículo	País
1	1970	Psicología de la caricia.	artigo	ECA, 25, 264, 496-498.	El Salvador
2	1971	Problemas actuales en psicopedagogía escolar.	artigo	ECA 26, 273, 401-413.	El Salvador
3	1971	Del pensamiento alienado al pensamiento creativo.	artigo	Revista La Universidad.	-
4	1972	Una nueva pedagogía para una universidad nueva	artigo	ECA 27, 281-282, 129-145.	El Salvador
5	1972	Del alcohol a la marihuana	artigo	ECA 27, 283, 225-242.	El Salvador
6	1972	Peluqueros institucionales	artigo	ECA 27, 283, 297-301.	El Salvador
7	1972	Munich 72: el ocaso de una mitología	artigo	ECA 27, 288-289, 697-701.	El Salvador
8	1972	Presupuestos psicosociales de una caracteriología para nuestros países	artigo	ECA 27, 290, 763-786.	El Salvador
9	1972	Del futuro, la técnica y el planeta de los simios	artigo	ECA 27, 290, 795-799.	El Salvador
10	1972	Hacia una docencia liberadora	artigo	Universidades, 50, 9-26.	México
11	1972	Psicodiagnóstico de América Latina	livro	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
12	1972	La desatención social del poder opresor	artigo	En 1972 (h) pp. 121-140.	El Salvador
13	1973	Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador	artigo	ECA 28, 293-294, 123-132.	El Salvador
14	1973	Antipsiquiatría y psicoanálisis	artigo	ECA 28, 293-94, 203-206.	El Salvador
15	1973	Cartas al presidente: reflexiones psicosociales sobre un caso del personalismo político en El Salvador	artigo	ECA, 28, 296, 345-57.	El Salvador
16	1973	Psicología del campesino salvadoreño	artigo	ECA 28, 297-298, 476-495.	El Salvador
17	1974	¿Quién es pueblo?: reflexiones para una definición del concepto de pueblo	artigo	ECA 29, 303-4, 11-20.	El Salvador
18	1974	De la evasión a la invasión	artigo	ABRA (El Salvador), 0, 19-24.	El Salvador
19	1974	Elementos de conscientización socio-política en los currícula de las universidades	artigo	ECA 29, 313-314, 765-783.	El Salvador
20	1975	Culpabilidad religiosa en un barrio popular	TCC	Monografía de licenciatura em Psicologia. UCA de El Salvador (inédito).	El Salvador
21	1975	Cinco tesis sobre la paternidad aplicadas a El Salvador	artigo	ECA 30, 319-320, 265-282.	El Salvador
22	1975	El estudiantado y la estructura universitaria	artigo	ECA 30, 324-25, 638-51.	El Salvador

23	1975	El valor psicológico de la represión política mediante la violencia	artigo	ECA 30, 326, 742-752.	El Salvador
24	1975	Elementos de conscientización en los currícula universitarios*	livro	Guatemala: FUPAC.	El Salvador
25	1976	Los sin vivienda	artigo	Alternativa, UCA.	El Salvador
26	1976	Problemas de psicología social en América Latina*	Comp.	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
27	1977	Psicología, ciencia y conciencia	Comp.	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
28	1977	Del cociente intelectual al cociente racial	artigo	ECA 32, 345, 485-494.	El Salvador
29	1977	Social Attitudes and Group Conflict in El Salvador	TCC	Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidad de Chicago (inérito).	EUA
30	1978	Vivienda mínima: obra máxima	artigo	ECA 33, 359, 732-33.	El Salvador
31	1978	Ley y orden en la vida del mesón	artigo	(Con M. Herrera) (b). ECA 33, 360, 803-828.	El Salvador
32	1979	Cien años de psicología	artigo	ECA 34, 368, 432-433.	El Salvador
33	1979	Household Density and Crowding in Lower-Class Salvadoreans	TCC	Tese de doutorado Universidade de Chicago (inérito).	EUA
34	1979	Haciendo la universidad	Comp.	Guatemala: FUPAC.	Guatemala
Parcial	26 artigos + 2 livros + 3 TCCs + 3 compilações				34

Quadro de produções IMB década de 1980					
Nº	Ano	Título	Tipo	Veículo	País
1	1980	La voz de los sin voz: la palabra viva de Monseñor Oscar Arnulfo Romero*	Comp.	(Com) Sobrino, S. y Cardenal, R. (ed.). UCA editores.	El Salvador
2	1980	Monseñor: una voz para un pueblo pisoteado*	capítulo	Em Sobrino, S.; Martín-Baró, I. y Cardenal, R. (ed.), La voz de los sin voz: la palabra viva de Monseñor Oscar Arnulfo Romero. San Salvador: UCA editores, pp. 13-34.	El Salvador
3	1980	Fantasmas sobre un gobierno popular en El Salvador	artigo	ECA 35, 377-378, 277-290.	El Salvador
4	1980	Ocupación juvenil: reflexiones psicosociales de un rehén por 24 horas	artigo	ECA 35, 379, 463-474.	El Salvador
5	1980	Desde Cuba y sin amor	artigo	ECA 35, 379, 485-486.	El Salvador
6	1980	La imagen de la mujer en El Salvador	artigo	ECA 35, 380, 557-568.	El Salvador
7	1980	A la muerte de Piaget	artigo	ECA 35, 383, 869-871.	El Salvador
8	1980	El papel del psicólogo en un proceso revolucionario	manuscrito		El Salvador
9	1980	Ética en psicología.	apresentação	Texto introdutório a um pequeno livro organizado por Martín-Baró em	El Salvador

				1980.	
10	1980	Genocidio en El Salvador	manuscrito	San Salvador (inédito).	El Salvador
11	1981	La guerra civil en El Salvador	artigo	ECA 36, 387-388, 17-32.	El Salvador
12	1981	El liderazgo del Monseñor Romero: un análisis psicosocial	artigo	ECA 36, 389, 152-172.	El Salvador
13	1981	Actitudes en El Salvador ante una solución política a la guerra civil	artigo	ECA 36, 390-91, 325-348.	El Salvador
14	1981	Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño	artigo	ECA 36, 394, 773-788.	El Salvador
15	1981	La institucionalización de la calumnia.	manuscrito	texto preparado entre 1980-1981.	El Salvador
16	1981	Las raíces psicosociales de la guerra en El Salvador	livro	San Salvador (inédito).	El Salvador
17	1982	Una juventud sin liderazgo político	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador 1, 5, 8-10.	El Salvador
18	1982	El llamado de la extrema derecha	artigo	ECA 37, 403-404, 453-466.	El Salvador
19	1982	Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador	artigo	Revista de la asociación latinoamericana de Psicología social, 2, 91-111.	El Salvador/ América Latina
20	1982	¿Escuela o prisión? La organización social de un centro de orientación en El Salvador	artigo	(Com Iraheta, V. e Lemus de Vides, A.) ECA 37, 401, 179-92.	El Salvador
21	1983	Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica	livro	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
22	1983	Los rasgos femeninos según la cultura dominante en El Salvador	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador 2, 8, 3-7.	El Salvador
23	1983	Polarización social en El Salvador	artigo	ECA 38, 412, 129-142.	El Salvador
24	1983	Los sectores medios ante el plan Reagan: una perspectiva sombría	artigo	ECA 38, 415-416 517-522.	El Salvador
25	1983	Estacazo imperial: abuso y mentira en Granada	artigo	ECA 39, 421-22, 1018-21.	El Salvador
26	1984	La necesidad de votar: actitudes del pueblo salvadoreño ante el proceso electoral de 1984	artigo	(Com Orellana, V. A.) ECA 39, 426-427, 253-264.	El Salvador
27	1984	El último discurso de Alvaro Magaña	artigo	ECA 39, 428, 425-427.	El Salvador
28	1984	Guerra y salud mental	artigo	ECA 39, 429-30, 503-514. 1990a, pp. 71-88;	El Salvador
29	1984	El terrorismo del estado norteamericano	artigo	(d). ECA 39, 433, 813-816.	El Salvador
30	1984	La sumisión a la autoridad como valor social en El Salvador	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador 3, 11, 19-26.	El Salvador
31	1984	Psicología social V: Sistema y poder	livro	San Salvador: UCA Editores.	El Salvador
32	1984	Informes sobre la población de solicitantes al proyecto "Popotlán" de la FUNDASAL	manuscrito	(Com King, C.) San Salvador: UCA (inédito).	El Salvador
33	1985	La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica	artigo	Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO) 8, 3, 3-9.	Venezuela
34	1985	Valores del universitario salvadoreño de primer ingreso	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador	El Salvador

				Salvador 4, 15, 5-12.	
35	1985	De la conciencia religiosa a la conciencia política	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador, 4, 16, 72-82.	El Salvador
36	1985	El papel del psicólogo en el contexto centroamericano	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador 4, 17, 99-112.	El Salvador
37	1985	La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador	artigo	Cuadernos de Psicología (Universidad del Valle, Cali) 7, 1-2, 93-108.	Colombia
38	1985	El trabajador social salvadoreño: situación y actitudes	artigo	ECA 40, 438, 229-240.	El Salvador
39	1985	La oferta política de Duarte*	artigo	ECA 40, 439-440. 345-356.	El Salvador
40	1985	El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real	artigo	Revista de Psicología Social, Universidad Autónoma de Madrid, 1985(sn), 31-50.	Espanha
41	1985	Los niños desplazados en El Salvador: Problemas y tratamiento	manuscrito	-	México
42	1985	Conflicto social e ideología científica: De Chile a El Salvador	manuscrito		El Salvador
43	1985	Psicología latinoamericana	artigo	Editorial. Boletín de Psicología de El Salvador, 4, 21, 39-41.	El Salvador
44	1985	Iglesia y revolución en El Salvador*	manuscrito	-	EUA
45	1985	Un camino hacia la paz en El Salvador.	manuscrito	-	El Salvador
46	1986	La ideología familiar en El Salvador	artigo	ECA 41, 450, 291-304.	El Salvador
47	1986	El pueblo salvadoreño ante el diálogo	artigo	ECA 41, 454-455, 755-768.	El Salvador
48	1986	Socialización política: dos temas críticos	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador, 19, 5-20.	El Salvador
49	1986	Hacia una psicología de la liberación	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador, 5, 22, 219-231.	El Salvador
50	1986	La ideología de los sectores medios salvadoreños	artigo	Revista Mexicana de Psicología, 3, 1, 59-65.	México
51	1986	El futuro del mercadeo en El Salvador.	manuscrito	-	El Salvador
52	1987	Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987)	livro	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
53	1987	Del opio religioso a la fe libertadora	artigo	Psicología política latinoamericana. Ed. Montero, M. Caracas: Panapo, 1987.	Venezuela
54	1987	El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano	artigo	Psicología política latinoamericana. Ed. Montero, M. Caracas: Panapo, 1987.	Venezuela
55	1987	Votar en El Salvador: psicología social del desorden político*	artigo	Boletín de la Asociación Venezolana de	Venezuela

				Psicología Social (AVEPSO), 10, 2, 28-36.	
56	1987	¿Es machista el salvadoreño?	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador, 6, 24, 101-122.	El Salvador
57	1987	El reto popular a la psicología social en América Latina	artigo	Boletín de Psicología de El Salvador 6, 26, 251-270.	El Salvador
58	1987	Psicología social desde Centroamérica: Retos y perspectivas	entrevista	Revista Costarricense de Psicología, 5, 71-76.	Costa Rica
59	1987	Procesos psíquicos y poder	manuscrito	Manuscrito produzido em 1987 e que foi publicado, pela primeira vez, em 1994	
60	1988	From Dirty War to Psychological War: The case of El Salvador	artigo	Em Aron, A. (ed.), Flight, Exile an Return: Mental Health and the Refugee. San Francisco: CHRICA.	EUA
61	1988	La familia, puerto y cárcel para la mujer salvadoreña.	manuscrito	-	El Salvador
62	1988	La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador	artigo	Revista de Psicología de El Salvador, 7, 28, 123-141.	El Salvador
63	1988	La mujer salvadoreña y los medios de comunicación masiva	artigo	Revista de Psicología de El Salvador 7, 29, 253-266.	El Salvador
64	1988	La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial	artigo	Revista Costarricense de Psicología, Nos. 12 y 13, pág. 21-34	Costa Rica
65	1988	La Psicología Política Latinoamericana	manuscrito	-	Colombia
66	1988	El Salvador 1987	artigo	ECA 43, 471-472, 21-45.	El Salvador
67	1988	Opinión preelectoral y sentido del voto en El Salvador	artigo	ECA 43, 473-474, 213-223.	El Salvador
68	1988	Consecuencias psicológicas del terrorismo político*	-	San Salvador (inérito).	El Salvador
69	1988	Los grupos con historia: un modelo psicosocial	artigo	Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 11, 1, 3-18.	Venezuela
70	1988	Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño	manuscrito	Trabalho apresentado na conferência da ACISAM, setembro de 12.	El Salvador
71	1989	La opinión pública salvadoreña (1987-1988)	livro	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
72	1989	La opinión pública salvadoreña ante los primeros cien días del gobierno de Cristiani	artigo	ECA 44, 490-491, 715-726.	El Salvador
73	1989	Psicología política del trabajo en América Latina	artigo	Revista de Psicología de El Salvador 8, 31, 5-25.	El Salvador
74	1989	Los medios de comunicación masiva y la opinión pública en El Salvador de 1979 a 1989	artigo	ECA 44, 493-494, 1081-1093.	El Salvador

75	1989	Review of F.J. Hinkelammert ("La fe de Abraham y el edipo occidental")	artigo	Revista Latinoamericana de Teología 6, 17, 241-43.	América latina
76	1989	Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II	livro	San Salvador: UCA editores.	El Salvador
77	1989	Asking Questions in El Salvador: As Gangerous as Expressing Them	entrevista	Brinton Lykes, Links 6, 2, 10.	El Salvador
78	1989	Encuestas pre-electorales en El Salvador	artigo	ECA 44, 485, 229-232.	El Salvador
79	1989	Todo es del dolor con que se mira.	apresentação	Lira, Ed (ed.), Santiago de Chile: ILAS.	Chile
80	1989	La institucionalización de la guerra	artigo	Revista de Psicología de El Salvador 8, 33, 223-45.	El Salvador
81	1989	The Psychologic Consequences of Political Terrorism	Vídeo-conferência	Vídeo e transcrição do trabalho apresentado no simpósio realizado pelo Comitê para direitos à saúde da América Central (CHICRA), Berkley, 17 de Janeiro.	EUA
82	1989	Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana	manuscrito	-	México
83	1989	Sólo Dios salva. Sentido político de la conversión religiosa	artigo	Revista chilena de Psicología 10, 1, 13-20.	Chile
84	1989	Iglesia y revolución en El Salvador	artigo	Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 12, 27-39.	Venezuela
85	1989	Martín-Baró: Entrevista	entrevista	Revista Chilena de Psicología, 10 (2).	Chile
86	1989	El método de la Psicología política.	manuscrito	Publicado em 1991 Em Maritza Montero (Org.), Acción y discurso: Problemas de psicología política en América Latina (pp. 39-56). Caracas: EDUVEN.	El Salvador
87	1990	Trabajador alegre o trabajador explotado? La identidad nacional del salvadoreño	Artigo	Revista de Psicología de El Salvador, vol. 9, nº35, 147-172. UCA, San Salvador.	El Salvador
Parcial	15 manuscritos + 58 artigos + 5 livros + 1 compilação + 1 capítulo + 3 entrevistas + 2 apresentações + 1 videoconferência + 1 sem classificação				87

A partir desses critérios, são contabilizados 136 produtos, quase 100 artigos, sete livros, cinco compilações de textos, três introduções, dois capítulos de livro, três trabalhos de conclusão de curso (graduação, mestrado e doutorado) e três

entrevistas. Uma análise panorâmica dessa produção será apresentada no capítulo seguinte.

Selecionamos aqueles que tratam mais diretamente do tema da ideologia. Baseamo-nos na leitura dos títulos, resumos (quando havia) ou prólogos para escolha dos textos que se referem à ideologia e/ou termos derivados e correlatos. Além disso, com o conhecimento prévio acerca da íntima articulação entre ideologia e os conceitos de alienação e conscientização na Psicologia crítica latino-americana, levamos em conta, também, os textos que se referem a esses conceitos. Assim, tivemos como palavras-chave de nossa busca os termos: ideologia, ideologização, desideologização, alienação, desalienação, conscientização e/ou consciência. Identificamos 22 textos. Abaixo temos um quadro com todos os textos selecionados.

Textos selecionados			
Nº	Ano	Título	Tipo
1	1971	Del pensamiento alienado al pensamiento creativo.	Artigo
2	1974	Elementos de conscientización socio-política en los curricula de las universidades	Artigo
3	1980	Fantasmas sobre un gobierno popular en El Salvador	Artigo
4	1981	El liderazgo del Monseñor Romero: un análisis psicosocial	Artigo
5	1982	El llamado de la extrema derecha	Artigo
6	1983	Acción e ideología: psicología social desde Centroamérica	Livro
7	1985	La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica	Artigo
8	1985	Valores del universitario salvadoreño de primer ingreso	Artigo
9	1985	De la conciencia religiosa a la conciencia política	Artigo
10	1985	El papel del psicólogo en el contexto centroamericano	Artigo
11	1985	La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador	Artigo
12	1985	El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real	Artigo

13	1985	Conflicto social e ideología científica: De Chile a El Salvador	Manuscrito
14	1986	La ideología familiar en El Salvador	Artigo
15	1986	Socialización política: dos temas críticos	Artigo
16	1986	Hacia una psicología de la liberación	Artigo
17	1987	Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987)	Artigo
18	1987	El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano	Artigo
19	1987	El reto popular a la psicología social en América Latina	Artigo
20	1988	La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador	Artigo
21	1988	La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial	Artigo
22	1989	Psicología política del trabajo en América Latina	Artigo

Como preparação para a análise dos textos escolhidos, fizemos um resgate da trajetória pessoal e teórico-intelectual do autor. Em seguida, discutimos as principais influências históricas que acompanham o desenvolvimento dos objetos de pesquisa do autor, isto é, recorreremos à literatura histórica sobre o período e contexto social e científico em que Martín-Baró escreveu, com a finalidade de discutir as condições objetivas e políticas que fomentaram tal produção.

Enfim, para análise dos textos escolhidos, realizamos leituras aprofundadas e análises de cada um dos 22 textos. Organizamos uma síntese de cada um deles, sobre os referidos conceitos e os problemas de que se ocupam. Buscamos os fundamentos, definições e concepções do conceito de ideologia em Martín-Baró, tendo como preocupação a fidelidade às ideias postuladas pelo próprio autor e uma compreensão situada na história que a envolve, para, então, analisarmos em um conjunto de três partes.

Desse modo, a sequência do texto divide-se em três partes. A primeira delas discorre sobre o contexto de produção do autor, as influências principais e sua trajetória pessoal e profissional. O segundo aprofunda-se na análise dos textos sobre

ideologia e dos demais termos pertinentes a este tema. E, na última, tecemos considerações finais.

IV. MARTÍN-BARÓ: CONTEXTO, PERCURSO E OBRA

Este capítulo visa uma apresentação geral da produção textual de Martín-Baró e o contexto em que ela se efetiva. Para isso, levamos em consideração três importantes dimensões articuladas: sua trajetória de vida pessoal, o percurso teórico-intelectual do autor e o contexto histórico de constituição de sua obra. Começamos com o contexto histórico de constituição dessas produções. Na sequência, apresentamos uma síntese sobre percurso e a obra de Martín-Baró.

4.1. Contexto histórico da obra de Martín-Baró

Para uma compreensão histórica das elaborações teóricas de Martín-Baró, incorporamos as relações sociais que são base e inspiração para sua produção. Trata-se de estudar a história da Psicologia, considerando a história social que a transcende. Nesse sentido, neste tópico, apresentamos uma discussão sobre os elementos estruturais e conjunturais que destacam sua produção enquanto social e histórica, considerando o jogo de forças sociais que envolvem o período de sua constituição em múltiplas dimensões. Começamos apresentando o terreno social em que Martín-Baró desenvolveu sua produção teórica, iniciando com a situação política, econômica e social da América Latina e El Salvador nas décadas de 1960, 1970 e 1980, com destaque para a última década. Em seguida, nos referimos a outras duas principais inspirações para a produção martinbaroniana, a Universidade “*José Simeón Cañas*” e a Teologia da Libertação.

4.1.1. América Latina e El Salvador nos anos 1970 e 1980

Diversos processos correlatos constituem o histórico do continente latino-americano: os movimentos de independência no século XIX, a industrialização tardia,

os regimes populistas do séc. XX, e os sucessivos golpes militares em diversos países (Hur e Lacerda Jr., 2013).

A América Latina foi incluída na história na Modernidade sob a regência da colonização, da dependência, da subordinação e da super exploração perpetradas primeiramente pela Europa e, depois, pelos EUA. O extrativismo, o acultramento, a escravidão (de índios e negros), a industrialização tardia são partes de um percurso histórico de dominação e violência que consolidou uma estrutura socioeconômica marcada pela super exploração da força de trabalho, pela exclusão e subjugação de massas populacionais à miséria e indignidade de definir sobre seus próprios rumos e existência (Lacerda Jr., 2014b).

O desenvolvimento do capitalismo tardio nos chamados países do Terceiro Mundo os consolidou como grandes centros de exploração e produção da riqueza mundial. As desigualdades na América Latina condicionam a economia, a cultura e a política, bem como diversos processos de resistência e luta por independência política e econômica (Wolff, 2011).

Na segunda metade do século XX, é intensificada a dependência dos países da região devido à expansão do imperialismo estadunidense. Além das exportações, o capital internacional, através de grandes monopólios, fortaleceu o controle sobre o comércio e a indústria da região, passando a organizar

a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional, etc. (Fernandes, 1975, p. 18 *apud* Lacerda Jr., 2014).

Nos anos 1960 e 1970, uma forte crise internacional impulsionou o

questionamento dos limites postos pela regência do capital, expressa pela impossibilidade do Estado de Bem Estar Social ultrapassar as fronteiras das grandes potências. Convulsões sociais tomaram diversos cantos do mundo: “protestos estudantis (o maio francês, Estados Unidos, em Berkeley e Columbia; Praga, México etc.), crise econômica, conflitos raciais, deterioração ecológica, guerra do Vietnã, invasão soviética da Tchecoslováquia” (De La Corte, 2000, p. 56 *apud* Wolf, 2011, p. 105).

Enquanto isso, na América Latina, mobilizações populares despontaram em vários países questionando os padrões de exploração e suas condições sociais e, como consequência repressora, ditaduras militares tomaram o continente desde o golpe civil-militar no Brasil, em 1964 - passando pelo Chile, Colômbia, Haiti, Honduras, Paraguai, El Salvador, dentre outros - até os acordos de paz em El Salvador, em 1992, e na Guatemala em 1996. Por décadas, prevaleceram regimes autocráticos burgueses, com a "suspensão de direitos civis, a prisão de ativistas políticos, o uso da tortura, desaparecimentos e mortes" (Burton, 2013, p.254, tradução nossa). Muitos desses eventos tiveram como marca os conflitos civis entre movimentos revolucionários populares⁵¹ e as forças estatais.

Entre os anos 1970 e início dos anos 1990, El Salvador foi um dos mais emblemáticos exemplos das tensões sócio-políticas vividas na América Latina e da realidade centro-americana. Localizado na América Central, ao Sul de Honduras e oeste da Guatemala, é o menor país da América Latina, com apenas 20.935 km², área inferior ao Sergipe (menor estado brasileiro), e, em 1980, tinha cerca de 5 milhões de habitantes (Montgomery & Wade, 2006). Com referências em Martín-Baró (1985d),

⁵¹ Dentre esses conflitos, é possível destacar: a Revolução Chinesa em 1949; a Revolução na pequena ilha de Cuba em 1959; e a independência da Argélia em 1962; após intensa luta armada contra o exército francês, potencializaram as esperanças de uma vitória insurgente, influenciando também a adoção de táticas de guerrilha por parte dos movimentos de resistência (Hur e Lacerda Jr, 2013).

Montes (1986;1988), De La Corte (1998; 2001) e Montgomery & Wade (2006), é possível afirmar que a sociedade salvadorenha dos anos 1970 e 1980 caracterizava-se por: dependência político-econômica internacional, estrutura social de herança oligárquica e profunda desigualdade e violência política estatal.

Colônia espanhola, atrasada e destino de poucos investimentos antes da independência em 1821, El Salvador desenvolveu-se pela exportação agrícola, primeiramente cacau e índigo (anil) e depois café, a principal e importante responsável pelas desigualdades no país (Montgomery & Wade, 2006). Isso deve-se à sua consolidação econômica baseada no setor primário, o que lhe conferiu **marcante dependência político-econômica internacional** desde os tempos coloniais (Martín-Baró, 1985d; Montes, 1986). Com grandes latifúndios, a monocultura e a produção voltada para a exportação de produtos primários consolidam uma economia dependente e uma submissão política frente ao imperialismo estadunidense, uma das responsáveis pela exploração nacional de riquezas e sua conseqüente desigualdade social (Martin-Baró, 1985d; De La Corte, 1998; 2001).

A dependência econômica salvadorenha decorria de sua formação social que, consolidada em torno da **questão da propriedade de terras**, era **profundamente desigual**. No século XX, os intensos conflitos de classe que, nas esferas política, social e econômica, marcaram o país, sempre tiveram a terra em seu núcleo. De acordo com Montes (1988), a estrutura social de classes em El Salvador⁵² possuía três classes fundamentais: a dominante, a média e a dominada (Montes, 1986; 1988).

A **classe dominante** era composta por burgueses (proprietários dos grandes

⁵² Apresentamos a estrutura social salvadorenha na perspectiva de Segundo Montes (jesuíta, economista, professor da UCA e parceiro de Martín-Baró). Em 1988, o autor sintetizou as classes fundamentais do país segundo a posição objetiva e material que ocupavam em relação aos meios de produção, a forma como percebiam a realidade e a consciência de classe. Escolhemos sua análise por inserir-se na tradição marxista, pela sua proximidade com Martín-Baró e por ser a melhor que encontramos.

e médios meios de produção), os rentistas (que viviam de aplicação de capitais), bem como pela alta gerência dos setores públicos. No país, a burguesia era predominantemente agrária. Para se ter uma referência, em 1984, num total de 2271 grandes empresas privadas do país, 85,5% (1941) correspondiam ao setor agropecuário, 5,5% (126) ao comércio, 5% (102) à indústria, e outros 5% aos bancos e demais serviços. Na estimativa de Montes (1988), entre 800 mil famílias em El Salvador, os grandes proprietários alcançariam 0,28%, a sua maioria agropecuaristas. Em conjunto, essa classe representava menos de 1% da população nacional, cerca de 0,78% (Montes, 1988).

Em sua maioria, eram sucessores da oligarquia que governaram o país da independência até 1930; estiveram o exército e a igreja católica formando uma tríplice aliança que articulava os poderes econômico, militar, político⁵³ e cultural para a manutenção da ordem (Ellacuría, 1976; De La Corte, 2001). Para Montes (1988), esta classe possuía unidade em seu interior, era homogênea na defesa dos seus interesses de classe, com consciência de classe formada, ainda mais nos momentos de acirramento social. Para manter seus privilégios, lançavam mão de pressões e instrumentalização estatal e forças armadas, com repressão⁵⁴ e terror (Montes, 1988; Montgomery & Wade, 2006), fazendo da **violência marco da vida política do país** (Ellacuría, 1976; Martin-Baró, 1985d; De La Corte, 2001).

No outro extremo estava a **classe dominada** (cerca de 75% da população), formada por aqueles com a disposição da própria força de trabalho, distribuídas em três frações: (a) semiproletários (31,5% da população) – lugares diversos no sistema, com alguns meios de produção que levam ao mercado e, ao mesmo tempo, exército

⁵³ Em 1985, cerca de 90% dos membros do legislativo eram cafeicultores (Montgomery & Wade, 2006).

⁵⁴ Além do aparato militar estatal, ainda lançavam mão dos chamados “esquadrões da morte”, grupos paramilitares sustentados pelas elites salvadorenhas (Call, 2002).

de reserva e mão-de-obra disponível para o campo; (b) proletariado (25,6%) – fração mais própria e específica da classe dominada no modo de produção capitalista, trabalhador assalariado da produção na cidade e no campo, cerca de metade no setor agropecuário; e (c) subempregados e/ou desempregados (14,4%) – que viviam de bicos e serviços temporários ou meros formadores do exército de reserva (Montes, 1988).

Não formavam uma classe homogênea politicamente, ao contrário, com divisões de forças e grande parte sem consciência de classe. Os semiproletários, de diferentes formas, pouco se sentiam explorados e partilhavam mais da visão de mundo dos dominantes. Os proletários tinham mais clareza e consistência no setor urbano e rural com pequenos grupos organizados e lutadores. No campo, tanto o proletariado como o semiproletariado se dividiam entre organizações camponesas conseqüentes e as de repressão e cooptação. Já os desempregados ou subempregados se dividiam entre fatalistas e grupos com mais identidade de classe. Abaixo desta classe ainda teria o lúpem, 1% da população (Montes, 1988).

Entre essas duas classes, uma intermediária, a **classe média** (algo em torno de 25% da população) era composta de professores, trabalhadores dos meios de comunicação, associações profissionais/profissionais liberais, funcionários estatais, membros das forças armadas, funcionários administrativos e técnicos de empresas privadas, pequenos proprietários⁵⁵. Montes (1988) considera esse o setor mais confuso na percepção da realidade por ser uma classe que se supõe independente e autônoma na criação de suas ideias. Por isso, composta desde aqueles com alto nível de consciência política crítica até os que seguem à risca a visão dos grandes proprietários e do Estado.

⁵⁵ Donos de seus meios de produção, porém, incapazes de reproduzir capital em amplas dimensões (Montes, 1988).

A combinação entre a dependência econômica internacional, a extrema desigualdade, violência prevalente na vida política e sucessivos golpes de Estado ao longo do século XX (sustentados e agenciados pelas oligarquias e militares sob reforço dos Estados Unidos) culminou, em 1980, na explosão de uma violenta guerra civil que duraria 12 anos.

4.1.2. Os anos 1980 e a guerra civil salvadorenha

Entre os anos de 1980 e 1992, uma guerra civil caracterizou o período mais trágico da memória recente do país, marcando a história e afetando diretamente toda população nacional. Tal período caracterizou-se por um intenso conflito social e uma pesada repressão sobre o povo salvadorenho. As consequências políticas e sociais advindas desse processo demanda-nos uma breve digressão histórica para compreender como se fundamentou e desenrolou essa guerra civil (Tristán & Álvarez, 2008).

Desde o início do século XIX, a tríplice aliança dava sinais de sua força com a articulação da oligarquia com os militares para barrar movimentações insurgentes. No ano de 1920, cerca de 50 mil indígenas camponeses, liderados por Farabundo Martí, foram assassinados em uma tentativa de insurreição popular e em 1932 um golpe de Estado se instaurou como resposta a uma revolta camponesa (o primeiro de sete golpes que ocorreriam nos 40 anos seguintes). Em troca de financiamento e autonomia, os militares garantiram estabilidade e ordem às elites por boa parte do século passado (Martin-Baró, 1985; De La Corte, 2001, Call, 2002). No começo da década de 1970, uma fraude eleitoral e um novo golpe de Estado tornam latente a possibilidade de uma guerra civil diante do esgotamento das alternativas parlamentares para mudar a realidade no país (Avila, 2010; Montgomery & Wade, 2006).

A década de 1970 foi um período de acirramento dos conflitos sociais, organização dos setores insurgentes e de preparação para a guerra civil da década seguinte (Montgomery & Wade, 2006). Com destaque para organizações populares de movimentos de massa, os primeiros grupos guerrilheiros e setores progressistas dentro da igreja católica (De La Corte, 2001), em grande parte influenciados pela revolução cubana e pelos desdobramentos da Guerra Fria, eram uma ameaça ao poder instituído (Avila, 2010).

A repressão crescente, aliada à deterioração econômica foram acentuadas por um golpe articulado por setores militares divergentes no final de 1979, responsável por instalar uma junta governamental com dois coronéis e três civis no poder, com o intuito de amenizar os conflitos sociais e provocar um ambiente político favorável. Era mais uma farsa. Logo, a repressão e perseguição aos opositores cresce e uma grande manifestação popular, ainda em 1979, termina em massacre (Avila, 2010; De La Corte, 2001; Montgomery & Wade, 2006).

Por outro lado, os insurgentes apelam para sequestros e assaltos e avançam na formação de organizações político-militares⁵⁶. Em 1979 formam-se cinco grupos guerrilheiros, que, em 1980, se unificam na *Frente Farabundo Martí para la Libertación Nacional* (FMLN). O conflito se acirra ainda mais com o assassinato do arcebispo de El Salvador Monseñor Romero⁵⁷ (além de outros nove membros da igreja) em março desse mesmo ano. Dois meses depois, todas as organizações importantes de

⁵⁶ A maioria delas foi criada por setores provenientes do Partido Comunista Salvadorenho, tanto de dissidentes quanto a partir de seu núcleo principal, mas também compostas destes grupos com organizações populares e sindicais. As rupturas do PCS que ocasionaram a criação de organizações guerrilheiras se deram principalmente pelo fato de que, até 1977, o partido não havia adotado a luta armada como política principal (Montgomery & Wade, 2006).

⁵⁷ Nomeado arcebispo de San Salvador em 1977, Oscar Romero converteu-se no principal expoente do projeto de igreja comprometida com os setores populares e a luta contra injustiças no país. Sua atuação fortaleceu o envolvimento dos membros da igreja na denúncia das violações de direitos em El Salvador e fez a igreja católica ser vista como inimiga dos militares, que também levaram a cabo seu assassinato em dezembro de 1980 (Martín-Baró, 1981b; Montgomery & Wade, 2006).

esquerda e centro formaram uma aliança chamada Frente Revolucionária Democrática (FRD), que rapidamente se aliou à FMLN, permanecendo por todo o período de guerra. Diante de uma ofensiva da FDR e da FMLN, ainda no mesmo ano, eclode a guerra civil (Call, 2002).

De acordo com Avila (2010), o conflito civil em El Salvador teve como base três principais visões de mundo: (a) a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), comandada pelo Major Roberto D'Aubuisson e que defendia a manutenção da ordem social, política e econômica no país; (b) os democrata-cristãos, comandados pelo presidente de El Salvador entre 1984 e 1989, Duarte, que pretendiam, simultaneamente, implementar reformas sociopolíticas e econômicas e combater as forças revolucionárias; e (c) a ação conjunta da FMLN e da FDR, que contavam com certo apoio da população e desejavam conquistar o poder para desenvolver um programa revolucionário de governo.

Entre 1980 e 1983, uma grande ofensiva da FLMN esteve perto de ganhar a guerra. Operando em áreas rurais, conquistou terras importantes onde promovia educação, serviços de saúde, e novas formas de governo⁵⁸ e participação política (Call, 2002; Montgomey & Wade, 2006). Entretanto, o forte auxílio econômico, bélico e militar estadunidense evitou a derrota do governo (Call, 2002).

Montgomery & Wade (2006) afirmam que um conceito chave desse processo insurrecional era o de “libertação”. A palavra libertação era comum no discurso dos salvadorenos nessa época, especialmente entre os revolucionários e membros da Igreja Católica. Falavam mais em libertação do que em revolução, pois expressava o significado específico de superação de uma realidade de fome, analfabetismo e falta de moradia, bem como o fim da intervenção dos EUA nos rumos do país, a libertação

⁵⁸ Decisões coletivas para a produção agrícola, distribuição de bens, autodefesa e vida religiosa (Montgomery & Wade, 2006).

de um povo.

Temendo que El Salvador pudesse ter um desfecho próximo ao cubano ou nicaraguense, os EUA moveram-se para mascarar os problemas sociais latentes de pobreza, a injustiça, a ausência de liberdades civis, individuais e coletivas. Assim como em toda a América Latina, os EUA investiram⁵⁹ na luta contra as possibilidades de uma nova revolução de inspiração comunista alcançar sucesso na região. Na luta contra o “comunismo”, apoiaram, articularam e financiaram mais uma entre tantas ditaduras militares no continente.

Após um período de intenso conflito, marcado por grandes perdas econômicas e, principalmente, humanas, as negociações se iniciaram. A FMLN reivindicava profundas transformações de natureza econômica, política, social e militar, enquanto Alfredo Cristiani, presidente de El Salvador pela ARENA, buscava conseguir a imediata desmobilização da estrutura militar da FMLN e o mínimo possível de reformas políticas, econômicas e sociais. De 1979 a 1984, perdurou o dilema entre a saída eleitoral do conflito, defendida pela direita, e a negociada, defendida pelos revolucionários. Contudo, as duas partes resistiram em cumprir o acordo, principalmente nas questões militares (Avila, 2010).

No final dos anos 1980, a estagnação do avanço vitorioso da guerra civil para ambos os lados, as evidências de que a maioria da população era favorável às negociações, bem como o declínio oficial da URSS e o fim da Guerra Fria impactaram a FMLN sobre a alternativa de paz negociada. Em 1989, a última ofensiva dos guerrilheiros, descontentes com os acordos não cumpridos pelo governo, tomaram grande parte da capital, foram três semanas de ofensiva no que ficou conhecido como “Ofensiva de Novembro”. Foi neste período que membros do batalhão especial do

⁵⁹ Estima-se que os EUA tenham investido entre 1 e 1,5 milhões de dólares por dia no intento de derrotar a FMLN (Montgomery & Wade, 2006).

exército invadiram a UCA e levaram à morte seis jesuítas e duas funcionárias da universidade. Dentre as vítimas estavam o reitor e o vice-reitor da UCA na ocasião, Ellacuría e Martín-Baró, juntamente com os professores e jesuítas Segundo Montes, Juan Ramón Moreno, Amando López, Joaquín López y López e as auxiliares domésticas Elma Ramos e Celina Ramos. O episódio marcou um novo período para a abertura das negociações no conflito.

Durante o período de conflito, mais de 750.000 pessoas foram internamente removidas ou deslocadas e aproximadamente 1 milhão de pessoas se refugiaram nos Estados Unidos. Honduras também serviu de refúgio para combatentes e civis, tornando-se um local de tensão. Estima-se que 75 mil pessoas foram mortas diretamente pela guerra, sendo a maioria civis (Call, 2002).

4.1.3. A Universidade Centro-americana José Simeón Cañas

A dinâmica política social de El Salvador atingiu todas as instâncias do país, porém, de forma particular, a *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (UCA) teve importante papel no conflito político e nas relações entre universidade e sociedade. As UCAs foram criadas pelos jesuítas na América Latina, nos anos 1960, como uma forma de combater a “enfermidade comunista” na região. Entretanto, as desigualdades sociais, a ascensão de levantes populares, a acentuação dos conflitos políticos, o surgimento de uma tendência progressista na igreja católica e o desenvolvimento da Teologia da Libertação mudaram seus rumos.

Em El Salvador, a UCA foi criada na capital, em 1965, com estímulo e demanda da elite nacional, interessada em contrapor a presença de ideais subversivos na Universidade Nacional (*Universidad de El Salvador*). Pouco tempo depois, em 1971, já enfrentaria o primeiro conflito com o governo após a publicação de um livro

apoiando uma greve docente e exigindo uma reforma agrária no país, que teve como decorrência a perda dos subsídios estatais (Sobrino, 1990; De La Corte, 2001; Lacerda Jr. & Guzzo, 2011).

Após o marcante golpe de 1972, a UCA publica, em sua principal revista (*Estudios Centroamericanos - ECA*), um estudo coletivo denunciando as fraudes do processo eleitoral. Esse episódio introduziu definitivamente a UCA nas relações políticas nacionais, e a partir disso passa a veicular artigos com o intuito de desmascarar e denunciar a situação social do país. A politização da UCA deve sua efetividade, significativamente, à presença de jovens jesuítas espanhóis influenciados pela Teologia da Libertação e liderados por Ignacio Ellacuría (Sobrino, 1990; De La Corte, 2001).

A UCA dos anos 1970 e 1980 baseava suas ações em uma leitura crítica da função da universidade, assumindo um compromisso com a maioria da população e seus problemas reais. Dispunha de seu potencial teórico e técnico para isso, articulando pesquisa, ensino e intervenção social com a realidade nacional (Ellacuría, 1976).

Com base na Teologia da Libertação, os jesuítas ditam os rumos da UCA. Assumindo uma opção preferencial pelos pobres, levaram a universidade a um comprometimento coletivo, ético e prático com as verdades e necessidades das maiorias populares e com os oprimidos e empobrecidos da América Latina, ou seja, estabelecem como prioridade, nos âmbitos políticos e cristãos, a realidade nacional e o povo salvadorenho. (Whitfield, 1998; De La Corte, 2001).

Os jesuítas tinham esses ideais como missão histórica a ser cumprida e, com o início da guerra civil, as publicações da UCA crescem de forma a se tornar o maior editorial do país. Aos poucos, as publicações foram ganhando credibilidade e

referência dentro e fora do país (Whitfield, 1998).

Utilizavam diversos recursos para denunciar a situação crítica de pobreza em El Salvador. Combatiam o que os jesuítas chamavam de “mentira institucionalizada” propagadas pelas versões oficiais e midiáticas, divulgando perspectivas diferentes sobre a crise do país. Por meio do contato com jornalistas, editores, diplomatas e políticos (desde governantes até a FLMN), os acadêmicos da UCA garantiram um lugar privilegiado para apreender a conjuntura nacional, produzindo periódicos e grandes pesquisas de circulação nacional (Whitfield, 1998).

O *Instituto Universitario de Opinión Pública* (IUDOP), coordenado por Martín-Baró, foi outro instrumento fundamental de divulgação. Para Dobles (2005/2011), o IUDOP foi o melhor exemplo de uma prática psicossocial alternativa, que, em plena guerra civil, conseguiu realizar 23 estudos nacionais. Divulgou, em 1986, uma pesquisa de opinião pública sobre a situação do país, evidenciando o descontentamento da população com o conflito e com o governo, revelando uma opinião de 40% da população favorável às negociações de paz. Destacamos, também, a atuação do *Centro de Información, Documentación e Apoyo a la Investigación* (CIDAI), do *Instituto de Derechos Humanos* (IDHUCA), da Cátedra de Realidad Nacional e a atuação via *Fundación Salvadoreña de Desarrollo y Habitación Mínima* (FUNDASAL) (Whitfield, 1998; De La Corte, 2001).

Em todo esse período, o engajamento político da UCA deu-se a contragosto dos militares. As ameaças se materializaram com a suspensão das subvenções estatais, bem como com os tiroteios e os 18 bombardeios até o ano de 1989, quando um esquadrão do exército pôs fim à vida de seis professores jesuítas e duas funcionárias. Este foi o último ataque registrado, no país, após o assassinato de mais de 10 membros da igreja.

Menos de três meses antes desse ataque, Martín-Baró escreveu uma carta ao Conselho Acadêmico da Escola de Psicologia da Universidade de Costa Rica, ressaltando os motivos pelos quais ele e seus companheiros adotaram de modo intenso a missão e o projeto da UCA.

As bombas contra nossas instalações afetam de forma muito grave nossas difíceis finanças, mas nos confirmam também que representamos uma voz significativa no país e que nosso trabalho acadêmico a favor dos interesses majoritários de nosso povo continua a ter um impacto. Por isto, estejam seguros de que a UCA continuará firme em seu trabalho universitário com o povo salvadorenho a favor de um futuro mais justo e livre (Dobles, 2005/2011, p. 166).

Num contexto em que verdade era sinônimo de subversão, a universidade tentou dar voz aos sem voz e aos mais prejudicados de todo processo: o povo salvadorenho. Em meio ao conflito político e à violenta guerra civil, a ciência foi utilizada para ouvir o povo e para mostrar os verdadeiros interesses do povo, embora isso tenha ocasionado acusações tanto da guerrilha como do ARENA (Whiteild, 1998).

4.1.4. A Teologia da Libertação nos 1970 e 1980

A Teologia da Libertação foi uma das grandes inspirações dos jesuítas na construção do projeto da UCA e fonte fundamental de inspiração para a constituição da Psicologia da Libertação⁶⁰ e toda a obra de Martín-Baró. Desenvolvida a partir dos anos 1970 na América Latina⁶¹, em meio a ditaduras militares, a Teologia da Libertação representa a expressão dos movimentos sociais emergentes a partir dos anos 1960 no interior da Igreja Católica.

⁶⁰ Em Martín-Baró (1986/2011), o autor destaca a teologia da libertação, vide o próprio nome, como fonte basilar para a constituição da Psicologia da Libertação.

⁶¹ Segundo Löwy (1991), a Teologia da Libertação desenvolveu-se na América Latina pela conjunção de três elementos fundamentais: 1) Mudanças internas decorrentes da Segunda Guerra Mundial e mudanças externas nos âmbitos políticos, sociais e econômicas no mundo; 2) Industrialização do continente sob domínio do capital multinacional a partir dos anos 50, dando base para a dependência e subdesenvolvimento; e 3) a revolução cubana de 1959, que inaugurou um novo ciclo nas lutas sociais na América latina, com o surgimento de guerrilhas, golpes militares e crises políticas.

Constitui-se como uma tendência interna do catolicismo que compõe o que Löwy (1991) chama de Cristianismo da Libertação. Caracteriza-se por: (a) uma crítica social e moral contra o capitalismo dependente, visto como sistema injusto ou fruto do pecado estrutural; (b) o uso do marxismo para a compreensão da pobreza, do capitalismo e das classes sociais; (c) uma opção preferencial pelos pobres em sua luta por libertação; (d) uma releitura da Bíblia a partir da ideia de libertação⁶²; (e) a luta contra a idolatria; (f) a crítica ao dualismo tradicional; (g) o desenvolvimento de comunidades cristãs/eclesiais de base (Lowy, 1991; Sofiati, 2009).

Esta perspectiva de libertação, segundo Gutierrez⁶³, abarca as dimensões política, humana e religiosa. O que significa um processo que envolve a libertação de situações econômicas e sociais de opressão, juntamente com a transformação pessoal e a libertação dos pecados. Tais aspirações envolvem, portanto, o anseio fundamental das classes sociais e dos povos oprimidos, ou seja, a necessidade pessoal de homens e mulheres assumirem seu destino, e no caminho da construção do reino de Deus (Lowy, 1991; Sofiati, 2009).

A libertação é uma perspectiva que se contrapõe à tradicional visão cristã contemplativa de adoração a Deus, que vê na salvação decorrente da religiosidade a alternativa para a melhoria da realidade dos povos. Em sua opção preferencial pelos pobres, concebe-os como sujeitos ativos no próprio processo de libertação, fundamentado no exercício dos homens. Daí a organização de redes de pastorais/comunidades eclesiais de base para propagar a fé cristã concomitante com a articulação da luta por melhores condições de vida e rompendo com a estrutura

⁶² Principalmente para passagens como o Êxodo – paradigma da luta de libertação de um povo escravizado.

⁶³ O marco de nascimento da Teologia da Libertação é atribuído à publicação da obra de mesmo nome pelo peruano Gustavo Gutierrez em 1971, obra em que discute, dentre outras coisas, o socialismo como objetivo da libertação (Lowy, 1991).

eclesial Centrica, engajados na construção de uma fé que se consolida também enquanto militância (Sofiati, 2009; 2013).

Constitui-se, desse modo, uma fé orientada para a práxis que considera a primazia da verdade prática sobre a teórica e busca a aproximação com Deus pelo combate à realidade que destrói o homem enquanto sua imagem e criação. Essa reflexão teológica se estabelece tendo a realidade como ponto de partida e, por sua aproximação com o marxismo e com a perspectiva da fé cristã tendo em vista a libertação, consolida-se articulando fé e política (Martín-Baró, 1986d; Sofiati, 2009).

Foi um marco de mudança da Igreja e de fiéis no âmbito das lutas sociais. Por um período, a igreja tornou-se protagonista ao lado dos pobres explorados da história latino-americana, envolvendo-se na vida real, política, econômica e religiosa de muitos. Houve reações negativas, tanto dos poderes estabelecidos quanto do próprio Vaticano (Dobles, 2005/2011). Em El Salvador, por exemplo, as perseguições políticas a religiosos levaram à morte ou ao desaparecimento de 18 padres, um seminarista, um pastor luterano e três freiras e pelo menos 60 padres foram expulsos ou forçados a deixar o país entre 1972 e 1989. O ódio da elite e dos militares ao trabalho das Comunidades Eclesiais de Base foi tamanho que um dos lemas dos esquadrões da morte financiados por empresários e latifundiários era “Seja patriota, mate um padre” (Montgomery & Wade, 2006).

Mesmo não aceitando a filosofia materialista e a ideologia ateia, os teólogos da libertação aderiram ao marxismo ao assumir uma crítica à Igreja Católica e às práticas religiosas que sacralizam o sistema de exploração capitalista. A referência marxista se expressa, principalmente, na crítica às desigualdades sociais e às diferenças de classe (Lowy, 1991; Sofiati, 2013).

As ideias críticas de libertação e emancipação influenciaram a reflexão

científica, em especial no âmbito das ciências humanas e sociais. Assim, pôde-se observar o surgimento da Filosofia da Libertação, em várias vertentes, no início dos anos 1970, com expoentes como Emmanuel Lévinas e Ignácio Ellacuría, despontando também na pedagogia, com famosos trabalhos da Pedagogia da Libertação (Pedagogia do Oprimido), cujo representante mais famoso foi o brasileiro Paulo Freire. Destaca-se, também, a Sociologia da Libertação, conhecida pela figura de Fals Borda (Wolff, 2011).

Quanto à Psicologia da Libertação proposta por Martín-Baró, a Teologia da Libertação apresentou ao menos três influências basilares: influência do marxismo, a leitura crítica social sobre o sistema capitalista e a perspectiva da libertação como projeto histórico das massas. A aproximação entre ambas se estabelece por partirem dos mesmos fatos (a falta de dignidade para com o ser humano presente na América Latina), por terem o mesmo sujeito epistêmico (as maiorias populares), pela busca do mesmo objetivo (seu bem estar físico, social e psicológico) e por se posicionarem frente os mesmos obstáculos (os poderes estabelecidos) (Wolff, 2011).

Nesse eixo, discutimos o contexto social de desenvolvimento da obra de Martín-Baró, como a realidade social salvadorenha, a guerra civil, a *UCA* e a Teologia da Libertação. Um conjunto de determinantes que marcaram o percurso teórico do autor, tema discutido na sequência de nosso texto.

4.2. Percurso e Obra

José Ignacio Martín-Baró nasceu em 7 de novembro de 1942, na cidade Valladolid, Espanha, em uma família de classe média. Filho do jornalista e poeta Francisco Martín Abril e de Alicia Baró de Martín, de seu pai, o autor apreendeu a afeição pela leitura e a literatura, e uma árdua convicção religiosa, consolidada em

sua educação em um colégio jesuíta de sua cidade (De La Corte, 1998; 2001).

Decidido a dedicar-se à fé, Nacho (como era conhecido entre os mais próximos) entrou na Companhia de Jesus ainda em setembro de 1959, quando ingressou no Noviciado de Orduña e, após passar pelo Noviciado de Villagarcía, inicia sua trajetória na América Latina.

Em 1960, ainda aos 17 anos, muda-se para El Salvador para estudar e cumprir missões religiosas na América Latina. As tarefas postas ao grupo de missionários destinados à América Central de que Martín-Baró fez parte não eram nada revolucionárias. Seu principal objetivo era disseminar o catolicismo no Novo Mundo, com a criação de seminários e colégios jesuítas para combater o perigo comunista e revolucionário que rondava algumas universidades iberoamericanas nos anos sessenta (De La Corte, 2001).

A ida de Nacho para a América Latina significou apenas o início de um longo período de formação intelectual e religiosa, que se estendeu pelas décadas seguintes. Os anos sessenta foram de intenso contato com os países latino-americanos. Em 1961, após um período em El Salvador, Nacho foi enviado para o Equador, onde, em dois anos (entre 1961 e 1962), cursou Humanidades Clássicas na Universidad Católica de Quito. Em seguida, foi para a Colômbia (Universidad Javeriana de Bogotá), onde cursou licenciatura em Filosofia e Letras entre 1963 e 1964 (De La Corte, 2001).

Foi em Bogotá que Martín-Baró começou a exercer suas funções religiosas em uma comunidade negra na selva colombiana. Foi também quando apareceram, pela primeira vez, escritos do autor sobre existencialismo, psicanálise e marxismo. Essas duas últimas tradições teóricas tiveram um período de grande incidência na região nos anos sessenta e setenta, com destaque para os autores da Escola de Frankfurt

(De La Corte, 2001).

Após as licenciaturas na Colômbia, no ano de 1966, Nacho tem uma curta passagem por El Salvador, onde ministra aulas no colégio jesuíta e na *Universidad Centroamericana José Simeón Cañas* (UCA), até que, em 1967, é enviado à Frankfurt, na Alemanha, para estudar teologia por um ano. Sua estadia dura um ano, tempo suficiente para conhecer Jon Sobrino e se decepcionar com as erudições e tendências herméticas e pouco práticas da teologia desenvolvida na região. Por isso, seguiu seus estudos teológicos em Louvain, na Bélgica, onde, na visão do nosso protagonista, as tendências teológicas se mostravam mais próximas aos problemas do mundo real e às orientações do Concílio Vaticano II (1962-1965). Já em El Salvador, finalizou seu curso de teologia em 1969 (De La Corte, 2001).

No decurso desta década estão os primeiros escritos do autor que temos conhecimento. Nesse período, Martín-Baró deixou 15 textos, 11 artigos e quatro manuscritos. São textos com temas principalmente atinentes a preocupações teórico-filosóficas, como indicam os títulos *La teoría del conocimiento del materialismo dialéctico* (1963), *Sufrir y ser* (1964), *Dios y materialismo dialéctico* (1965), *La muerte como problema filosófico* (1966).

Em 1970, começou a cursar psicologia na UCA, onde também era professor, licenciando-se cinco anos mais tarde. Nos anos seguintes, consolidou esta como sua área prioritária com duas pós-graduações na Universidade de Chicago - EUA, onde realizou mestrado em Ciências Sociais, defendendo, em 1977, a dissertação sobre atitudes e conflitos de grupos em El Salvador (*Social Attitudes and Group Conflict in El Salvador*) e doutorou-se em Psicologia Social e das Organizações com estudos voltados para aglomeração residencial e o problema habitacional com a tese *Household Density and Crowding in Lower-Class Salvadorean*, no ano de 1979 (De

La Corte, 2001).

Ainda nessa década, merece destaque a sua participação na construção da revista *Estudios Centroamericanos* da UCA, entre 1971 e 1974, como chefe do conselho de redação e, entre 1975 e 1976, como diretor. O mesmo vale para a atuação como decano de estudantes e membro do Conselho Superior Universitário.

Neste decênio, o autor deixou 34 produções, sendo dois livros, três compilações, três trabalhos de conclusão de curso e 26 artigos (quase todos na ECA). Três aspectos consideráveis para o período e para a obra de Martín-Baró merecem destaque: (a) sua consolidação como autor da psicologia e psicologia social; (b) sua atenção à realidade latino-americana e de El Salvador e (c) sua preocupação com debates acerca da universidade e seu papel na realidade do país.

O primeiro deles é a consolidação das preocupações de Martín-Baró, tendo a psicologia e a psicologia social como referências científicas principais. Sua graduação, os cursos de mestrado e doutorado na área, bem como o título de seus textos evidenciam tal afirmativa. Nesse período, a maioria dos trabalhos já se concentra na área da psicologia, como: *Psicología de la caricia* (1970), *Problemas actuales en psicopedagogía escolar* (1971), *Antipsiquiatría y psicoanálisis* (1973), *Psicología del campesino salvadorenho* (1973), *Cien años de psicología* (1979).

O segundo aspecto se refere à intensa preocupação com problemas sociais importantes da realidade salvadorenha e latino-americana, como também evidenciam os títulos: *Presupuestos psicosociales de una caracteriología para nuestros países* (1972), *Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador* (1973), *El valor psicológico de la represión política mediante la violencia* (1975), bem como o livro *Psicodiagnóstico de América Latina* (1972). Já as preocupações do autor com o problema habitacional no país ficam evidentes por

textos como: *Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador* (1973), *Los sin vivienda* (1976), *Vivienda mínima: obra máxima* (1978), *Ley y orden en la vida del mesón* (1978) e a já mencionada tese de doutorado.

Por fim, o terceiro destaque merece ser feito pela publicação de cinco textos sobre concepções e o papel da universidade e a organização de uma coletânea de textos em 1979, *Haciendo la universidad*. Os textos sobre o tema são: *Una nueva pedagogía para una universidad nueva* (1972), *Hacia una docencia liberadora* (1972), *Elementos de conscientización socio-política en los curricula de las universidades* (1974), *El estudiantado y la estructura universitaria* (1975), *Elementos de conscientización en los curricula universitarios* (1975).

Todavía, é a década de 1980 que insere Martín-Baró, de uma vez por todas, nos anais da história de El Salvador e da Psicologia latino-americana. Durante os últimos dez anos de vida, Martín-Baró desenvolveu inúmeros projetos com o grupo de jesuítas dentro e fora da UCA. Na UCA, dedicou-se à docência e a várias outras funções, dentre as quais a de vice-reitor acadêmico, membro da Junta de Diretores, chefe do Departamento de Psicologia e Educação, diretor do conselho editorial da UCA e fundador e diretor do Instituto Universitário de Opinião Pública.

Segundo De La Corte (2001, p. 65), “a UCA de Martín-Baró é, sobretudo, a UCA dos anos oitenta, do mesmo modo que sua obra fundamental é a que escreve nesse período; período de guerra e repressão contínua sobre o povo salvadorenho e sobre os mesmos jesuítas”, o que levaria ao seu assassinato e de outros cinco jesuítas, uma funcionária e sua filha, na UCA, na madrugada de 16 de novembro de 1989.

Fora da UCA, fez parte dos conselhos editoriais da *Revista de Psicología de El Salvador*, da *Revista Polémica da Costa Rica* e da *Revista de Psicología Española*.

Participou da *American Psychological Association* e da Sociedade de Psicologia de El Salvador e a vice-presidente da *Sociedade Interamericana de Psicologia*. Foi professor convidado da *Universidad Central de Venezuela*, da *Universidade de Zulia* (Maracaibo, na Venezuela), da Universidade de Puerto Rico, da *Universidad Javeriana de Bogotá*, da *Universidad Complutense de Madrid* e da *Universidad da Costa Rica*.

Trata-se de uma fase de intensa produção, cujo salto quantitativo e qualitativo coincide com sua consolidação como professor e pesquisador, após a conclusão do mestrado e doutorado e as funções acadêmicas que assumiu na UCA, como membro do corpo editorial de revistas dentro e fora do país, além de participar de associações na área da psicologia. Esses elementos influenciaram na expansão do alcance geográfico de seus textos, com crescimento de publicações em revistas fora do país, como Costa Rica, México, Venezuela, Chile, Espanha e EUA.

Envolvendo todo esse processo estava a crise social e política de El Salvador expressa na guerra civil enfrentada no país, questão fundamental para Martín-Baró neste período.

Foi o período de maior produção. São 86 textos registrados, incluindo cinco livros, uma compilação, seis apresentações/introduções, três entrevistas, uma videoconferência, um capítulo de livro e 57 artigos. As produções de Martín-Baró na década de 1980, praticamente, triplicaram em relação à década anterior. Os temas deste período são os mais diversificados. Dentre eles estão, principalmente: violência, guerra, religião, política, opinião pública e psicologia social.

Parece ser em torno do conflito militar e das tensões políticas imbricadas nesse processo que predominam os escritos do autor em sua última década de vida. Nesse sentido, o estabelecimento, por parte de De La Corte (2001), da guerra como unidade

temática principal nesse período parece-nos pertinente, bem como as notas de que em torno dessa unidade estariam os temas (a) Violência e guerra, (b) Religião e comportamento político, e (c) Opinião pública. Apesar da pertinência, tal divisão dá pouca atenção a alguns outros temas importantes, como os estudos sobre consciência política e seus trabalhos de formulação teórica para a psicologia.

Podem ser citados diversos textos cujo tema central discutido por Martín-Baró diz respeito à guerra e às tensões políticas na região, para citar exemplos: *Fantasmas sobre un gobierno popular en El Salvador* (1980); *Genocidio en El Salvador* (1980); *La guerra civil en El Salvador* (1981); *Las raíces psicosociales de la guerra en El Salvador* (1981); *Polarización social en El Salvador* (1983); *Un camino hacia la paz en El Salvador* (1985); *La institucionalización de la guerra* (1989).

Sobre religião e política, merecem destaque duas considerações: (a) a importância de Monsenhor Romero⁶⁴ e sua influência para Martín-Baró e a UCA, e (b) a preocupação do papel que as religiões, em especial a católica, tinha na vida política cotidiana. Os textos que refletem a primeira questão são: a compilação organizada com Sobrino e Cardenal em 1980 sob o título *La voz de los sin voz: la palabra viva de Monseñor Oscar Arnulfo Romero*, no qual consta o artigo *Monseñor: una voz para un pueblo pisoteado*; e *El liderazgo del Monseñor Romero: un análisis psicossocial*, de 1981. Já o segundo destaque pode ser constatado nos textos: *De la conciencia religiosa a la conciencia política* (1985); *Iglesia y revolución en El Salvador* (1985/1989); *Del opio religioso a la fe libertadora* (1987); *Sólo Dios salva: Sentido político de la conversión religiosa* (1989).

⁶⁴ Óscar Arnulfo Romero Galdámez, Dom Oscar Romero, recentemente reconhecido como mártire da Igreja Católica, foi um sacerdote católico que cumpriu a função arcebispo de El Salvador entre 1977 e 1980, quando foi assassinado em pleno culto religioso público. Foi a principal figura representativa do envolvimento progressista da igreja católica salvadorenha nos anos 1970 e 1980 com a classe trabalhadora e as lutas populares.

As pesquisas sobre opinião pública, repletas de importância nos últimos anos da guerra, são emblema do envolvimento concreto do autor com o conflito do país na época. A maioria dos trabalhos versam sobre o julgamento dos salvadoreños ante à situação social e política do país. A título de exemplo tem-se os textos: *Los sectores medios ante el plan Reagan: una perspectiva sombría* (1983); *La necesidad de votar: actitudes del pueblo salvadoreño ante el proceso electoral de 1984* (1984); *La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador* (1985); *Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987)* (1987), *Opinión preelectoral y sentido del voto en El Salvador* (1988); *La opinión pública salvadoreña (1987-1988)* (1989); *La opinión pública salvadoreña ante los primeros cien días del gobierno de Cristiani* (1989); *Los medios de comunicación masiva y la opinión pública en El Salvador de 1979 a 1989* (1989).

Dentre os livros desta década estão os dois de maior popularidade em sua obra: *Acción y ideología: psicología social desde Centroamerica* (1983) e *Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamerica II* (1989). Juntos, esses livros compõem a tentativa de construir uma nova perspectiva epistemológica, metodológica e teórica para a psicologia social, constituída a partir da realidade das maiorias populares centro-americanas. O primeiro livro discute o caráter histórico e social das relações humanas, a relação indivíduo e sociedade e reformula conceitos basilares da Psicologia Social (atitude, socialização, percepção, etc.), enquanto o segundo examina “processos mais relacionados com a vida dos grupos e com as mudanças sociais, sempre no marco de uma psicologia social crítica e desde a perspectiva dos povos centro-americanos” (Martín-Baró, 1983/2012, p. IX). São textos de crítica e revisão da Psicologia Social hegemônica, especialmente a norte-americana, acompanhadas de sínteses alternativas para sua superação.

V. O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARTÍN-BARÓ

Após a contextualização e apresentação do autor e sua obra, enfim chegamos ao momento crucial desta dissertação, nossa análise sobre o conceito de ideologia na produção teórica de Martín-Baró e os principais conceitos articulados a este - alienação e conscientização. Para chegar a esse momento, fizemos um recorte na obra e selecionamos os textos que apresentavam em seus títulos, resumos ou prólogos um dos termos: ideologia, ideologização, desideologização, alienação, desalienação, conscientização e/ou consciência e identificamos 22 textos.

Selecionados os 22 textos, realizamos leituras aprofundadas de cada um e, a partir delas, organizamos sínteses em torno dos temas pesquisados. Inserindo esse conjunto de textos no corpo teórico completo de Martín-Baró e no contexto social que o determina, organizamos e construímos uma análise buscando articular o debate do desenvolvimento teórico conceitual do autor (agora referenciados nas sínteses que formulamos) com as demais dimensões desta obra anteriormente destacadas.

A partir disso, refizemos os caminhos que o autor percorreu para o desenvolvimento do conceito de ideologia e o corpo teórico que o envolve, buscando articular as discussões no plano teórico com as circunstâncias sociais que envolvem essas definições. Considerando os anos 1970 como o período de formação de Martín-Baró como psicólogo/psicólogo social, o início oficial da guerra civil salvadorenha em 1981, a publicação do principal livro do autor sobre o tema em 1983 e a densidade de sua produção textual posterior ao referido livro, organizamos nossa análise em três blocos.

O primeiro bloco começa em 1971, com a primeira obra selecionada, o texto *Del pensamiento alienado al pensamiento creativo*, e vai até 1982, incluindo cinco textos e envolvendo a década pré-guerra civil e o primeiro ano do conflito. O segundo

se centra no livro *Acción e Ideología*, texto de maior elaboração teórica e que põe o conceito de ideologia no cerne da obra martinbaroniana em um contexto de plena guerra civil. Por último, focalizamos o período que sucede ao livro, correspondente ao ápice de sua produção acadêmica e se encerra com seu trágico assassinato. Esse período inclui 14 textos.

5.1. A construção de um autor psi: Martín-Baró formando-se psicólogo

O primeiro bloco de textos comporta um conjunto de cinco artigos escritos e um período de 11 anos. É um percurso que envolve a formação de Martín-Baró na Psicologia e a construção de uma guerra civil em El Salvador. Visto os anos que separam alguns textos e o período que envolve esse primeiro conjunto, o analisamos apresentando o processo do autor em cada artigo.

O primeiro artigo desse período é *Del pensamiento alienado al pensamiento creativo*, no qual Martín-Baró põe em questão os mecanismos que estruturam o que denomina de passividade alienada, sua dominação na consciência (fatalismo) e no pensamento latino-americano e centro-americano, que emperram seu desenvolvimento criativo nas esferas individuais e coletivas, considerando, ainda, possíveis formas de superá-los (Martín-Baró, 1971/2015). Essa questão parece se transformar ao longo do tempo, mas sempre permanecer, de alguma forma, como elemento formador das perguntas feitas pelo autor.

Já em 1971, Martín-Baró afirma estarem na ordem estrutural opressora as raízes fundamentais da consciência alienada que se manifesta no povo latino-americano e impede o desenvolvimento de sua inteligência e pensamento. Uma ordem ancorada fundamentalmente nas formas de linguagem prevalentes na

política, na publicidade e na religião⁶⁵, que forja uma forma de pensamento que opera predominantemente de modo intuitivo, presentista, imediato, infantil e limitado à percepção e, por isso, é incapaz de compreender a realidade em suas conexões e dinamicidade. Uma forma de pensamento que nos adultos prevalece equivalente à forma tipicamente infantil do pensamento pré-operatório postulado por Piaget⁶⁶. É quando o pensamento adulto atua aquém do que deveria ser o seu potencial (crítico e operatório formal) que podemos falar em pensamento alienado (Martín-Baró, 1971/2015).

No es ya simplemente intuitiva, pero funciona intuitivamente. Precisamente por ello, porque actúa a un nivel que no le corresponde, podemos hablar de alienación. Nadie dirá de un niño de cinco años que esté alienado, por el hecho de que su pensamiento sea intuitivo, concreto, imaginativo. El problema comienza cuando es el adulto el que produce este mismo tipo de pensamiento. En ese momento, hemos de hablar de alienación (Martín-Baró, 1971/2015, p.477)

Portanto, em Martín-Baró (1971/2015), pensamento alienado é identificado com o pensamento pré-operatório, caracterizado por ser: (a) positivo (b) presentista; (c) fixo, estático, preso à realidade imediata e limitado à percepção; (d) resistente e instável a novas assimilações e acomodações de ideias, novidades e imprevistos; (e) mimético.

Em contraposição ao pensamento alienado, tem-se o pensamento criativo, ou pensamento operatório formal, caracterizado pela: (a) crítica, (b) dialética, (c) historicidade, (d) originalidade e (e) consciência. Uma mente criativa é lúcida, consciente de sua realidade e com ela, por sua vez, organizada pelo pensamento crítico, dialético, ciente de sua inserção histórica. Assim como a constituição de um

⁶⁵Em Martín-Baró (1971/2015) estas são as três esferas mais importantes da vida social.

⁶⁶Essa é a apropriação martinbaroniana de Piaget.

pensamento alienado, o processo de construção de um pensamento criativo ou libertação da inteligência alienada tem a linguagem como mediação. É preciso aceitar a crítica, a negatividade anteriormente suprimida para poder transcender e dinamizar o pensamento. Porém, na palavra libertadora está implicada necessariamente uma experiência distinta e uma ação diferente⁶⁷, que rompe com a cadeia que liga o pensamento alienado às coisas existentes.

Em Martín-Baró (1971/2015), alienação e consciência constituem polos opostos (mentes alienadas e mentes conscientes), são formas opostas de expressão do pensamento. Essas são as formas iniciais de que parte o autor para pensar alienação e consciência, e o processo de desenvolvimento da consciência alienada para uma consciência crítica. Vejamos essa evidencia no trecho que segue, e no quadro que apresentamos abaixo:

Necesitamos soluciones nuevas, como nuevos –nuevos para esa ciencia importada, se entiende– son nuestros problemas. Pero esto exige de nosotros una mente lúcida, una mente consciente –que sabe su realidad, con y en ella–, una mente creativa. Y éste es el nudo del problema: no que nuestras mentes sean inferiores –esta es la explicación cómoda de ciertos pseudoinvestigadores–, sino que están alienadas (Martín-Baró, 1971/2015, p.458)

Pensamento alienado (pré-operatório)	Pensamento consciente (operatório)
Positivo, afirmativo	Crítico, inclui a negatividade
Fixo, estático, imediato, perceptivo	Dialético, dinâmico
Presentista	Histórico (passado, presente e futuro)
Resistente e instável a novas assimilações	Dinâmico e original
Mimético	Criativo

Quadro derivado da análise que visa organizar a relação entre pensamento alienado e pensamento consciente em Martín-Baró (1971).

Em 1971, nos parece que ideologia tem lugar secundário na discussão do

⁶⁷ Temos aqui amostras da íntima relação estabelecida pelo autor entre saber e fazer, que se expressa no conceito de práxis e estará mais desenvolvido nas discussões sobre alienação nos textos seguintes.

autor. O termo aparece na expressão “cegueira ideológica” (“política ideologicamente cega”), se referindo a situações de análises tão tendenciosas (sejam direitistas ou esquerdistas) na interpretação dos fenômenos sociais que perdem capacidade de compreender a realidade de fato. Aparece, então, um sentido de ideologia como **visão de mundo**, que pode chegar a atrapalhar a apreensão da realidade, mas que sempre está presente nas teorizações, uma vez que “*Negar una **ideología** es la peor de todas las **ideologías**, pues implica tener socavadas las bases por motivaciones inconfesables*” (Martín-Baró, 1971/2015, p.459).

Mas o que Martín-Baró está querendo dizer ao afirmar que negar uma ideologia é a pior das ideologias? Seria possível entender essa frase como afirmativa de que negar uma visão de mundo é a pior das visões de mundo? Ou que negar que há perspectiva política é a pior das perspectivas políticas? Nos parece que sim. Mas qual seria o nível (ou o limite) que faz essa tendência ou visão política dos fenômenos ser prejudicial à compreensão dos fenômenos sociais? Ou também, quais visões de mundo são mais favoráveis para encontrar a verdade dos fenômenos sociais?

Três anos depois, em *Elementos de conscientización sociopolítica em los curricula de las universidades*, encontramos algumas semelhanças e avanços quanto a essas questões, quando Martín-Baró diz que o planejamento de uma universidade deve partir de “*una clara opción **ideológica***” (1974c, p.778) pela maioria do povo que historicamente não tem voz nos espaços elitistas da academia. A necessidade de uma opção política se justifica pela impossibilidade de um pluralismo universalista no âmbito universitário em uma sociedade conflituosa dominada por interesses opressores. Martín-Baró (1974c) defende uma universidade que assuma a perspectiva do povo e trabalhe - em seu fazer científico de pesquisa, ensino e projeção social - para criar e potencializar espaços de conscientização, articulando ciência e

consciência. Só é possível falar de uma prática universitária conscientizadora e libertadora a partir de uma opção aberta pelos interesses do povo.

Pensando uma universidade conscientizadora e orientada politicamente, o autor afirma que os professores precisam ter afinidade com o projeto institucional para além de sua qualidade científica e pedagógica, considerando “*también su ideología y su opción vital*” (p.778), pois,

En principio, la pedagogía, junto con los contenidos programáticos, persigue la transmisión de unas estructuras formales de conocimiento, así como el dominio de una serie de métodos, técnicas, habilidades y contenidos informativos. Pero, junto a ello o a su base se va transmitiendo también una estructura valorativa y actitudinal, es decir, una ideología (Martín-Baró, 1974c, p.799)

Temos mais uma vez o destaque para ideologia como visão social de mundo, como **sistema valorativo e atitudinal**. Mas em que consiste esta tarefa de conscientização que o autor diz ser o papel de uma universidade que assume os interesses do povo?

Em Martín-Baró (1974), **conscientização** é entendida como um processo dinâmico, dialético, conflituoso, de transformação do ser humano que, de forma pessoal e social, pensa e atua sobre e sua realidade histórica num vir a ser (de vir) que se efetiva na *práxis*, envolvendo dimensões psicológicas, sociais e políticas. É psicológico por ser vivenciado nas dimensões mais profundas do psiquismo para forjar ativamente uma nova consciência sobre si e sobre o mundo. Sem embargo, antes de ser psíquico, o sujeito da conscientização é coletivo, uma comunidade, um povo, pois cada coletividade social, isto é, cada situação social concreta, possibilita e/ou permite determinado grau de consciência, de tal modo que os processos de conscientização

dependem das transformações do grupo⁶⁸.

Por sua vez, é um processo político⁶⁹ por essência, pois necessariamente tem uma intencionalidade política implicada e leva à uma opção política, não qualquer, mas na perspectiva do povo. Todo "*proceso de **conscientización** es, por esencia, un proceso político. La **conscientización** o es **conscientización** política o no es **conscientización**". Do contrário, "la **conscientización** será un simple mecanismo **ideológico** cuando no incida inmediata y directamente sobre ella (a política)" (Martín-Baró, 1974, p.770).*

Por isso não se trata de um dado, estado ou situação pessoal, trata-se de um processo de mudança,

*de transformación activa y pasiva. Esto quiere decir, que la flecha de la **conscientización**, aunque arranca de las raíces del pasado histórico, apunta fundamentalmente a forjar un futuro nuevo y diferente, un futuro cuya imagen no puede sino definirse negativamente* (Martín-Baró, 1974, p. 771).

Por outro lado, as possibilidades de conscientização (universitária, por dizer) não dependem somente do conteúdo pedagógico, mas também de seu método, o qual, para se orientar a este fim deve ser ativo, crítico, comunitário e dialético. Sobre isso, afirma Martín-Baró (1974, p.779) que há

quiere, en este sentido, se engañan: el hecho de hacer ciertas afirmaciones o tratar ciertos problemas en una clase magistral no quiere decir que ya se haya realizado un trabajo

⁶⁸ Segundo Martín-Baró (1974, p. 770) "*esta comprensión social de la comunidad como sujeto de la conscientización está fundada en el concepto marxista del 'maximo de consciencia posible' (Zugerechte Bewusstsein)*".

⁶⁹ No referido texto, a compreensão do autor é de que "*lo político constituye una dimensión básica de la realidad humana, y eso tanto si se toma el término en el sentido amplio de organización, interdependencia e interacción ciudadana, como si se emplea en el sentido más restringido de orientación, determinación y ejecución de los destinos de una sociedad o grupo social. Ambos aspectos son esenciales al ser humano, porque propio del hombre es devenir en una historia a través de una organización que persigue unos fines. Y es, esto que precisamente apunta a los aspectos últimos más importantes de nuestro ser, esto es la dimensión política*" Martín-Baró (1974, p.771).

*conscientizador. La **conscientización**, no lo olvidemos, es algo mucho más profundo que eso (...) lo que afirmamos es que la **conscientización** no viene sin más del hecho de que se hable de ciertas cosas o problemas.*

Essa proposta de universidade conscientizadora se apresenta como uma atuação em prol da libertação do povo em uma sociedade marcada por uma trágica situação de injustiça e desumanidade; conflito social, econômico, político, cultural e racial; por um estado de alienação humana em que não se é dono do próprio destino, historicamente imposto por outrem. Em continuidade com o texto de 1971, Martín-Baró (1974c) mantém a proposta de um processo de formação de consciência crítica como forma de enfrentar a alienação dos povos centro-americanos. Porém, desta vez, conceitua esse processo como conscientização.

Ainda em 1974, Martín-Baró utiliza o termo ideologia com significado diferente ou, talvez, transcendente ao de visão de mundo. Assim o faz quando se refere às possibilidades da conscientização se tornar um “mecanismo ideológico” caso não tenha finalidade política e quando diz ser um “engano ideológico” a produção científica que não descenda da realidade, ambas com conotação pejorativa ligadas à expressão “ideológico”, concebido como **qualidade de algo que desfavorece o conhecimento e o pensamento científico.**

Seis anos depois, em 1980, nos primórdios dos conflitos que desembocaram na guerra civil⁷⁰, em uma conjuntura política de intensa crise e polarização social na qual, de um lado, há os movimentos e organizações populares com muitos seguidores e simpatizantes e, de outro, está presente a oligarquia, com menos simpatizantes, porém mais recursos econômicos e poderio estatal, bélico e midiático, Martín-Baró

⁷⁰ Oficialmente a Guerra civil salvadorenha se iniciou em janeiro de 1981, porém, no ano anterior, o conflito já era eminente, com 600 mortos somente nos dois primeiros meses de 1980, a maioria composta por operários e camponeses.

(1980b) discute os fantasmas que assombram as classes médias sobre as possibilidades de ascensão de um governo popular no país.

Esses fantasmas são concebidos como armas ideológicas que ativam o conflito social por **ideias disfarçadas**, fortemente afetivas sobre a realidade, que incidem de forma partidária em algum dos grupos do conflito para desqualificar seu adversário e dar consistência ao próprio grupo, como uma visão de mundo que **oculta a realidade** para pôr em prática seus interesses de classe dentro do que Martín-Baró chama de guerra psicológica, a disputa de simpatizantes e apoiadores (Martín-Baró, 1980b).

Embora não revelem a realidade toda, os fantasmas sociais possuem apoio real para os manter e figurar. Nas palavras de Martín-Baró (1980b),

La entidad y fuerza principal del fantasma no está, sin embargo, en su apoyo de 'verdad' sino en su estructura valorativa y, por tanto, afectiva. Es el mismo dinamismo que anima a toda ideología como consciencia social desde unos intereses de clase. El fantasma, en cuanto idea simple y simplificada, es como una bala dirigida al corazón de las inquietudes y ansiedades de un grupo o población (Martín-Baró, 1980b, p.280).

Martín-Baró parece considerar que os fantasmas sociais e a ideologia possuem a mesma dinâmica de compreensão da realidade segundo determinados interesses de classe. Se assim for, duas outras afirmações complementares sobre os fantasmas parecem ser também atribuídas à ideologia: (a) a de que seu principal apoio está na **estrutura afetiva-valorativa**; e (b) que são **ideias simples e simplificadas que preenchem anseios explicativos de um grupo ou população**. Com isso, a ideologia seria considerada ideias simples e simplificadas, formadas por estrutura afetiva-valorativa de determinado grupo ou população a partir de determinados interesses de classe.

Martín-Baró (1980b) afirma que os fantasmas sociais sobre os perigos de um governo popular no país que tomam o discurso das classes médias são, em verdade,

formados pelo discurso ideológico da oligarquia, quer dizer, pela visão de mundo da oligarquia. Mas por que isso acontece? O autor afirma que as classes médias "*frecuentemente se encuentran 'en medio' del enfrentamiento entre las oligarquías o clases dominantes y las mayorías proletarias o clases dominadas*" (Martín-Baró, 1980c, p.280), porém, na esfera da consciência imediata, comumente, estão ligados aos interesses do setor oligárquico pela própria força da "*ideología tanto de orden legal como cultural que se maneja en los medios de comunicación masiva, así como en la representación del orden social*" (Martín-Baró, 1980b, p.283). Ainda que os seus interesses de longo prazo possam estar mais próximos ao das classes populares.

Si el discurso ideológico de la oligarquía encuentra tanta acogida en las clases medias es porque da respuesta a las necesidades conscientes que estas clases toman como referencia motivacional de sus vidas - aunque esas mismas necesidades produzcan de hecho su enajenación personal y social (Martín-Baró, 1980b, p.277)

E, quanto a isso, Martín-Baró (1980b) diz ser importante revelar os elementos enganosos do discurso que as classes médias recebem da oligarquia e manifestam de forma alienada, pois servem apenas para os privilégios destes. Vemos ainda a compreensão de ideologia como visão de mundo (exercício de interesses de classe específicos) que pode ser instrumento de ocultamento da realidade quando Martín-Baró (1980b) afirma que o discurso ideológico da oligarquia (classe dominante) é repleto de elementos enganosos, falseadores e justificadores da realidade. O autor sugere que é esta ideologia a que prevalece na sociedade salvadorenha, na cultura, nos meios de comunicação e nas representações sociais.

O ano de 1980 foi também o do assassinato de Monseñor Romero, arcebispo metropolitano de San Salvador, que, em sua função religiosa, entre 3 de fevereiro de

1977 e 24 de Março de 1980, se fez porta voz religioso e político do povo salvadorenho ante a exploração e opressão no país. Ajudou "*a su pueblo a tomar consciencia de sí mismo, consciencia de su dignidad humana, y así lo llamó a emerger como pueblo a la historia contemporánea*" Martín-Baró (1981b, p.151). O seu papel de porta voz do povo oprimido em El Salvador e de unificador político de organizações e movimentos fez de sua morte um dos episódios de grande importância para a eclosão da guerra civil no ano seguinte. Afirma Martín-Baró (1981c) que Romero morreu como um símbolo revolucionário por ter atuado na desconstrução da ideologia dominante, além de ter sido exemplo e voz para a busca de mudanças sociais radicais. Mas como o fez? Como contribuiu para a tomada de consciência e para a desconstrução da ideologia dominante?

Romero inseria, em suas ações religiosas e homilias, debates e informações sobre os fatos mais relevantes do país, tendo os direitos fundamentais do povo como pedras angulares de suas denúncias e anúncios. Dava nome às causas do que chamavam⁷¹ pecados estruturais de El Salvador, como a desigualdade social, a injustiça econômica e a violência armada, além de acusar os responsáveis por esses males: a oligarquia do dinheiro, o exército, os poderes políticos e judiciais, bem como o imperialismo estadunidense. Também realizava balanços de ações e supostos equívocos das organizações populares em seus discursos (Martín-Baró, 1981b).

Martín-Baró (1981b, p.165) afirma que, assim, Mons. Romero fomentava "*la conscientización del pueblo salvadoreño sobre su propia situación, sobre su presente y su futuro, sobre lo que es y lo que debería ser.*", pois: (a) denunciava as

⁷¹ Mons. Romero pode ser considerado um dos expoentes de um setor da igreja católica comprometido com o povo oprimido de El Salvador, inspirado na teologia da libertação. Por essa razão, Martín-Baró (1981b) afirma que a ação conscientizadora de Romero e outros membros da igreja católica eram respostas verdadeiramente cristãs de luta contra tudo aquilo que destrói os seres humanos e impede a construção do reino de Deus na Terra.

raízes dos problemas sociais, (b) anunciava outras possibilidades, (c) estimulava a organização popular, e (d) desmascarava a ideologia dominante.

Nesse sentido, o povo pode tomar consciência; devemos entender aqui que conscientizar-se significa enfrentar a ideologia dominante que faz parte de tal estrutura opressora, desenvolver a capacidade de compreender sua situação presente e futura em circunstâncias históricas, o que inclui analisar os responsáveis pelas suas condições de pobreza e assumir função protagonista para conquistar seus direitos e construir uma identidade própria.

Mas o que significa falar em desconstrução da ideologia ou da ideologia dominante? Em 1981, Martín-Baró não define, exatamente, ideologia, mas apresenta alguns elementos que direcionam essa indagação. **A qualidade de ideológico/a é atribuída aos discursos e visões que carregam qualidade de algo deturpador e falseador da realidade.** Isso aparece quando o autor menciona a perseguição da oligarquia à igreja "*en ataques ideológicos a través de los medios de comunicación*⁷², *luego en abiertas campañas de difamación, y finalmente con la aplicación de la violencia física: el amedrentamiento, la expulsión, la tortura, el asesinato*" (Martín-Baró, 1981b, p.156). Depois, Martín-Baró (1981b, p.160) afirma que o reconhecimento de que o assassinato do Padre Rutilio Grande fora determinado pela sua ação cristã representa grande importância para superar "*la visión ideológica de que Rutilio muriera por razones ajenas a su postulado - como calumniosamente sus asesinos trataron de insinuarlo*". E, posteriormente, quando discorre sobre a identidade de um povo, ao dizer "*que la identidad de un pueblo la dan unas frontera geograficas o una*

⁷² Sobre o uso dos meios de comunicação como instrumento de dominação pela oligarquia, Martín-Baró (1981, p.161) afirma que "*Al amparo de una interesada libertad de expresión, no sólo criban y seleccionan aquella información que beneficia inmediatamente los intereses dominantes, sino que incluso deforman, falsean y hasta calumnian impunemente a todo grupo o acción que contradiga esos intereses. Así, el pueblo ni encuentra en ellos un canal para sus problemas y aspiraciones, ni tampoco una fuente de información objetiva sobre la realidad*".

*supuesta cultura común constituye una ingenuidad o una **afirmación ideológicamente engañosa***" (Martín-Baró, 1981b p.165).

Compõe esta ideia de que a ideologia, por vezes usada como sinônimo da expressão ideologia dominante (visão de mundo dominante), é falseamento da realidade (enganosa, caluniosa) - o fato de ser impeditiva e/ou um dificultador para a classe dominada se tornar consciente de suas condições e interesses, impedindo as pessoas de ser sujeito de sua história, de passar de classe em si a classe para si. Nas palavras do autor:

*todos los **mecanismos ideológicos** de promoción particular y privada terminaron de cerrar el ámbito psicosocial que podría permitir que la clase dominada salvadoreña pasara, según la terminología clásica, de ser una clase en sí a ser una clase para sí* (Martín-Baró, 1981b, p.163).

Parece legítimo afirmar que, em Martín-Baró (1981b), ideologia é um instrumento de dominação da classe dominante para falsear a realidade mediante um conjunto de mecanismos que dificultam as classes dominadas de terem consciência das raízes sociais da dominação de classe e da efetivação dos interesses dominantes. Por sua vez, a conscientização é um seguimento que envolve e se articula à desconstrução da ideologia, a um processo que o autor, pela primeira vez, chama de desideologização. Em suas palavras:

*Monseñor realiza una verdadera tarea de **desideologización** del sistema dominante. Desenmascara la injusticia y sus caretas, la opresión y sus justificaciones, así sean estas justificaciones de orden religioso (...) Desmascaró la falsedad de los poderes e instituciones existentes y propició con su ejemplo la búsqueda de instituciones nuevas al servicio de los intereses del pueblo* (p.166/167).

Nesses termos, **desideologização** é uma forma de desconstrução dos mecanismos do sistema dominante, os quais distorcem e falseiam as explicações sobre a realidade, de desmantelamento da ideologia; é um processo que, ao mesmo tempo, complementa e compõe a conscientização, a qual, por sua vez, equivale a um processo de conhecimento dos determinantes históricos da sociedade e a ação para sua transformação. Parece que o sentido de falar em desideologização se constitui sobre um significado negativo atribuído à ideologia, se não o fosse, para quê desideologizar?

Curiosamente, Martín-Baró (1982b), já inserido no período mais violento da guerra civil, volta a dar ênfase ao significado de ideologia como visão de mundo, sem um sentido negativo a priori. O faz discutindo esquerda e direita como expressão de diferentes ideologias, sempre relativas entre si e referentes a uma situação histórica concreta; por isso, são dotados de ambiguidade quando se busca

*establecer comparaciones entre diversos países o para ubicar una determinada agrupación política en el **espectro ideológico mundial**: la izquierda norte-americana puede representar una derecha moderada en Francia y la derecha sueca una izquierda casi radical en El Salvador (Martín-Baró, 1982b, p.453).*

Para Martín-Baró (1982b), o que melhor define a diferença entre esquerda e direita é a opção por um sistema econômico particular. Nesse espectro, o autor define somente a direita salvadorenha, a qual se compõe por aqueles que defendem a manutenção da ordem social capitalista, mesmo que parte dela considere que reformas sejam necessárias para mantê-la. Em seu interior, os que defendem as reestruturações compõem a "direita moderada", enquanto os que as rejeitam formam

a "extrema direita", como é o caso do partido *Partido Alianza Republicana Nacionalista - ARENA*⁷³, fonte de análise do referido texto.

O autor põe em análise a visão de mundo desse representante da extrema direita, concebendo que *“la propaganda ideológica y de los comunicados publicitarios, el estilo con que ARENA actuó durante la campaña política es expresivo de sus valores”* (Martín-Baró, 1982b, p.460). Ou quando diz que *“ARENA no necesita ser precisa en su ideología, ya que puede remitir su discurso a los principios y valores defendidos por los organismos de la gran empresa privada”* (Martín-Baró, 1982b, p.462).

A compreensão de ideologia como perspectiva política parece clara nessas passagens; um conjunto de ideias características de um ou outro grupo, de esquerda ou direita. Contudo, esse significado, em alguns momentos, parece se articular com outro que, sem excluí-lo, tende a prevalecer sobre ele.

Com os propósitos do texto, Martín-Baró afirma estar em curso uma análise ideológica do ARENA como braço político da extrema direita salvadorenha, que envolve seus pronunciamentos, propagandas e ideais. Martín-Baró (1982b, p.458) afirma que *“ARENA centra su discurso ideológico alrededor de tres valores: el nacionalismo, el anticomunismo y el capitalismo”*, e é na explicação desses valores que é acrescido um significado diferente para **ideologia**, com teor **negativo** nesse discurso, atinente à **distorção de ideias, fatos e da realidade**. Vejamos um exemplo.

Martín-Baró diz que o discurso nacionalista do ARENA quer passar uma ideia de união entre toda a população salvadorenha em seus interesses, voltados à esfera privada, afirmam que o "verdadeiro povo salvadorenho" está em busca do

⁷³ Em 1982 (p.466), Martín-Baró define o ARENA como *“un partido político que ha servido para articular en el contexto sociopolítico salvadoreño de 1982 los intereses sociales del gran capital. [Que nasceu] como instrumento político necesario para operativizar la respuesta pro-oligárquica a la amenaza de reformas sociales significativas”*.

desenvolvimento nacional, e que empresários e trabalhadores jamais poderiam existir separados em uma sociedade democrática. *"Este tipo de nacionalismo no puede permitir que se divida mentalmente a los sectores empresarial y laboral"* e tem a funcionalidade de não permitir *"identificar los intereses del capital o de la gran empresa con los 'altos intereses nacionales"* (Martín-Baró, 1982b, p.459). Tal nacionalismo é, então, simultaneamente expressão da visão de mundo da extrema direita e forma de distorcer e dificultar a compreensão da realidade em suas contradições. Quer dizer, **a própria visão de mundo do partido ARENA (seu discurso ideológico), ou seja, da extrema direita, envolve um ocultamento de si e por isso seria ideológica no sentido de falseadora da realidade;** apresenta-se escondendo aquilo da realidade que não lhe interessa politicamente e se propõe universal e generalista sobre a realidade para ocultá-la. Soa estranho dizer, mas é como se a afirmativa fosse "a ideologia do ARENA é ideológica", parece um pleonasma, mas é revelação de que Martín-Baró atribui mais de um sentido a um mesmo vocábulo, como se vê no exemplo. E por qual razão não lançou recurso de outro termo?

É por consequência dessa função ocultadora da realidade que encontramos justificativas para alguns setores da sociedade, os quais não têm seus interesses sociais objetivos defendidos pelo ARENA, votarem nesse partido. Para o autor, uma das razões para isso deve-se à *"imagem ideológica de que los intereses sociales propugnados por ARENA nada tendrían que ver con el descalabro social, político y económico de El Salvador"* (Martín-Baró, 1982, p.464). Discussão que o autor faz referência ao debate entre alienação e consciência.

Se referindo ao montante dos votos obtidos pelo ARENA nas eleições de 1982, afirma envolverem *"los votos emitidos voluntariamente e los emitidos por temor,*

aquellos que surgen de una consciencia de clase como los surgidos de la ignorancia o la alienación" (Martín-Baró, 1982, p.463). *"Para los miembros de los sectores dominantes con una clara consciencia de clase, el que ARENA mostrara ser un adecuado instrumento político para la defensa y promoción de sus intereses constituía el mejor atractivo"* (Martín-Baró, 1982, p.465). Aqui temos consciência de classe como a compreensão dos instrumentos políticos capazes de promover seus interesses, enquanto alienação, em sua oposição, significa uma escolha feita pelo desconhecimento, falta de "*capacidad crítica para trascender el marco de referencia en el que han sido socializados*" (Martín-Baró, 1982b, p.465), remontando às teses de 1971.

Observamos que neste período, de 1971 a 1982, fica claro o movimento do pensamento do autor em defesa da libertação do povo de El Salvador, pela via da participação política nas eleições ou na ocupação dos espaços sociais, como a universidade. Pensamento que toma como norteadora a relação alienação-conscientização, em que a conscientização seria um passo fundamental para superação das condições de extrema injustiça vivida pelo povo. Conscientização que tem como condição a superação da ideologia enquanto visão de mundo da classe dominante, que falseia a realidade de modo a encobrir, a um só tempo, as condições de vida da classe dominada e a própria visão de mundo da classe dominante.

Algumas sínteses pertinentes às nossas investigações podem ser feitas. No que concerne a concepções de ideologia apresentada por Martín-Baró nesse período, podemos dizer que temos, ao menos três. A primeira delas, presente em todas as discussões, é (1) o entendimento de ideologia como visão de mundo, que pode ser de esquerda ou direita, e representa este ou aquele grupo ou classe social diferente. Partindo desta primeira definição, há, em alguns momentos, um acréscimo de que (2)

a influência acentuada de uma visão de mundo na análise de um fenômeno social pode distorcer a realidade e veracidade dessa análise, pode desfavorecer o conhecimento. Entretanto, mais para os últimos textos, parece ter um destaque de que (3) consiste na visão de mundo das classes dominantes (a ideologia das classes dominantes) aquela que falseia a realidade para garantir seus interesses, que esconde sua visão de mundo, sua perspectiva de classe, e passa suas ideias (lançando mão de todos seus recursos, como os meios de comunicação) como se fossem comuns à sociedade como um todo. Neste caso, notamos que as expressões ideologia e ideologia dominante, às vezes, são utilizadas como sinônimos. Desse modo, em alguns momentos, ideológico/a é utilizado como qualidade de uma visão ou visões de mundo, e, em outros, como algo que o transcende, quer dizer, como visão de mundo que oculta e obstaculiza a compreensão real dos fatos.

Por sua vez, essa função falseadora da ideologia deve ser enfrentada pela desideologização, que é o processo de desconstrução da ideologia dominante por meio da revelação dos fatos sociais na perspectiva das classes populares. A desideologização compõe o processo de conscientização que é a formação de novos conhecimentos e novas ações individuais e coletivas de ordem política que assumem a perspectiva das classes populares para a construção de novas formas de sociabilidade. O processo de conscientização é a tentativa de transformação de uma consciência alienada (presentista, mimética, meramente positiva, a-histórica, e não consciente dos reais interesses da classe social que pertence) em uma consciência crítica (criativa, dialética, dinâmica, histórica e ciente, além de condizente com os interesses objetivos da classe social a que pertence).

Vimos como essas discussões desenvolvem-se nos textos da década de 1970, um decênio que Martín-Baró dedica-se à sua formação psi, e início dos anos 1980.

Em seguida, apresentamos como isso se desenvolve na obra de principal síntese teórica do autor sobre o assunto.

5.2. Ação e Ideologia: repensando a psicologia social no ápice de uma guerra civil

Essa seção de análise se debruça sobre o livro *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*, de 1983, texto fundamental para nossa pesquisa e, provavelmente, o livro mais importante da obra deste autor. Afinal, o que leva um autor preocupado com a realidade latente do ápice de uma guerra civil em seu país a escrever um denso livro de revisão teórica e epistemológica da psicologia social contemporânea? 40 mil vítimas em 3 anos de conflito, assassinatos e desaparecimentos de operários, sacerdotes e o autor se preocupou em redefinir a psicologia social colocando a ideologia no cerne deste projeto. Vejamos como isso acontece.

Esse livro se propõe a apresentar a síntese da reelaboração teórica e epistemológica da psicologia social dominante⁷⁴, segundo uma perspectiva histórico-dialética, a realidade do povo centro-americano e pesquisas realizadas pelo autor no período antecedente. Martín-Baró justifica uma nova concepção de Psicologia Social por ao menos três críticas às vertentes tradicionais: a inconsistência teórica e epistemológica, as preocupações principais e objetos de estudo, e o enraizamento na perspectiva do poder estabelecido (Martín-Baró, 1983/2012).

Tais críticas à psicologia social tradicional podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos: crítica ao positivismo, aos estudos baseados em laboratórios e contextos artificiais, a assunção do indivíduo como unidade de análise principal e

⁷⁴ Neste texto, o autor concebe como dominante a psicologia social norte-americana, de base experimental e positivista, utilizada também como sinônimo de psicologia social tradicional e psicologia social hegemônica.

como princípio epistemológico, o enfoque do social e do grupal a partir do individual e a constituição de esquemas abstratos, harmoniosos, a-históricos e homeostáticos em relação aos grupos e indivíduos, os quais refletem uma perspectiva e ímpeto de adequar os sujeitos aos interesses e estilos de vida dominantes. Para o autor, a psicologia social hegemônica é expressão de uma ciência definida por aqueles que dispõem de poder econômico e social e determinam os problemas de pesquisa correspondente às suas necessidades e interesses de classe, ditando as perguntas e suas resoluções, as quais visam a aceitação das normas regidas pelos poderosos a fim de aliviar as tensões macroestruturais⁷⁵ (Martín-Baró, 1983/2012).

Isso justifica a Martín-Baró a necessidade de redefinir perspectivas, objetos e os objetivos da psicologia social. Não se trata

de un libro comercial, de un texto más de psicología social de los varios que cada año lanza al mercado la competencia editorial. Se trata de una psicología social desde Centroamérica, encaminada a desentrañar los intereses sociales agazapados tras el hacer y quehacer de los grupos y personas en estas sociedades conflictivas, orientada a poner de manifiesto la ideología que se materializa en la acción cotidiana (Martín-Baró, 1983/2012, p.IX).

A partir de um marco teórico histórico e dialético capaz de unificar criticamente as diversas pesquisas e teorias disponíveis, Martín-Baró propõe assumir como objeto de estudo a relação entre as ações humanas e a ideologia e define a

psicología social como el estudio científico de la acción en cuanto ideológica. Al decir ideológica, estamos expresando la misma idea de influjo o relación interpersonal, de juego de lo personal y social; pero estamos afirmando también que la acción es una síntesis de objetividad y subjetividad, de conocimiento y de valoración, no necesariamente consciente, es decir, que la acción está signada por unos contenidos valorados y referidos históricamente a una estructura social (Martín-Baró, 1983/2012, p.17).

Isso significa buscar a conexão entre a estrutura pessoal (a personalidade

⁷⁵ Temos aqui alguns dos elementos que nos anos futuros farão o autor defender, de modo mais claro, a tese de que a Psicologia é uma ciência ideológica (1985d; 1986d).

humana e sua prática concreta) e a estrutura social (cada sociedade e grupo social específico); é buscar o momento em que o social se torna pessoal e que o pessoal se torna social (Martín-Baró, 1983/2012).

A sugestão de um novo objeto para a psicologia social envolve uma perspectiva dialética que compreende os fenômenos pelo pressuposto de que pessoa e sociedade constituem-se mutuamente pela negação entre ambos polos ao mesmo tempo em que se afirmam como tais em um processo histórico. Implica também pensar a realidade com o intuito de transformá-la a partir da realidade e visão de mundo das classes populares⁷⁶ latino-americanas em direção a uma ordem social justa e igualitária. Isso revela pretensões de contribuir para liberdade individual e social, ou seja, pretende “*que el sujeto tome conciencia de esos determinismos [de classe] y pueda asumirlos (aceptándolos o rechazándolos) mediante una praxis consecuente*” (Martín-Baró, 1983/2012, p.48 [acréscimo nosso]).

Tendo como base a situação concreta de El Salvador, em que o povo se organiza para libertar-se de uma opressão secular, essa psicologia social de Martín-Baró toma partido pelo povo em suas lutas e aspirações, oferece seus conhecimentos científicos para os sujeitos sociais compreenderem as mediações de suas ações com a realidade e procederem em função de alguns valores e princípios sociais de seu conhecimento. Propõe incorporar o fazer científico a uma *práxis* libertadora, sem dizer ao povo o que fazer, mas que ajude a desmascarar a manipulação e a construir uma sociedade baseada na solidariedade e na justiça.

5.2.1. Ideologia

Os conceitos de ideologia, alienação e conscientização são centrais para esse projeto de psicologia social. Organizamo-los nessa sequência, explicitando a relação

⁷⁶ O autor utiliza a expressão maiorias populares e classes populares com o mesmo significado.

que possuem entre si; porém, como fundamento para compreendê-los e como aspecto que sustenta a compreensão de todos eles, apresentamos uma síntese da concepção de sociedade que guiam as teses de Martín-Baró sobre os conceitos.

Em Martín-Baró (1983/2012), a totalidade das relações sociais tem como substrato material fundamental a organização do trabalho e a divisão social de classes. A divisão da sociedade em classes refere-se à posição social que determinado grupo (e seus indivíduos) ocupam em relação aos meios de produção de uma sociedade e, por isso, remete-se ao trabalho.

Martín-Baró (1983/2012) diz assumir a compreensão marxista de que a divisão social do trabalho sustenta a divisão da sociedade em classes sociais distintas, e que as organizações sociais têm seguido a história das exigências do trabalho e sua divisão social, constituindo-o o marco mais determinante da interação humana, atividade basilar para existência e o desenvolvimento humano. A partir da “*división social del trabajo en relación con la propiedad de los medios de producción separa a la sociedad en grupos y clases contrapuestas*” (p.184), a qual determina a separação dos indivíduos em dois grupos fundamentais, os que se apropriam dos meios fundamentais de produção (grandes meios de produção) e os

que no poseen más que su inteligencia y sus manos para lograr su subsistencia. Esta división es tan crucial que genera dos grandes grupos o clases sociales, la burguesía y el proletariado, cuyos intereses resultan antagónicos y moldean la totalidad de la organización social (p.75).

Essa divisão de classes não é mecânica, por isso demanda analisar as duas classes fundamentais em suas gradações internas e as classes intermediárias entre elas balizando-se em suas expressões concretas em cada sociedade. Martín-Baró

(1983/2012) sintetiza três elementos característicos de uma classe social⁷⁷: 1) sua referência aos modos de produção existentes em cada sociedade como determinantes fundamentais para as relações sociais e a constituição de grupos com interesses contrapostos; 2) as classes sociais só existem enquanto postas em conflito, ou seja, na luta de classes. As classes existem por fatores que dividem e contrapõem os grupos e classes e esse enfrentamento histórico define em cada formação social quais são as classes; e 3) a realidade de uma classe e o pertencimento dos indivíduos a ela é um dado objetivo, que não depende da consciência ou vontade subjetivas.

En sociedades divididas en clases sociales, como lo son las sociedades latinoamericanas, estructuradas por un sistema capitalista, donde un grupo social ejerce su hegemonía a partir del poder que logra mediante la propiedad de los grandes medios de producción, la capacidad de regulación o control social no presupone una integración armoniosa de todos los grupos al todo social ni tampoco la motivación generalizada hacia el conformismo, sino que presupone un poder coercitivo, tanto a nivel de la colectividad como de los individuos concretos (1983/2012, p.146)

Isso sustenta a tese de que os fenômenos humanos estão inseridos na totalidade das relações sociais por meio de diversas mediações. Possuem diferentes níveis de determinação da individualidade que se complementam: o nível primário, nível funcional, e o nível estrutural⁷⁸. Para este momento, nos interessam somente as repercussões às relações estruturais nas formas de ser e agir dos indivíduos e grupos, o que se remete à configuração das classes sociais nas possibilidades concretas de existir no mundo. Pois, nas sociedades capitalistas, fundadas na contradição de

⁷⁷ Para essa síntese, o autor recorre ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels e a Marx no livro “O 18 de Brumário” Martín-Baró reconhece que o pensador alemão não definiu detalhadamente o problema das classes sociais, mas deixou elementos para sustentar tal definição. Esta carência de uma teoria clara de Marx sobre as classes sociais é reconhecida no marxismo (ver Ianni, 1997; Netto, 2002), com o destaque para o fato do pensador alemão ter deixado um texto inacabado sobre o tema quando faleceu.

⁷⁸ Não queremos diminuir a importância dessa discussão para o autor, apenas não é essencial para os objetivos de nossa discussão. Para mais, ver Martín-Baró (1983/2012, capítulo 3).

interesses entre grupos sociais e na exploração do homem pelo homem, o corpo humano se converte na sede das contradições sociais, processo que não escapa do funcionamento psíquico; a realidade psicológica é também uma concretização nos indivíduos de elementos de origem estrutural (Martín-Baró, 1983/2012).

A individualidade expressa as formas concretas em que a dialética de classes se manifesta em determinadas sociedades, situações e conjunturas. *“Al definir el tipo de relaciones sociales que se producen en cada caso, la clase social define también las posibilidades concretas de humanización y las formas concretas que pueden adquirir las personas en un determinado contexto social”* (Martín-Baró, 1983/2012, p.98).

É nessa concepção de sociedade, suas classes sociais e suas determinações nas esferas pessoais de cada indivíduo, que o autor ancora as discussões sobre ideologia, alienação e conscientização. Mas qual a relação entre ideologia e as classes sociais? Como isso se relaciona com alienação e conscientização? É o que tentaremos responder.

Martín-Baró compreende que, em termos muito gerais, existem duas definições diferentes sobre ideologia, uma funcionalista e outra marxista. Para Martín-Baró (1983/2012, p. 17),

La concepción funcionalista entiende ideología como un conjunto coherente de ideas y valores que orienta y dirige la acción de una determinada sociedad y, por tanto, que cumple una función normativa respecto a la acción de los miembros de esa sociedad.

Por outro lado,

*La concepción marxista (que tiene sus raíces en Maquiavelo y Hegel) entiende **la ideología como una falsa consciencia** en la que se presenta una imagen que no corresponde a la realidad, a la que encubre y justifica a partir de los intereses de la clase social dominante*

Segundo Martín-Baró (1983/2012, p.17),

*La visión marxista encuentra que la sociedad se configura por el conflicto entre grupos con intereses contrapuestos y que el individuo es fundamentalmente un representante de su clase social. La corriente del estructuralismo marxista, principalmente avanzada por Louis Althusser (1968), concibe la **ideología** como un sistema o estructura que se impone y actúa a través de los individuos, pero sin que los individuos configuren a su vez esa **ideología**. Se trata de una totalidad actuante pero sin sujeto propiamente dicho ya que, en la **ideología** así entendida, el sujeto actúa en la medida en que es actuado. 'Los hombres viven sus acciones, referidas comúnmente por la tradición clásica a la libertad y a la <consciencia>, en la **ideología**, a través y por la **ideología**; en una palabra, que la relación 'vívida' de los hombres con el mundo, comprendida en ella la Historia (en la acción o inacción política), pasa por la **ideología**, más aun, es la **ideología** misma' (Althusser, 1968, pág. 193)*

A partir disso, Martín-Baró trava um debate com Althusser para explicar a concepção de ideologia que assume. Inicialmente, destaca os elementos da teoria althusseriana da ideologia que lhe parecem pertinentes. Afirma que, na referida concepção, a ideologia não é algo externo às ações individuais ou grupais, mas *"un elemento esencial de la acción humana ya que la acción se constituye por referencia a una realidad significada y ese significado está dado por unos intereses sociales determinados"* (Martín-Baró, 1983/2012, p.17). O que implica tanto em vê-la a partir da totalidade dos interesses sociais que a geram, quanto dotada de sentido nas ações pessoais como esquemas cognitivos e valorativos das pessoas ou grupos, cuja origem última é sempre social.

Entretanto, em seguida, critica o enfoque estruturalista do filósofo francês por eliminar o papel ativo do sujeito. Nessa crítica, afirma que, embora atue em meio à ideologia, o indivíduo não se reduz a ela, podendo, inclusive, transcendê-la mediante uma tomada de consciência. Para Martín-Baró (1983/2012, p. 18), a ideologia é como os pressupostos

de la vida cotidiana en cada grupo social, supuestos triviales o esenciales para los intereses del grupo

*dominante. En la medida en que una acción es **ideológica**, dice referencia a una clase social y a unos intereses, es decir, está influida por unos intereses grupales respecto a los cuales adquiere sentido y significación social*

Por sua vez, a ideologia, afirma Martín-Baró (1983/2012, p.18), cumpre um conjunto de funções:

ofrecer una interpretación de la realidad, suministrar esquemas prácticos de acción, justificar el orden social existente, legitimar ese orden como válida para todos, es decir, dar categoría de natural a lo que es simplemente histórico, ejercer en la práctica la relación de dominio existente y reproducir el sistema social establecido

Discriminar a função ideológica das ações envolve revelar razões e formas de ser que se mostram a partir dos interesses e valores sociais dominantes e da reprodução do sistema estabelecido. Em contrapartida, tomar consciência da função ideológica é localizar cada processo psicológico na totalidade dos processos sociais, superando compreensões apenas parciais. Isso sustenta a afirmação de que o indivíduo não se reduz à ideologia, pois pode superá-la mediante uma tomada de consciência⁷⁹.

A concepção de ideologia em destaque nesse texto compreende-a como uma falsa consciência que encobre e justifica a realidade segundo os interesses da classe social dominante (burguesia) numa sociedade de classes com interesses antagônicos e corresponde a um conjunto e sistema de valores e crenças que atuam através dos indivíduos e se fazem presentes em suas ações, sempre referenciadas à uma realidade significada por interesses sociais determinados. Apesar disso, o autor parece mesclar e/ou alternar essa concepção de ideologia como falsa consciência com a de visão de mundo. Vejamos no texto.

⁷⁹ O significado da expressão “tomada de consciência” será apresentado na discussão sobre conscientização.

Martín-Baró diz que a ideologia, a partir de suas funções, efetiva as forças sociais que “*se convierten en formas concretas de vivir, pensar y sentir de las personas, es decir, la objetividad social se convierte en subjetividad individual*” (1983/2012, p.18). Isso leva o autor a afirmar que a ação humana “*es por naturaleza ideológica ya que está intrínsecamente configurada por las fuerzas sociales operantes en una determinada historia*” (1983/2012, p.24), quer dizer, “*determinada por factores sociales vinculados a los intereses de clase de los diversos grupos*” (1983/2012, p.48).

O indivíduo atua sempre em meio à ideologia, mas suas origens últimas sempre estão nas estruturas grupais e sociais que os indivíduos fazem parte.

*Por ello, el conjunto de actitudes fundamentales de las personas puede concebirse como la estructura que, en cada individuo, articula psíquicamente la **ideología** social en forma de actitudes, como un conjunto 'psico-lógico' de creencias y evaluaciones sobre el mundo. Desde esta perspectiva, el conjunto de actitudes corresponde adecuadamente a la definición de **ideología** dada por Althusser (1968, pág, 193; ver el Capítulo 1º). La **ideología** en su vertiente personal sería 'esa estructura relacional que determina la modalidad de intercambios entre el individuo y su mundo en una circunstancia histórica concreta, modalidad vivida antes que explicitada, práctica antes que teórica' (1983/2012, p.294/295).*

Esses trechos parecem nos mostrar a alternância desses significados que o termo ideologia carrega. Mesmo com a prevalência do sentido de falsa consciência, há também indícios para a compreensão de ideologia como expressão de diferentes interesses de classe e visões de mundo. É o que se pode deduzir quando o autor afirma, por exemplo: que as ações são ideológicas por estarem vinculadas ao interesse dos diversos grupos, ou que revela a estrutura de valores de cada indivíduo ou grupo. O que parece estar mais nas entrelinhas das citações anteriores tem mais proeminência em passagens como a seguinte:

La ideología, entendida como el conjunto de esquemas personales que traducen a nivel individual los intereses de una

clase social, hace ver y analizar las situaciones de determinadas maneras y orienta a determinados comportamientos (Martín-Baró, 1983/2012, p.354).

Parece-nos que em Martín-Baró (1983/2012) existem dois significados atribuídos ao termo ideologia. O primeiro e mais explícito lhe concebe o significado de falsa consciência que ofusca a compreensão das relações sociais de classe, naturalizando-as como universais e consensuais para esconder os interesses das classes dominantes e reproduzir o sistema social de dominação. O segundo sentido dado ao termo expressa a ideia de visão de mundo de um grupo ou classe social, perspectiva de classe, a qual pode ou não corresponder aos interesses objetivos desse segmento social. Enquanto ideologia, no primeiro caso, tem uma função negativa, criticada e condenada por Martín-Baró, no segundo, o sentido não necessariamente o tem. Somente quando a visão de mundo das classes populares não corresponde aos seus interesses objetivos que se tem um processo indesejado, pois, neste caso, visão de mundo e falsa consciência são combinadas.

5.2.2. Alienação e conscientização

A discussão sobre alienação e conscientização no livro *Acción e Ideología* evidencia a fundamental relação que possuem com o conceito de ideologia na obra martinbaroniana, precisamente da dimensão que institui ideias e normas sociais para ocultar os interesses e conflitos entre as classes sociais sob o viés da classe dominante. Referindo-se às normas de uma sociedade e à função da ideologia para que sejam aceitas, Martín-Baró (1983/2012, p.29) afirma que *“Los hombres llevan interiorizada esa norma social que responde a los intereses de la clase dominante, se imponen como una estructura no consciente y guía el proceso de alienación y deshumanización de las personas”*.

É possível dizer que o autor compreende alienação⁸⁰ como o estado em que uma classe social expressa os interesses da classe dominante em detrimento de seus próprios interesses. Remontando as discussões iniciadas em 1971 que polarizam alienação e criatividade, o autor diz que “*La relación entre pertenencia objetiva a una clase y psicología de clase puede mostrar una importante dimensión social en la existencia de las personas: su grado de autenticidad o su grado de alienación*” (Martín-Baró, 1983, p.102). Essa definição remete-se à alienação como fenômeno objetivo e subjetivo, a qual, segundo o próprio autor, sustenta-se no diálogo com as perspectivas de Marx, Alain Touraine e Paulo Freire.

Em sua dimensão objetiva, a alienação tem relações com a divisão social do trabalho no capitalismo. Segundo o psicólogo, que afirma apoiar-se em Marx, alienação corresponde a “*el estadio que el capitalismo produce en el ser humano al despojarle del producto de su trabajo, reificar sus relaciones interpersonales y ocultar las raíces de su realidad histórica, desintegrando así su esencia humana*” (Martín-Baró, 1983/2012, p.103).

Martín-Baró dá mais base para essa afirmação ao dizer que

mediante la apropiación social del producto del trabajo, un sector de la población adquiere poder para imponer sus intereses, mientras que la enajenación del fruto de su trabajo deja a otro sector de la población impotente para avanzar sus intereses al interior del sistema social (1983/2012, p.184).

Por isso, no mundo do trabalho, a pessoa

entra en el juego dialéctico de su realización o enajenación, de su expresión y desarrollo personal a través de su quehacer, o de su alienación instrumental como eslabón productivo al interior de un sistema despersonalizante (Martín-Baró, 1983/2012, p.185).

⁸⁰ Alienação e alienação social são utilizados como sinônimos.

Essa seria a base objetiva para situar a alienação no âmbito das relações entre as classes. No âmbito subjetivo, se efetiva com as classes dominadas assumindo como próprios os valores, ações e práticas sociais da classe dominante. Processo possível pelo ocultamento das relações de dominação promovido pela ideologia em sentido negativo. Seria uma forma de negação da dominação, ou melhor, uma privação da consciência sobre tais relações, o que corresponde à sua dimensão subjetiva. Assim, a alienação é entendida “*como impotencia e insatisfacción objetivas, como carencia y despojo real, pero unidas a una falsa consciencia*” (Martín-Baró, 1983, p.105) sobre as determinações reais da sociedade⁸¹. Parece-nos aqui fidedigno compreender que alienação é a concretização da ideologia (dominante), é a expressão da forma de consciência desenvolvida pela ideologia, uma consciência parcial, a qual não consegue apreender o real em suas determinações e, por isso, se expressa como falsa consciência.

É nesse sentido que - sob influências de Paulo Freire - Martín-Baró (1983/2012) reivindica a conscientização (sucessivos processos de tomada de consciência) como uma forma de propiciar a desalienação das pessoas e a construção de mudanças sociais. Uma vez que o processo de libertação histórica de relações de opressão exige formas de organização e práticas políticas capazes de mudar as estruturas básicas da organização social exploradora, a tese martinbaroniana é de que a libertação social supõe um passo da alienação social para a identidade social, quer dizer, avançar da consciência presentista (interesses individuais e imediatos) para uma consciência de classe (orientada para a satisfação das necessidades correspondentes aos interesses da comunidade social dos oprimidos). O que envolve uma mudança dos valores e aspirações dos oprimidos, com atividades coletivas organizadas, visando as

⁸¹ Tese fundamentalmente balizada na concepção sociológica de Alain Touraine.

necessárias transformações das estruturas sociais objetivas.

O fato é que as possibilidades de avanço da consciência sobre os fundamentos reais das relações sociais têm um limite imposto pela própria realidade, uma vez que objetividade e subjetividade determinam-se dialeticamente. Nesse sentido, para mudanças sociais acontecerem, está em questão uma aproximação da psicologia de classe com os interesses objetivos de classe (uma confluência entre psicologia e consciência de classe), favorecida pelos momentos de crise social, como o enfrentado em El Salvador e em outros países da América Latina nos anos 1980. Isso acontece pelas crises sociais, brechas na estrutura ideológica dominante, o que permite o avanço da consciência de classe dos grupos oprimidos (Martín-Baró, 1983/2012).

A la psicología corresponde desenmascarar los vínculos que ligan a los actores sociales con los intereses de clase, poner de manifiesto las mediaciones a través de las cuales las necesidades de una clase concreta se vuelven imperativos interiorizados por las personas, desarticular el entramado de fuerzas objetivadas en un orden social que manipula a los sujetos mediante mecanismos de falsa conciencia (Martín-Baró, 1983/2012, p.48).

Temos aqui alguns elementos da proposta de desideologização, que anteriormente (com referências ao arcebispo Monseñor Romero) o autor já indicou como forma de enfrentamento à ideologia falseadora da realidade e nos anos seguintes irá assumir como uma das tarefas de uma psicologia comprometida com as classes populares.

Na acepção martinbaroniana de 1983, no processo de conscientização, o autor insere aquilo que apreende do marxismo como a relação entre classe em si e classe para si, além de acrescentar o conceito de psicologia de classe, numa complexidade não explicitada anteriormente em sua obra. Pois bem, se a sociedade é dividida em classes sociais com interesses antagônicos, os indivíduos, por sua vez, ocupam

posições no modo de produção social e por isso ocupam uma posição de classe. Uma vez que as relações estabelecidas entre classes sociais produzem e se concretizam numa psicologia de classe, isto é, “*formas de pensar, sentir, querer y actuar propias de los individuos que pertenecen a las diversas clases sociales históricas*” (Martín-Baró, 1983/2012, p.101),

es esencial un análisis psicosocial que muestre el carácter ideológico de la psicología de clase, es decir, que examine en qué medida la psicología de clase de una determinada persona o grupo expresa la realidad o intereses de su propia clase social o está mediatizada a los intereses de otra clase (la dominante) (Martín-Baró, 1983/2012, p.102).

É, pois, justamente pela possibilidade do indivíduo pertencente a uma classe objetiva ter um conjunto de ações em função dos interesses sociais de outra classe social que podemos falar em alienação. Esta se refere à incongruência entre psicologia de classe e consciência de classe. Isso se remete à diferença entre pertencimento objetivo de classe e consciência social de classe, em que a primeira é objetiva e independe do conhecimento ou vontade subjetiva (classe em si), enquanto a segunda remete-se à articulação entre saber e fazer conforme os interesses objetivos da própria classe (classe para si). Assim, consciência não se resume ao entendimento da classe a qual se pertence, mas ao conjunto de conhecimentos, afetos e ações que expressam os interesses objetivos desta classe (Martín-Baró, 1983).

Nesse sentido,

*la práctica de las clases dominadas puede y suele estar regida por las pautas, normas y valores que operativizan en una **ideología** los intereses de las clases dominantes. Sólo se habla de práctica de clase cuando la praxis o actividad intencional de una persona expresa, concretiza y promueve los intereses de la clase social a la que objetivamente pertenece* (Martín-Baró, 1983/2012, p.81).

Isso significa que uma prática de classe é parte e consequência da consciência de classe. Já aquelas práticas das classes dominadas que se regem por normas, pautas e valores constituídos pela ideologia dominante é expressão de uma prática alienada.

Pois é nesta relação entre psicologia de classe e consciência de classe que se ancora a conscientização como uma **forma de propiciar a desalienação e a construção de mudanças sociais, avançando a consciência imediata para uma consciência de classe; como tarefa coletiva, criar formas de organização e práticas políticas capazes de mudar as estruturas básicas da organização social exploradora**. Nesses termos, está em questão uma aproximação da psicologia de classe com os interesses objetivos de classe (uma confluência entre psicologia e consciência de classe), favorecida pelos momentos de crise social. É preciso considerar os limites do avanço de consciência também postos pela própria realidade, dada a determinação dialética de objetividade e subjetividade. Assim, o avanço da conscientização tem como eixo fundamental o processo de transformação da realidade, pois, na medida em que se transformam as relações dos sujeitos com o mundo, também se modificam as formas de compreender a realidade.

Assim como no período anterior, também notamos em Martín-Baró (1983/2012) uma compreensão que opõe alienação à consciência/conscientização. De um lado a alienação (despersonalizante, desumanizante, expressão da falsa consciência de classe) e de outro a conscientização (autenticidade, identidade social, formação de consciência de classe). Assim, essas definições de alienação e conscientização adquirem significado completo quando referidas às razões do autor para o livro e sua proposta para a psicologia social, isto é, ao objetivo de revelar a dimensão ideológica das ações humanas, como determinadas por interesses de classe dos grupos

diversos, a fim de que o sujeito possa tomar consciência desses determinantes para assumi-los ou negá-los. **Isso significa superar a falsa consciência expressa na alienação e sustentada pela ideologia mediante um processo de conscientização. O que ressalta tanto a centralidade dessas três categorias conceituais nessa obra quanto a importância da relação que entre elas se estabelecem.**

Notamos, mais uma vez, o termo ideologia expressando dois significados: o de visão de mundo e de falsa consciência. O primeiro aparece de forma mais implícita, mas claramente presente quando o autor discute toda ação como expressão de diferentes perspectivas de classe, concepções políticas e visões sobre o mundo. Por exemplo, não teria sustentação dizer que toda ação expressa uma falsa consciência. O segundo refere-se propriamente a um conceito sistematizado pelo autor, concebido como falsa consciência, como ocultamento da realidade sob interesses e visão de mundo das classes dominantes. Nesta definição, que inclui a primeira acepção, transcende-a e efetua uma síntese conceitual, Martín-Baró afirma utilizar Althusser e Marx.

Discutimos, nessa seção, as formulações sobre ideologia, alienação e conscientização na principal obra do autor. Doravante passamos aos últimos textos de nossa seleção.

5.3. A consolidação teórica e científica de Martín-Baró

O conjunto de textos que compõe o último momento de análise é formado por escritos do período entre 1984 e 1989, um ciclo de intensa produção do autor e que nos fornece 14 dos 22 textos desta pesquisa, mais de 60% do total. No período pós 1983, Martín-Baró consolida e desenvolve as teses sistematizadas em *Acción e Ideología*, principal texto de sua obra.

No âmbito temático, nossa seleção envolve os temas mais frequentes dos escritos de Martín-Baró nos anos 1980, como a guerra, a violência, a opinião pública, a religião, a política. Problematicamente falando, apresentam as perguntas fundamentais que o autor se põe nesse período. Consideramos que, diante da guerra, da violência, da desigualdade social, da opressão, da exploração, da dominação imperialista, de insurreições populares, a questão principal do autor é: Como podem as ciências sociais e a psicologia (como ciências e profissões) contribuir para a libertação das maiorias populares em El Salvador, na América Central e na América Latina? São diferentes indagações que expressam uma profunda preocupação com “o que fazer?”.

Essa questão parece ser norteadora dos questionamentos e postulações do autor ao longo do período que abrange os anos de 1970 até sua morte, em 1989. Isto porque, o que se observa em sua obra é que, mesmo mudando os temas, como apresentamos em 4.2, as preocupações do autor se remetem a um *que fazer* diante dos problemas sociais que lhes saltam aos olhos. Seja sua reflexão construída de sua posição como teólogo, como cientista, como professor universitário ou como psicólogo, essa questão está sempre presente.

Mas a quais problemas sociais Martín-Baró se refere? Como vê a realidade que o circunda? Não muito diferente do que assinalamos em 4.1., o autor sintetiza a realidade social salvadorenha e centro-americana em quatro pontos:

- a) Uma estrutura econômica subdesenvolvida, dependente, desigual e injusta, com uma minoria que se apropria da maior parte dos recursos nacionais enquanto a grande maioria do povo vive em situação miserável e marginal, desprovida de assistência de saúde, alimentação, transporte e educação.
- b) Regimes políticos autoritários, violentos e repressivos liderados por

oligarquias e militares, sob eleições meramente formais.

c) Estados submissos política e economicamente aos EUA, sem soberania nacional; subjugados à política estadunidense de “segurança nacional” e combate ao comunismo, que ataca qualquer regime que não lhe agrade.

d) Fortes movimentos de oposição popular com guerras ou quase guerras revolucionárias entre forças insurgentes e regimes militares fomentados pelos EUA, como a guerra em El Salvador que, em cinco anos, já desalojou 20% da população e ultrapassou as 60 mil vítimas fatais (Martín-Baró 1985a; 1985d). Como já sabemos, nesse período, El Salvador enfrentava uma guerra civil que, em última instância, significava o conflito de dois projetos sociais: um de conservação, representado desde a perspectiva oligárquica (inflexível a quaisquer mudanças ou reformas) até o projeto reformista que aspira manter o sistema com as reformas necessárias para garanti-lo (com a ênfase oscilante entre a busca pelas reformas e o desmonte dos revolucionários); e outro revolucionário, orientado a mudar as estruturas socioeconômicas do país em favor das maiorias populares (1985a; 1985d; 1986d).

Dito isto, damos sequência a este terceiro e último momento de análise com diferentes seções que contemplam os desafios postos à atuação dos psicólogos e psicólogos sociais frente às condições objetivas de El Salvador e da América Central. Com isso, apresentamos: as dimensões subjetivas como foco das pesquisas e intervenções dos cientistas sociais; a ideologia como barreira subjetiva ao desenvolvimento das sociedades latino-americanas; a psicologia como ideologia, a desideologização como tarefa dos cientistas sociais críticos; a conscientização como aporte da Psicologia da Libertação.

5.3.1. As condições objetivas de vida e a produção da subjetividade: ideologia, alienação e os desafios ao exercício dos psicólogos

Martín-Baró (1985a; 1985d) considera essas condições objetivas os principais obstáculos para o desenvolvimento da democracia⁸² e para a libertação do povo salvadorenho e centro-americano nos anos 1980. Entretanto, junto a esses problemas objetivos existem também impedimentos subjetivos que, embora menos importantes, são fundamentais e referem-se a “*todo ese mundo de la cultura y de la conciencia colectiva, el universo de los símbolos y de las ideologías*” (Martín-Baró, 1985a, p. 104).

Os cientistas sociais salvadorenhos devem atuar sobre essas ataduras sociais e subjetivas que emperram o desenvolvimento da identidade das pessoas e povos. Embora não sejam chamados e capazes de dar respostas aos grandes problemas objetivos que sustentam essas sociedades, os cientistas sociais e psicólogos precisam entendê-los para então atuarem nas dimensões subjetivas e mais imediatas que os alimentam, pois as condições objetivas e subjetivas estão dialeticamente articuladas (Martín-Baró 1985a; 1985d; 1985j; 1987f).

se trata por un lado, de liberarse de aquellos factores tanto externos como internos que los mantienen atados a los intereses de otros países, en función de los cuales están organizadas las estructuras básicas de la sociedad; y por otro lado, también se trata de liberar-se de aquellas ataduras interiorizadas que enajenan sus mentes respecto al horizonte de sus vidas, bloqueándoles las vías de su propia identidad histórica como personas y como pueblos (Martín-Baró, 1985j, p.318).

Tal necessidade não perde de vista a crítica ao idealismo

que conceden prioridad a valores y principios ideales sobre la división del trabajo o las relaciones grupales. Es necesario, asimismo, evitar reduccionismos psicologistas, que asignan a las

⁸² Um sistema social em que o poder e a autoridade de governar é realizada pelo mesmo sujeito governado, onde um povo possui e exerce autoridade suprema e independente para governar sua vida e destino (Martín-Baró, 1985a).

personas causalidades propias de las estructuras sociales
(Martín-Baró, 1985a, p. 104).

Outro risco remete-se ao materialismo economicista e/ou sociologismo mecanicista que desconhece o papel ativo dos sujeitos e o relativo potencial de autonomia que a consciência pode ter nos processos históricos (Martín-Baró; 1985a). Se ver a psicologia como a liderança na resolução dos problemas sociais, políticos e econômicos seria uma forma de psicologismo, negá-la como importante instrumento para responder esses problemas fundamentais também é um erro.

Con ello no se pretende afirmar que el psicólogo deba asumir el liderazgo en la resolución de problemas que son sobre todo de carácter político, económico y social, lo que sería arriesgarse a una interpretación psicologista de la realidad. Sin embargo, excluir la psicología de la resolución de esos problemas fundamentales sería incurrir en el mismo error que con tanta razón Wilhelm Reich pudo criticar en su tiempo a quienes pretendían que los problemas del nazismo debían ser enfrentados exclusivamente desde el punto de vista económico y político, y no psicológico (Martín-Baró, 1987f, p.258).

Martín-Baró reivindica um lugar para o psicólogo nos processos de libertação nacional.

Porque si el psicólogo no es llamado a intervenir en los mecanismos socioeconómicos que articulan las estructuras de injusticia, sí es el llamado a intervenir en los procesos subjetivos que sustentan y viabilizan esas estructuras injustas; si no toca al psicólogo conciliar las fuerzas e intereses sociales en pugna, sí le compete ayudar a encontrar caminos para cambiar los hábitos violentos por hábitos más racionales; y si no queda bajo su competencia la definición de un proyecto nacional autónomo, sí puede contribuir a la formación de una identidad, personal y colectiva, que responda a las exigencias más auténticas de los pueblos (1985d, p.110). (destaque nosso).

Se os cientistas sociais e psicólogos querem atuar em favor da libertação dos povos latino-americanos, precisam, antes de tudo, adotar um compromisso crítico

frente aos processos, assumindo a perspectiva das maiorias populares e construindo uma nova racionalidade científica para enfrentar as verdades do poder estabelecido. Martín-Baró, então, se pergunta; mas qual a contribuição da psicologia e da psicologia social? O que pode fazer a partir de sua especificidade? Pois é em torno dessas questões que Martín-Baró apresenta suas últimas formulações sobre ideologia, desideologização, alienação, desalienação e conscientização.

Martín-Baró afirma que, para se reproduzir, o sistema social capitalista possui instituições e mecanismos para fazer com que os trabalhadores e explorados aceitem a situação de exploração como natural e, até mesmo, desejável. Mecanismos e instituições que formam um aparato ideológico “*con la función de alimentar una falsa conciencia de las clases dominadas*” (1989c, p.13).

*Cada ordenamiento social exige la elaboración de un universo simbólico que cumpla varias funciones críticas para su supervivencia y reproducción: a) Darle un sentido frente a los grandes interrogantes de la existencia humana; b) Justificar su valor para todos los sectores de la población; c) Permitir su interiorización normativa en los grupos y personas. Es claro, que me estoy refiriendo a las principales funciones que se suelen asignar a una ideología. Cabe añadir que, al ejercer estas funciones, **la ideología** operativiza y oculta al mismo tiempo los intereses de las clases dominantes, generando una falsa conciencia, una distorsión entre la configuración de la realidad y su representación en la conciencia de los grupos y personas (Martín-Baró, 1985a, p.105). (destaque nosso).*

No entanto, embora se forme como dimensão subjetiva produzida por uma estrutura social determinada,

*la ideología no es una simple superestructura que se añada a las sociedades ya constituidas, sino que representa un importante elemento en la configuración social. **Ciertamente no son determinadas concepciones las que causa en última instancia los***

*procesos de dominación, sino el poder adquirido en las relaciones sociales mediante la apropiación⁸³ de los recursos más necesarios para la vida humana lo que permite a un grupo imponer su voluntad e intereses a los demás. Sin embargo, esta dominación no logra su estabilización mientras no encuentra acogida en el mismo psiquismo de las personas, mientras no se vuelve concepción de la vida y, lo que es más, sentido común. La colonización social sólo logra echar raíces cuando se **articula ideológicamente** en la mentalidad de las personas y grupos, quedando así justificada con el sello de lo que aparece como una realidad no histórica sino natural (Martín-Baró, 1987c, p.95, destaque nosso).*

Martín-Baró entende a ideologia não como uma superestrutura desarticulada da sociedade real, mas como consequência da dominação real de uma classe sobre outra e articulada com a infraestrutura. Por sua vez, essa dominação só se consolida quando envolve as dimensões subjetivas da coletividade e da individualidade, como no senso comum. E é isso que faz a dominação se articular ideologicamente no psiquismo das pessoas como realidade dada a-historicamente.

O senso comum é o terreno privilegiado da ideologia dominante, “*constituido por todos aquellos presupuestos que hacen posible la vida cotidiana, la interacción ‘normal’ entre las personas, aquellos elementos que se asumen como obvios y por ello mismo nunca o rara vez se someten a cuestionamiento*” (Martín-Baró, 1985a, p.105), correspondente ao que é normalizado, naturalizado e, por isso, é alienante. As demandas objetivas do sistema são articuladas como exigências do senso comum para se reproduzirem, isto é, hábitos, rotinas, estereótipos que constituem o modo de

⁸³ Neste mesmo texto, Martín-Baró afirma “*La propiedad privada como uno de los principios máximos de la convivencia consagra el despojo permanente de las mayorías que no encuentran posibilidad real de controlar su propio destino*” (Martín-Baró, 1987c, p.95). De modo semelhante, em 1989, no texto Sistema, Grupo e Poder, afirma que a manutenção dessa lógica de dominação e do fatalismo se dá através do contínuo exercício do poder e da violência, e também em normas, rotinas e hábitos, que, em última instância, articulam-se pela materialização da exploração do trabalho, propriedade privada dos meios de produção e da divisão social de classes (Martín-Baró, 1989/2008).

ser, pensar, agir e sentir de uma sociedade (Martín-Baró, 1985a).

Entretanto, a ideologia também atua por outros meios que não diretamente o senso comum, como pelas universidades (Martín-Baró, 1974c) e pela ciência. Esse é um dos pilares da crítica feita reiteradamente por Martín-Baró (1985d; 1986d) à ciência e, mais particularmente, à psicologia, o que culminará na tese de que a psicologia atua como ideologia. Isso nos mostra duas discussões que se articulam no debate do psicólogo Martín-Baró sobre a ideologia: uma que se refere às suas expressões no cotidiano e no senso comum, a qual estamos tratando agora, e outra que remete à psicologia como ciência ideológica.

5.3.2. A ideologia no senso comum

Sobre expressões da ideologia no cotidiano social, Martín-Baró destaca a mentira institucionalizada ou mentira coletiva como uma das principais manifestações do aparato ideológico da sociedade salvadorenha. Refere-se ao

*ocultamiento de la realidad y de la distorsión sistemática de los acontecimientos por parte del poder establecido, que ha agudizado la esquizofrenia de la población entre lo que vive cotidianamente y su definición social del objeto de su vivencia (ver Martín-Baró, 1982). Sin embargo, esa mentira social en lo que tiene de determinante no es nueva, sino que es parte del ordenamiento estructural del país. **La mentira social constituye la elaboración ideológica de la realidad en forma tal que sea compatible con los intereses de la clase dominante, fijando así los límites en que se puede mover la conciencia colectiva (los máximos de conciencia social posibles en cada situación)**. En el caso concreto de El Salvador, esto ha supuesto al menos tres aspectos: (a) el ocultamiento sistemático de los problemas más graves del país; (b) la distorsión sobre los intereses y fuerzas sociales en juego; y (c) la asimilación de un discurso enajenador sobre la propia identidad, personal y social (Martín-Baró, 1985e, p.11/12).* (destaque nosso).

Essa mentira institucionalizada constitui a ideologia social que compõe estruturalmente a ordem social de El Salvador, feita para atender os interesses da classe dominante pela imposição de barreiras ao desenvolvimento da consciência

coletiva. Um instrumento da classe que esconde a realidade, distorce os fatos sob a perspectiva do poder estabelecido, protege o questionamento dos problemas mais graves do país, deturpa o jogo político de forças e promove um discurso alienador que obstaculiza o desenvolvimento da consciência social. Segundo Martín-Baró (1985e), o discurso ideológico oficial dominante, ao expressar sua versão como a única verdade, aliena a população, pois separa o povo de sua experiência cotidiana e atitudes que divergem das verdades oficiais e, como esse discurso é monopolizado, as maiorias ficam privadas na construção de sua identidade coletiva, são alienadas de si mesmas.

A ideologia é, então, uma mentira que esconde a verdade da população.

Frente a este ambiente de mentira social, surge la necesidad de una tarea de desideologización conscientizadora a la que el psicólogo social puede y debe dar su aporte. Se trata de introducir en el ámbito de la conciencia colectiva los elementos y esquemas que permitan desmontar el discurso ideológico dominante y poner así en marcha los dinamismos de un proceso desalienador (Martín-Baró, 1985e, p.13).

O autor cita vários exemplos de ideologização da realidade ou dos fenômenos sociais frente aos quais estão postas a tarefa de desideologização, como sobre o fatalismo (Martín-Baró, 1987c), a violência (Martín-Baró, 1988d), a aglomeração residencial (Martín-Baró, 1985h), a opinião pública em relação a temas como a intervenção militar do EUA e as eleições (Martín-Baró, 1985e). Desses exemplos, é possível dizer que ideologização se refere: (a) representação de um fenômeno social sob a perspectiva da classe dominante, como se fosse um ponto de vista universal; (b) ocultação e/ou não compreensão das raízes sociais estruturais, o mesmo que ignorar as bases objetivas (subjetivação); (c) naturalização de um fenômeno histórico e social; e/ou (d) basear-se em uma visão homeostática da sociedade e dos acontecimentos sociais. Sobre os diferentes temas que discute, Martín-Baró afirma

que, em muitos casos, a psicologia corrobora com essas diferentes formas de ideologização.

5.3.3. A psicologia como ideologia

Apesar de ter como espaço privilegiado o cotidiano e o senso comum, a ideologia envolve o conjunto de instancias sociais e se retroalimenta também do conhecimento científico. Para Martín-Baró, a ciência que atua tal como as diversas formas de ideologização acima destacadas constitui-se como uma ciência ideológica. Este é o caso da Psicologia.

Segundo o autor (1985d; 1986d; 1987f), historicamente, a psicologia se constitui como ciência ideológica porque tem se caracterizado como área de atuação que restringe a atenção aos ricos e aos problemas minoritários, porque não tem uma epistemologia adequada e porque atua como ideologia de reconversão⁸⁴.

Atenção aos mais ricos e problemas minoritários

Uma das razões responsáveis pela constituição ideológica da Psicologia refere-se à sua atenção quase restrita aos problemas dos mais ricos e à desconsideração dos determinantes sociais, convertendo o contexto social em uma espécie de natureza humana individual. Nessa dinâmica, assume o pressuposto de que os indivíduos devem buscar subjetivamente a resolução dos seus problemas. *“Con este enfoque y con esta clientela, no es de extrañar que la psicología esté sirviendo los intereses de orden social establecido, es decir que se convierta en un instrumento útil para la reproducción del sistema”* (Martín-Baró, 1985d, p.103/104). Em geral, prática e teoricamente, tem se concentrado *“en problemas minoritarios y, cuando se ha ocupado de problemas sociales importantes, lo ha hecho desde la perspectiva e*

⁸⁴ Ideologia de reconversão é uma expressão que autor utiliza para expressar algo que falseia e oculta a realidade ao mesmo tempo que alimenta a si mesmo, uma ideologia que se constrói e alimenta-se (re)convertendo a determinação dos fenômenos sociais a ela própria.

intereses de las minorías dominantes" (1987f, p.258). Compreender os fenômenos sociais na perspectiva de minorias poderosas (burguesia ou setores médios) significa assumir essa visão de mundo, tê-la como a perspectiva verdadeira.

A carência de uma epistemologia adequada

Como já afirmava o autor, em 1983, a Psicologia latino-americana carece de uma perspectiva teórico-epistemológica adequada a essa realidade. Então, para superar esta condição, a psicologia deverá desenvolver/assumir uma perspectiva epistemológica que se adeque à realidade e seu contexto de produção e atuação, o que equivale a enfrentar e superar os pressupostos positivistas que a caracterizam, quais sejam: a-históricos, individualistas, hedonistas e homeostáticos, justamente os que lhe imprimem o caráter ideológico. É sobre cada um desses pressupostos que passo a discorrer:

Pressupostos a-históricos

Inspirada no cientificismo norte-americano de origem positivista e atrelado às ciências naturais, a Psicologia latino-americana tomou para si conceitos, metodologias e práticas de forma acrítica. Para Martín-Baró *"La aceptación acrítica de teorías y modelos es precisamente la negación de los fundamentos mismos de la ciencia. Y la importación ahistórica de esquemas conduce a la ideologización"* (1986d, p.222).

O a-historicismo universaliza o conhecimento sem considerar as diferentes condições sociais, faz ser visto como natural aquilo que é histórico, imobiliza o que é dinâmico. Essa importação a-histórica dos esquemas muito se deve ao positivismo, o qual limita-se à consideração dos dados positivos que se apresentam, dos fatos e das relações empíricas verificáveis, vide sua prioridade dada ao laboratório e ao controle

das variáveis. Com isso, o positivismo ignora o princípio da negatividade, desconsidera aquilo que não está presente como algo dado e que a realidade nega como possível, mas que pode sê-lo em outras condições. Esse processo também "*constituye una ideologización de la realidad que termina consagrando como natural al orden existente*" (Martín-Baró, 1986d, p.222). Paradoxalmente, esse positivismo carrega consigo pretensões idealistas de neutralidade científica que camuflam as perspectivas de classe imbricadas nas concepções de ciência (Martín-Baró, 1986d, 1987f).

Além do positivismo e do a-historicismo, a psicologia também é ideológica quando carregada de pressupostos: individualistas, hedonistas e homeostáticos. Em primeiro lugar, por assumir o indivíduo como uma entidade com sentido em si mesma, atribuir ao indivíduo aquilo que só pode ser visto na dialética das relações interpessoais, negar a estrutura social ao explicar seus problemas como apenas pessoais (Martín-Baró, 1986d).

Pressupostos individualistas

Por focar nos problemas individuais, a psicologia tem se restringido a contribuir para desalienação individual e ignorado suas contribuições para a desalienação social. Em outros termos, a psicologia contribui para o indivíduo ter consciência e domínio sobre sua realidade individual, dar respostas a ela e modificá-la, porém, não o faz em relação aos problemas sociais, para o desenvolvimento de uma consciência social e poder coletivo, perdendo a relação entre libertação pessoal e social (Martín-Baró, 1985d; 1986d).

Sobre isso, Martín-Baró (1986d, p.227) afirma que

La psicología ha estado siempre clara sobre la necesidad de liberación personal, es decir, la exigencia de que las personas adquieran control

sobre su propia existencia y sean capaces de orientar su vida hacia aquellos objetivos que se propongan como valiosos, sin que mecanismos inconscientes o experiencias conscientes les impidan el logro de sus metas existenciales y de su felicidad personal. Sin embargo, la psicología ha estado por lo general muy poco clara acerca de la íntima relación entre desalienación personal y desalienación social, entre el control individual y el poder colectivo, entre la liberación de cada persona y la liberación de todo un pueblo.

Pressupostos hedonistas

Já o pressuposto hedonista considera que sempre há uma satisfação ou prazer pessoal determinando os comportamentos, aspecto considerado por Martín-Baró como uma concessão ao princípio do lucro fundante do sistema capitalista. Por sua vez, a visão homeostática vê com maus olhos toda mudança ou desequilíbrio, suspeita de tudo que se refere à ruptura, ao conflito e à crise. Desse modo, os conflitos sociais e os sujeitos que se opõem à ordem são considerados desequilibrados e patológicos (Martín-Baró, 1986d).

Com isso, ao invés de contribuir para desmascarar o senso comum que reproduz a realidade sob os interesses dominantes, isto é, contribuir para desideologizar, a psicologia os converte em características de personalidade e caráter, fazendo-se *“un instrumento más entre otros para moldear las mentes y un valioso aliado para tranquilizar conciencias al explicar las indudables ventajas de la zanahoria modernista y tecnológica”* (Martín-Baró, 1986d, p.222).

Ideologia de reconversão

Martín-Baró afirma que esse conjunto de características fazem da psicologia uma ideologia de recâmbio (ideologia de reconversão) que alimenta o psicologismo cultural oferecendo explicações individuais e subjetivas para problemas sociais.

Converte-se em uma ideologia que ameniza os conflitos sociais, propondo-se mudar o indivíduo e conservando a ordem ou supondo que mudar os indivíduos mudaria a ordem social. Uma ciência ideológica que justifica o sistema de opressão e exploração (1985d; 1986d).

Nesse período, também há uma evidente prevalência do termo ideologia em sentido negativo de falsa consciência. Todavia, sua presença com o significado de visão de mundo pode ser encontrada em alguns textos do autor (1985b; 1986a; 1987a). Ou, em outros casos, aparece junto com o significado negativo, porém, com menos peso (1985c; 1988b). Apesar de ainda encontramos o uso de ideologia em seu significado mais comum aos dicionários, à linguagem cotidiana e à política, o que ocorre é a consolidação do conceito sistematizado em 1983. Em favor desta tese está a defesa da desideologização como tarefa.

5.3.4. Desideologização como tarefa

Mas o que deve ser feito para enfrentar a ideologia no senso comum cotidiano e na ciência? Como enfrentá-la? É contra a ideologia e a ideologização dos fenômenos sociais, como enfrentamento desse universo simbólico ideológico que o autor crava a desideologização como a tarefa da psicologia social. Em suas palavras, *“frente a estas formas ideológicas que justifican la situación de opresión estructural (...) a la psicología social le toca la tarea de desideologizar”* (Martín-Baró, 1985a, p.106).

Se em *El liderazgo de Monseñor Romero (Un análisis psico-social)*, de 1981, afirmava o papel desideologizador da teologia da libertação e de Monseñor Romero como expoentes do compromisso da Igreja Católica com as maiorias populares, a partir de 1985, com o texto *La desideologización como aporte de la psicología social*

al desarrollo de la democracia en Latinoamérica, vai reivindicar, verdadeiramente, a desideologização como tarefa da psicologia social. Para isso, reedita a definição presente em *Acción e Ideología* (1985a, p.105), segundo a qual a psicologia social é “*aquella disciplina cuyo objetivo estriba en examinar lo que de ideológico hay en el comportamiento humano, tanto de las personas como de los grupos*”. O que implica considerar toda ação como articuladora dos interesses sociais com os interesses individuais e que toda influência social constitui, de alguma forma, a materialização de forças e interesses das classes que compõem uma determinada formação social.

Si a la psicología social le compete el estudio de lo ideológico en el comportamiento humano, su mejor aporte al desarrollo de la democracia en los países latinoamericanos consistirá en desenmascarar toda ideología antipopular, es decir, aquellas formas de sentido común que operativizan y justifican un sistema social explotador y opresivo. Se trata de poner al descubierto lo que de enajenador hay en esos presupuestos en que se enraíza la vida cotidiana y que fundamentan la pasividad, la sumisión y el fatalismo (Martín-Baró, 1985a, p.106).

Trata-se de revelar os véus que obnubilam a consciência popular, impedindo as pessoas de assumirem seu próprio destino e também de remover os obstáculos que cobrem o próprio conhecimento científico e que são impeditivos à contribuição com as lutas populares. Empreender esta tarefa demanda de nós, cientistas sociais, o compromisso crítico de estudar os fenômenos de modo a expor “*su veracidad o falsedad, su validez reveladora de la realidad o su carácter de encubrimiento ideológico*” (Martín-Baró, 1988d, p.133). Em outros termos, a tarefa da psicologia social é “*desarmar las justificaciones que encubren a las realidades históricas, desmontar todas aquellas racionalizaciones que alimentan la falsa conciencia grupal*” (Martín-Baró, 1985j, p.334).

Dessa perspectiva, desideologizar “*significa desenmascarar ese sentido común*

enajenador que encubre los obstáculos objetivos al desarrollo de la democracia y los hace aceptables a las personas” (Martín-Baró, 1985a, p.106). Também, é

rescatar la experiencia original de los grupos y personas y devolvérsela como dato objetivo, lo que les permitirá formalizar la conciencia de su propia realidad verificando la validez del conocimiento adquirido (...) Esta desideologización debe realizarse, en lo posible, en un proceso de participación crítica en la vida de los sectores populares, lo que representa una cierta ruptura con las formas predominantes de investigación y análisis (Martín-Baró, 1986d, p.230).

Desideologizar é buscar e fornecer aos setores populares um conhecimento objetivo sobre si próprio, um conhecimento destituído de elementos ideológicos, de modo a lhes permitir formar uma consciência de classe sobre sua própria realidade.

Ante essas acepções, parece que temos elementos suficientes para afirmar que desideologizar, como desconstrução da falsidade e do ocultamento da ideologia, é uma forma de desmascarar a ideologia e o senso comum ideológico. Como ideologia e senso comum ideológico formam sujeitos alienados, desideologizar se articula com o que o autor chama de desalienação. Destarte, enquanto desideologização é desmantelamento de concepções das classes dominantes que falseiam e ocultam a realidade, a desalienação é a desconstrução da falsa consciência que forma os indivíduos alienados pela ação da ideologia, que falseia, mascara, omite e mente.

Como desideologizar envolve romper com as formas de investigação e análises dominantes, então, podemos dizer que Martín-Baró está propondo uma psicologia contra ideológica, isto é, não ideológica no que concerne à justificativa da realidade por interesses dominantes. Enquanto tal, o projeto de Martín-Baró assume a tarefa de desideologizar a experiência cotidiana e o senso comum que a psicologia hegemônica corrobora por reproduzir.

Parece-nos fundamental considerar que parte dessa discussão sobre o caráter ideológico da ciência e da Psicologia e a tarefa de desideologização indicada pelo autor remete, também, **à questão da ideologia**, ou seja, à discussão sobre a objetividade no conhecimento científico. Afinal, em sua crítica à psicologia como ciência ideológica, ele discute a veracidade, a objetividade, a sua capacidade de explicar a realidade (Martín-Baró, 1985j; 1986d; 1987f).

Nesses termos, é possível dizer que Martín-Baró: a) considera impossível a neutralidade no conhecimento da realidade social; todos os sujeitos sociais estão condicionados por perspectivas de classe, conscientes ou não; b) diferencia neutralidade de objetividade científica; e c) considera que a perspectiva (visão de mundo) das maiorias populares latino-americanas é a mais propensa à aproximação das verdades históricas dessa realidade, do conhecimento mais objetivo (Martín-Baró, 1985j; 1986d; 1987f). Entretanto, vale ressaltar que assumir a perspectiva das maiorias populares não se confunde com assumir as demandas imediatas dos setores populares, já que sua consciência histórica no conflito de classes pode estar submetida à classe dominante e sendo levada a desejar aquilo que aliena e mantém a situação de opressão.

Mas como discernir o que é autêntico e o que é alienante na consciência popular? Trata-se de assumir um processo de constante autocrítica e estar alerta, pois aos psicólogos sociais e às vanguardas políticas sempre existe um risco de assumir a própria voz como a voz do povo (1987f).

A **desideologização**, portanto, é um processo que envolve: a) assumir a perspectiva do povo, ou seja, situar-se do ponto de vista das maiorias oprimidas e conhecer suas vidas a partir de seus olhos, assumindo seus interesses como próprios; b) aprofundar o conhecimento sobre sua realidade, tanto sobre os mecanismos que

os mantém alienados à sua própria realidade e o que são, quanto às suas virtudes de resistência, solidariedade e mobilização social e o que podem e almejam vir a ser; c) comprometer-se criticamente em um processo de dar ao povo poder sobre sua própria existência e destino, revertendo ao povo o conhecimento adquirido para “*servir como un espejo donde el pueblo pueda ver reflejada su imagen y adquirir así esa mínima distancia crítica que le permita objetivar su realidad y transformarla*” (Martín-Baró, 1985a, p.107).

No que concerne à **desideologização** e à **desalienação**, as inspirações de Martín-Baró advêm de experiências de fora da psicologia, mais diretamente da teologia da libertação (via comunidades eclesiais de base) e da pedagogia freireana. Em diferentes momentos que trata desse assunto, o autor refere-se a estas ações como desideologizadoras e conscientizadoras por atuarem na contramão da ideologia dominante, do fatalismo e da alienação e fomentarem a construção de identidade coletiva e formação de organizações populares, importantes atores da ascensão insurgente em El Salvador (1985a; 1985d; 1985e; 1985j; 1986d).

Sem embargo, são as pesquisas de opinião pública o principal exemplo de desideologização na trajetória de Martín-Baró na psicologia social. O autor defende o uso de pesquisas de opinião para combater o discurso oficial ideológico, que aliena a população ao tentar separar sua experiência cotidiana de suas atitudes e identidade para ocultar a realidade (1985a; 1985e).

Afirma Martín-Baró (1985e, p.14) que

*La encuesta de **opinión pública** puede constituir un importante **instrumento desideologizador** y que, así como en la actualidad es utilizada por los grandes consorcios comerciales y políticos para propiciar el mercadeo de sus productos o para estimular el apoyo a candidatos de todo tipo y a las políticas más diversas, debería ser utilizada para impulsar la toma de conciencia popular (...) puede constituir un instrumento privilegiado para **desmontar el discurso enajenador de los sectores sociales dominantes** y para permitir a*

las organizaciones y grupos populares entablar un diálogo constructivo con la conciencia comunitaria a la búsqueda de una nueva identidad colectiva.

Trata-se de usar a opinião pública para promover a consciência popular, para tomada de consciência, na medida em que desmonte o discurso alienador dos grupos dominantes e alimente a construção de uma identidade coletiva, a qual passa por aglutinar os valores e concepções que, comumente, já estão presentes na consciência do povo, mas que não são divulgados ou não permitem conhecimento ao povo. Por isso, podem ajudar a formalizar a experiência dos setores populares e conscientizá-los sobre sua situação de opressão para abrir possibilidades à construção de alternativas e mudanças sociais (Martín-Baró, 1985a; 1985e).

5.3.5. A conscientização como aporte ao horizonte da libertação

Se em *Acción e Ideología* (1983) a **conscientização** já assumira importância para a nova formulação teórico-epistemológica de Martín-Baró para a psicologia social, com o famoso texto *El papel del psicólogo en el contexto centroamericano* de 1985, ela adquire lugar central em suas formulações e proposições práticas da psicologia⁸⁵. A importância que assume a conscientização para a Psicologia da libertação ancora-se na concepção de que os processos da consciência humana devam ter mais importância na ciência psicológica.

Martín-Baró (1985d) considera necessário romper com o movimento histórico que levou a Psicologia a centrar-se no comportamento observável e passar sua atenção aos processos da consciência humana. Nesse sentido, afirma que a consciência humana

⁸⁵ Aqui temos mais elementos para problematizar a diferenciação entre psicologia e psicologia social presente em Martín-Baró, em termos de objeto e objetivos fundamentais, o que não significa afirmar a existência de uma grande separação entre elas.

no es simplemente el ámbito privado del saber y sentir subjetivo de los individuos, sino sobre todo aquel ámbito donde cada persona encuentra el impacto reflejo de su ser y de su hacer en sociedad, donde asume y elabora un saber sobre sí mismo y sobre la realidad que le permite ser alguien, tener una identidad personal y social. La conciencia es el saber o el no-saber sobre sí mismo, sobre el propio mundo y sobre los demás, un saber prático antes que mental, ya que se inscribe en la adecuación a las realidades objetivas de todo comportamiento (p.104).

Isso significa entender a consciência como uma realidade psicossocial, construída fundamentalmente na relação do sujeito com o mundo cultural e social. Assim, inclui

[...] ante todo, la imagen que las personas tienen de sí mismas, imagen que es el producto de la historia de cada cual y que, obviamente, no es un asunto privado; pero incluye, también, las representaciones sociales⁸⁶ (...) y por tanto, todo aquel saber social y cotidiano que llamamos 'sentido común', que es el ámbito privilegiado de la ideología (...). En la medida en que la psicología tome como su objeto específico los procesos de la conciencia humana deberá atender al saber de las personas sobre sí mismas en cuanto individuos y en cuanto miembros de una colectividad. Ahora bien, el saber más importante desde un punto de vista psicológico no es el conocimiento explícito y formalizado, las más de las veces explícito y formalizado, sino ese saber inserto en la praxis cotidiana, las más de las veces implícito, estructuralmente inconsciente e ideológicamente naturalizado, en cuanto que es adecuado o no a las realidades objetivas, en cuanto que humaniza o no a las personas, y en cuanto permite o impide a los grupos y pueblos mantener las riendas de su propia existencia (p.104/105).

Nessa acepção, a consciência é um fazer-se no mundo em que o sujeito assume e elabora saberes e não saberes sobre si e sobre a realidade para constituir-se enquanto ser e formar sua identidade particular e coletiva. Assim, consciência consiste numa realidade psicossocial, isto é, constitui-se na relação entre o pessoal e o social, que envolve tanto a história singular de cada um, quanto as representações

⁸⁶ Nesta passagem, Martín-Baró refere-se ao texto *Linguagem, pensamento e representações sociais* de Silvia Lane (1985), uma das referências apresentadas quando tratamos de concepções de ideologia, alienação e conscientização na psicologia.

sociais, o senso comum e a ideologia de uma sociedade concreta. Por isso, a dimensão mais importante da consciência é aquela que se efetiva na *práxis* cotidiana, no fazer e pensar dos sujeitos (individuais e/ou coletivos) com o mundo cotidiano, no terreno em que a ideologia naturaliza o senso comum. Segundo Martín-Baró (1985d, p.105), com "*esta visión de la psicología, se puede afirmar que la conscientización constituye el horizonte primordial del quehacer psicológico*".

Como já havia destacado em 1983, Martín-Baró reivindica a concepção freireana de conscientização em seu método de alfabetização popular. Nas palavras de Martín-Baró (1985d, 105),

***conscientización** es un término acuñado por Paulo Freire para caracterizar el proceso de transformación personal y social que experimentan los oprimidos latinoamericanos cuando se alfabetizan en dialéctica con su mundo (...). Para Freire, alfabetizarse no consiste en papeles o a leer la letra escrita; alfabetizarse es sobre todo aprender a leer la realidad circundante y a escribir en la propia historia. Lo que importa no es tanto saber codificar y descodificar palabras ajenas, sino aprender a decir la palabra de la propia existencia que es personal pero es sobre todo colectiva. Y, para pronunciar esa palabra personal y comunitaria, es necesario que las personas asuman su destino, que tomen las riendas de su vida, lo que **les exige superar su falsa conciencia** y lograr un saber crítico sobre sí mismos, sobre su mundo y sobre su inserción en ese mundo.*

A conscientização, proclamada como o horizonte primordial da prática do psicólogo, consiste num processo de transformação pessoal e social de apreender a ler a realidade circundante e superar sua falsa consciência cotidiana para um saber crítico sobre si e sua inserção no mundo para escrever sua própria história e assumir seu destino.

*Al afirmar que el horizonte primordial de la psicología debe ser la **conscientización** se está proponiendo que el quehacer del psicólogo busque la **desalienación** de las personas y grupos, que les ayude a lograr un saber crítico sobre sí mismas y sobre su realidad (Martín-Baró, 1985d, p.106).*

Portanto, o processo de conscientização envolve a superação da falsa consciência (desalienação) e a formação de uma consciência crítica (suponha-se verdadeira).

Essas passagens sugerem que a desalienação é uma parte do processo de conscientização, aquele referente à superação da falsa consciência (alienação) cotidiana. Neste sentido, a desalienação fundamental que se refere Martín-Baró é a atinente à consciência social, isto é, à desalienação social. Desalienação individual e social são processos diferentes que devem estar relacionados entre si. A desalienação individual (da consciência individual), geralmente vista como óbvia na psicologia, é o processo de eliminação e/ou controle dos mecanismos que obstruem o desenvolvimento de uma identidade pessoal e fazem do sujeito alienado um “louco”, como alguém que não é dono de si. Já a desalienação social (da consciência social) refere-se ao processo de eliminar os mecanismos que bloqueiam a consciência e a identidade social e fazem os sujeitos agirem como dominadores, dominados, exploradores ou explorados.

Martín-Baró (1985d) apresenta didaticamente os três fundamentos teóricos supostos no processo de conscientização, são eles:

(a) El ser humano se transforma a ir cambiando su realidad. Se trata por consiguiente de un proceso dialéctico, un proceso activo que pedagógicamente, no puede darse a través de la imposición, sino sólo del diálogo;

(b) Mediante la paulatina descodificación de su mundo la persona capta los mecanismos que le oprimen y deshumanizan, con lo que se derrumba la conciencia que mitifica esa situación como natural y se le abre el horizonte a nuevas posibilidades de acción. Esta conciencia crítica ante la realidad circundante y ante los demás arrastra por tanto la posibilidad de una nueva praxis, que a su vez posibilita nuevas formas de conciencia;

(c) El nuevo saber de la persona sobre su realidad circundante le lleva a un nuevo saber sobre sí misma y sobre su identidad social. La persona empieza a descubrirse en su dominio sobre la naturaleza, en

su acción transformadora de las cosas, en su papel activo en las relaciones con los demás. Todo ello le permite no sólo descubrir las raíces de lo que es, sino el horizonte de lo que puede llegar a ser. Así, la recuperación de su memoria histórica ofrece la base para una determinación más autónoma de su futuro (Martín-Baró, 1985d, p.106).

Martín-Baró está reafirmando sua compreensão dos seres humanos como sujeitos ativos que se formam na medida que transformam e são transformados pela realidade. É possível, por meio do diálogo, gradativamente decodificar o mundo humano e captar os mecanismos que desfavorecem e impedem seu desenvolvimento a fim de, então, desnaturalizar a consciência que mistifica a realidade para pensar novas possibilidades de ações que sustentarão novas formas de consciência e saberes sobre a realidade, sobre si mesmos e sobre suas identidades sociais. Por isso a importância de recuperação da memória histórica, isto é, “descobrir seletivamente, mediante a memória coletiva, elementos do passado que foram eficazes para defender os interesses das classes exploradas e que voltam a ser úteis para os objetivos de luta e conscientização” (Fals Borda, *appud* Martín-Baró 1986d). Recuperar os elementos do passado que foram importantes para a defesa dos interesses das classes exploradas é trazer novas referências para as lutas e processos de libertação.

Consiste em um processo de mudança que, necessariamente, implica em novas relações com a realidade e com os demais, porque não é uma simples mudança de opinião ou subjetiva que deixaria intacta a situação objetiva. Pois o saber verdadeiro está sempre vinculado a “*um hacer transformador sobre la realidad*” (Martín-Baró, 1985d, p.106).

Sobre essa necessidade *práxica*, imbricada no processo de conscientização, Martín-Baró critica as apropriações (comuns na psicologia) da alfabetização

conscientizadora de Freire que destituem seu caráter essencialmente político e convertem-na em puramente psicológica, como própria consequência da subjetivação na psicologia e o psicologismo cultural. Compreender a conscientização desconectando as dimensões psicológicas das sociais e políticas sem pensar implicações práticas é um equívoco subjetivista (Martín-Baró, 1986d).

Com isso, podemos ressaltar ao menos três elementos fundamentais à conscientização martinbaroniana: (a) a necessária articulação entre dimensão psicológica/individual e coletiva/sociopolítica, (b) a implicação fundamental entre saber e fazer, ou entre teoria e prática políticas, (c) a função de dar palavra para as classes populares lerem sua realidade, escreverem-na e fazerem sua história.

Por isso, a conscientização martinbaroniana, vide sua inspiração da teologia da libertação e de Paulo Freire, compõe um processo em direção à libertação das classes populares da opressão e exploração. Pressupõe desideologização, desalienação, consciência crítica e novas formas de relação com a realidade, com organização coletiva e práticas, segundo interesses e necessidades das classes populares.

Em termos científicos e práticos à Psicologia, conscientização implica uma mudança de enfoque, mudança de público e ampliação da perspectiva. Demanda romper com a função ideológica da psicologia e responder a uma situação real de injustiça promovendo uma consciência crítica sobre as raízes objetivas e subjetivas da alienação social, pois consciência é premissa para superação das condições que mascaram a realidade e fortalecem esquemas fatalistas e ideológicos. Por isso, a imagem profissional deve ser repensada e as velhas teorias e técnicas superadas, visto que não dão conta das demandas reais do povo.

A conscientização, como processo, supõe romper com a mecânica reprodutora das relações de dominação-submissão em um processo dialético e dialógico que, em

última instância, necessita de uma mudança radical das relações para não mais existirem opressores e oprimidos. Assumir, então, a perspectiva das maiorias populares é necessário, pois nelas estão as possibilidades de construir uma sociedade diferente.

Por sua vez, a tomada de consciência a que se refere remete-se também ao problema da identidade grupal, social e nacional para a construção de um projeto nacional, por suposto, em confrontação crítica frente ao sistema vigente. Tarefa que se remete à ampliação da perspectiva da psicologia restrita à desalienação individual e buscar também a desalienação social.

Neste capítulo, vimos todo o percurso do autor em relação ao conceito de ideologia. Percorremos décadas de produção e mostramos como – gradativamente – o conceito vai ganhando importância para sua obra psi e lugar essencial em seu arcabouço teórico conceitual. De modo semelhante, os conceitos de desideologização, conscientização, alienação também compõem o núcleo principal da obra martinbaroniana. Articulam-se entre si nesta forma de pensar a teoria e a prática psi, sempre marcada por uma crítica e psicossocial engajada para servir as maiorias populares de El Salvador e da América Central.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, qual o conceito de ideologia em Martín-Baró? Por que é importante compreender e analisar este conceito? Que importância ele adquire no interior de sua obra? De que modo suas formulações em torno deste conceito se aproximam ou não do conceito de ideologia no marxismo, no pensamento social moderno e na psicologia crítica? Construimos essa dissertação partindo dessas indagações. Questionamentos que também nos trouxeram a tarefa de analisar o corpo conceitual que sustenta e articula tais formulações sobre ideologia, remetendo-nos a conceitos como conscientização e alienação.

Iniciamos nosso trabalho empreendendo esforços para diferenciar ideologia como termo, conceito e questão e construimos um processo de reflexão teórica que se sustentou em diferentes autores e correntes. Refletimos sobre ideologia no pensamento marxista (em mais de uma acepção), positivista, historicista e nas psicologias críticas de autores internacionais e latino-americanos. Assumimos uma perspectiva marxista e uma postura crítica em relação a algumas formas que a ideologia tem sido debatida no âmbito psi.

Em sequência, apresentamos o método dessa pesquisa, cuja intencionalidade já se evidenciava desde os fundamentos teóricos que adotamos, assim como as possibilidades de procedimentos para o desenvolvimento de uma investigação de natureza bibliográfica e cunho teórico. Explicitamos neste capítulo, então, como selecionamos os textos e de que forma realizamos a análise. Inserimos a discussão conceitual no conjunto da obra do autor, discutindo o conjunto de suas produções e o contexto que as possibilitaram e percorremos seus escritos em 22 textos, referentes a um período de 18 anos.

Ainda antes de aprofundar a análise, situamos a obra de Martín-Baró no tempo

e no espaço, apresentamo-la em seu conjunto e dissertamos sobre suas influências contextuais. Expusemos a trajetória pessoal e formativa do autor e discorremos sobre a guerra civil salvadorenha, a estrutura social do país, a universidade que trabalhou e construiu e a teologia da libertação.

Por último, na análise, expusemos as compreensões de Martín-Baró sobre ideologia, desideologização, conscientização, alienação, desalienação em suas construções teóricas no decorrer dos anos, suas influências, as formas como foram estabelecidas e consolidadas, bem como a forma com que se tornaram centrais no conjunto de sua obra.

Encontramos ideologia no centro do corpo teórico-conceitual de Martín-Baró, com o significado prevalente de falsa consciência que compõe concepções sobre a realidade segundo os interesses da classe dominante de ocultar as verdades dos fenômenos sociais. Segundo o autor, sua concepção deriva de uma assimilação própria do conceito em Marx e Althusser. Sua formulação é fruto do debate com esses autores, mas representa uma leitura própria, semelhante a de outros contemporâneos da psicologia latino-americana.

Ainda sobre o conceito de ideologia postulado pelo autor, podemos dizer, concordando com Pereira (2013), que, de certo modo, existem duas formulações oscilantes e entrelaçadas. Isso porquê, além da significação de falsa consciência, encontramos o significado de ideologia como visão de mundo, que, por vezes, aparece independente do primeiro, ou articulado a ele, mas sem prevalecer sobre a formulação principal. Estas oscilações e entrelaçamentos podem ser vistos ao longo da obra e em mais de um texto.

A riqueza das teses e análises de Martín-Baró sobre o tema não destitui o caráter problemático que possuem quando vistas desde a perspectiva que

assumimos. Postulamos teses que contrapõem a ideia da ideologia como falsa consciência, entendemos que não se trata de uma falsidade, mas de um ocultamento intrínseco ao processo de formação da sociedade. A acepção de ideologia como falsa consciência carrega consigo um risco não intencional de localizar a mistificação/distorção da realidade (“a falsidade”) no indivíduo, fato que, contraditoriamente, pode responsabilizar o próprio oprimido por sua situação. É possível, ao possibilitar certa ênfase no psicológico e/ou cognitivo, perder os processos objetivos e históricos postos na base produtiva e reprodutiva da sociedade capitalista que produzem a alienação e a ideologia.

Ainda cabe afirmar que ideologia em Martín-Baró possui destaque em duas formas, enunciadas no item 2.3., comuns na psicologia crítica: atinente à crítica da psicologia como ideologia e a preocupação com o estudo da ideologia no cotidiano. Baseados na crítica da psicologia como ideologia, podemos afirmar que seu projeto constitui uma psicologia contra-ideológica.

Do conceito de ideologia, Martín-Baró apresenta conceitos de ideologização e desideologização, formulações que não parecem ser devedoras de Marx e Althusser. Articulados a estas formulações conceituais estão os conceitos de conscientização, fundamentalmente devedor de Paulo Freire, e o conceito de alienação, influenciado por Marx, Alain Touraine e pelo pedagogo brasileiro. Deste último, temos a formulação do conceito desalienação, o qual desconhecemos nos escritos marxianos e parece-nos ser também referenciado na obra freireana.

A compreensão de alienação oferecida pelo autor guarda muitas semelhanças com a de ideologia, pois também é demarcada como privação de consciência (falsa consciência) sobre os próprios interesses de classe. Fato que provoca algumas confusões na compreensão da relação entre ideologia e alienação e entre

desideologização e desalienação.

Ao falarmos da obra de Martín-Baró como um projeto psi, nomeado psicologia da libertação, não deixamos de levar em consideração algumas dúvidas geradas acerca das possíveis áreas (ou subáreas) do conhecimento psi, as quais orientam seus escritos. Sempre, desde uma perspectiva psicossocial, o autor afirma direcionar seu debate à psicologia como um todo, à psicologia, à psicologia social, à psicologia política. Permanecem algumas questões sobre as possíveis diferenças e atribuições de cada uma delas: seriam dispositivos táticos relacionados ao direcionamento de cada texto? Que implicações têm para os objetos de estudo de cada uma delas? Por que subdivisões na ciência psicológica?

Muitos caminhos e possibilidades investigativas se abrem de um mergulho em uma parte da extensa obra de um notável autor. Esbarramos em muitos conceitos, em muitas perguntas científicas, em um infatigável propósito e preocupação de dedicar os esforços de uma vida (científica, profissional, religiosa) a enfrentar as desigualdades, a exploração e a dominação de um povo com enorme coragem.

Se nos propomos a estudar este legado como o próprio autor fazia em suas investigações, isto é, com um olhar crítico desde uma perspectiva histórico dialética, a crítica não destitui o valor de sua herança. Ao contrário, potencializamos sua produção, apreciamos suas elaborações, nos inspiramos em seu árduo esforço e compromisso crítico de avançar, cada vez mais, em compreensões que tenham potencial transformador, que favoreça os explorados em suas lutas, que fortaleçam a esperança de um horizonte livre da exploração e dominação do homem pelo homem.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Althusser, L. (1969/1992) *Aparelhos ideológicos de Estado*. Edições Graal Ltda. 6ª ed. São Paulo-SP.

Álvaro, J. L.; Garrido, A. (2007) *Psicologia Social. Perspectivas Psicológicas e Sociológicas*. São Paulo, Mc Graw Hill.

Antunes, M. A. M. (2005b) Materialismo histórico-dialético: Fundamentos para a pesquisa em história da psicologia. In: Abrantes, A. A.; Silva, N. R.; Martins, S. T. F. (Orgs.), *Método histórico-social na psicologia social*. Petrópolis: Vozes, pp. 105-117.

Antunes, R. (2005) *O Caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Ed Boitempo. São Paulo

Augoustinos, M. (1999) Ideology, False Consciousness and Psychology. In: *Theory & Psychology*. Vol. 9 (3), pp. 295-312.

Burton, M. (2013) Liberation psychology: A constructive critical praxis. In: *Estudos de Psicologia*, Campinas I 30(2), 249-259.

Call, C.T. (2002) Assessing El Salvador's Transition from Civil War to Peace. In: Edman, S. J, Rothchild, D., Cousens, E. (eds). *Ending Civil Wars: The Implementation of Peace Agreements*. Boulder: Lynne Rienner, p. 543 – 602.

Campos, F. A. (2015) Memória histórica do Massacre de Felisburgo: um estudo sobre trauma psicossocial e processos de resistência. Tese de doutorado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Psicologia. Disponível em: < www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13488>.

Chauí, M. (1985) *O que é ideologia*. Ed: Brasiliense, São Paulo.

Cidade, E. C. (2012) Juventude em Condições de Pobreza: modos de vida e fatalismo.

Dissertação (Mestrado em Psicologia). Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará. Disponível em: www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=7395.

Conceição, V.L. (2012) *Psicologia, Desigualdade e Permanência de alunos em Escola Técnica Profissional de Nível Médio*. Dissertação de mestrado. Universidade Salgado de Oliveira, Rio de Janeiro.

Dantas, B. S. A. (2011) *Religião e política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. Tese de doutorado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Psicologia. Disponível em: <www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=13488>.

De La Corte, L.I. (1998) *Compromiso y Ciencia Social: El ejemplo de Ignacio Martín-Baró*. Tese de doutorado apresentada a Facultad de Psicología de la Universidad Autónoma de Madrid. Disponível em: <http://www.uca.edu.sv/facultad/chn/c1170/testo.html>

De La Corte, L.I. (2001) *Memoria de un compromiso: La psicología social de Ignacio Martín-Baró*. Bilbao: Desclée de Brouwer.

De La Torre, C. M. (1989) *Psicología Latinoamericana*. San Juan: Publicaciones Puertorriqueñas.

Demo, P. (2000) *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas.

Dobles, I. O. (2009) La reconstrucción de un pensamiento y una praxis crítica en la psicología latino-americana. IN: *Revista de Ciências Sociais y Humanidades (Realidad)* nº 121.

Dobles, I. O. (1999) Marxism, Ideology and Psychology. In: *Theory & Psychology*. Vol 9 (3), pp. 407-410.

Dobles, I. O. (2005) *Psicologia da Libertação: condições de possibilidade* In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr. F. [orgs.] *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea 2ª Ed. 2011, 165-180.

Dobles, I. O. (2009) *La reconstrucción de un pensamiento y una praxis crítica en la psicología latino-americana*. IN: *Revista de Ciências Sociais y Humanidades (Realidad)* nº 121.

Ellacuria, I. (1976) *Una Universidad Centroamericana para El Salvador*. *Seminario La Uca Hacia El Futuro*.

Fernandes, L. V. (2015) *O processo grupal como resistência ao sofrimento e ao adoecimento docente: um estudo à luz da perspectiva histórico-dialética*. Tese de doutorado. Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=18261>.

Freitas, M. F. Q. (1996) *Contribuições da Psicologia Social e Psicologia Política Ao Desenvolvimento da Psicologia social comunitária: os Paradigmas de Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero*. *Psicologia e Sociedade (Impresso)*, São Paulo / PUC-SP/ABRAPSO, v. 8, n.1, p. 63-82.

Gaborit, M. (2011) *A realidade interpelante e o projeto de uma psicologia da libertação*. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr. F. [orgs.] *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea 2ª Ed. 2011, 09-14.

Gewehr, C. F. (2010) *Psicologia Social desde América Latina: o desafio de uma possibilidade*. Tese de Doutorado (Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Psicologia. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12293>.

Guzzo, R.S.L.(2014) *Conscientization and Political Changes*. In: Thomas Teo. (Org.).

Encyclopedia of Critical Psychology. 01ed.Londres: Springer, v. 01, p. 104-104.

Huayhua, G. L. (2007) Primeira e segunda geração de jovens imigrantes argentinos, bolivianos e peruanos em São Paulo: um estudo psicossocial da identidade e aculturação. Tese (Doutorado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Psicologia. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5506>.

Hur, D. U. e Lacerda Jr., F. (2013) *Ditadura e insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e resistência armada* (manuscrito não publicado).

Konder, L. (2002) A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras.

Lacerda Jr. F. & Guzzo, R. S. L. (2011) Sobre o sentido e a necessidade do resgate crítico da obra de Martín-Baró. In: R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Júnior. (Orgs). *Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação* (2ª ed.). Campinas, SP: Editora Alínea.

Lacerda Jr. F. (2012) *Articulações entre psicologia e marxismo: possíveis contribuições para uma história da psicologia crítica latino-americana*. (Projeto de pesquisa nº36138). Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

Lacerda Jr., F. (2007) Liberarse de que? Liberarse para que? Notas sobre marxismo, anti-capitalismo e psicología de la liberación. In: Dobles, I.; Baltodano, S.; Leandro, V. *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos* (pp.201-208). San José: Editorial Universidad de Costa Rica.

Lacerda, Jr. (2014) Psicologia política e marxismo na história recente: Contribuições de Martín-Baró e Holzkamp. In: Sandoval, S.A.M.; Hur, D.U.; Dantas, B.S.A. (Orgs) *Psicologia Política: temas atuais de investigação* (pp. 25-52). Alínea Editora. Campinas, SP.

Lane, S. T. M. (1984a) A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. Editora Brasiliense – São Paulo – SP.

Lane, S. T. M. (1984b) Consciência/alienação: a ideologia no nível individual. In: Lane, S. T. M. & Codo, W. (Orgs) *Psicologia Social: o homem em movimento*. Editora Brasiliense – São Paulo – SP.

Lane, S. T. M. (1989) Ideology and Consciouness. In: *Theory and Psychology Copyright*, Vol. 9 (3) pp. 367-378.

Lane, S. T. M.; Freitas, M. F. Q. (1997) Reflexões Sobre O Processo Grupal: Análise de Seis Grupos A Partir de Ignacio Martín-Baró. *Interamerican Journal of Psychology*, Caracas, v. 31, n.2, p. 293-308.

Lessa, S. (1996) Trabalho e ontologia do ser social. Disponível em http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/trabalho_onto1996.pdf.

Acessado em 01/09/2015.

Lessa, S. (2004) *Para compreender a ontologia de Lukács*. Disponível em <<http://sergiolessa.com.br/livros.html>>. Acessado em: 07/09/2015.

Lessa, S.; Tonet, I. (2011) *Introdução à Filosofia de Marx*. São Paulo, Expressão Popular 1ª Ed.

Lowy, M. (1975) *Método Dialético e Teoria Política*. Paz e Terra, 4ª ed. São Paulo-SP.

Lowy, M. (1985/2006) *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. Cortez Editora, 17ª edição, São Paulo-SP.

Lowy, M. (2009) *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Cortez Editora, São Paulo-

SP.

Lowy, Michael. (1991) *Marxismo e Teologia da Libertação*. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo. Cortez (coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39).

Lowy, Michael. (1991) *Marxismo e Teologia da Libertação*. Polêmicas do nosso tempo. São Paulo. Cortez (coleção polêmicas do nosso tempo; v. 39).

Lukács, G. (1938/2010) *Marxismo e Teoria da Literatura*. Expressão Popular, São Paulo-SP.

Macedo, L. M. (2006) Violência doméstica contra crianças e adolescentes: sentidos e significados atribuídos por familiares envolvidos com o conselho tutelar. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97646>>.

Martín-Baró, I. & Herrera, M. (1978) Ley y orden en la vida del mesón. ECA 33, 360, 803-828.

Martín-Baró, I. & King, C. (1984g) Informes sobre la población de solicitantes al proyecto "Popotlán" de la FUNDASAL. (inérito).

Martín-Baró, I. & Orellana, V. A. (1984) La necesidad de votar: actitudes del pueblo salvadoreño ante el proceso electoral de 1984. ECA 39, 426-427, 253-264.

Martín-Baró, I. (1963/2015) La teoría del conocimiento del materialismo dialectico. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6, 361-371. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/>.

Martín-Baró, I. (1964/2015) Sufrir y ser. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6, 372-414. Disponível em: <http://www.teocripsi.com/ojs/>.

Martín-Baró, I. (1965) Dios y materialismo dialectico. Manuscrito não publicado.

Martín-Baró, I. (1966a) La muerte como problema filosófico. Estudios Centroamericanos, 21, 212, 7-12.

Martín-Baró, I. (1966b) Miguel A. Sholoyov, Premio Nobel de Literatura. Estudios Centroamericanos, 21, 212, 15-16.

Martín-Baró, I. (1966c) Un extraño remedio para la homosexualidad: su legalización. ECA 21, 213, 54.

Martín-Baró, I. (1966d) Pablo Antonio Cuadra, tierra y luz nicaragüense. ECA 21, 215, 93-95.

Martín-Baró, I. (1966e) La forja de rebeldes. ECA 21, 221, 287-88.

Martín-Baró, I. (1967a) La figura del año. ECA 22,224, 369-70.

Martín-Baró, I. (1967b) Rubén Darío entrevistado. ECA 22, 226, 444-45.

Martín-Baró, I. (1967c) ¿Quién le teme a James Bond?. ECA 22, 227, 511-12.

Martín-Baró, I. (1968a) El pulso del tiempo; guerrilleros y hippies, blow up. ECA 23, 234. 25-26.

Martín-Baró, I. (1968b) El complejo de macho o el "machismo". ECA 23, 235, 38-42.

Martín-Baró, I. (1968c) Propaganda: deseducación social. ECA 23, 243, 367-373.

Martín-Baró, I. (1968d/2015) Los cristianos e la violencia. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6 , 415-456. <http://www.teocripsi.com/ojs/>.

Martín-Baró, I. (1970) Psicología de la caricia. ECA, 25, 264, 496-498.

Martín-Baró, I. (1971a) Problemas actuales en psicopedagogía escolar. ECA 26, 273, 401-413.

Martín-Baró, I. (1971b/2015) Del pensamiento alienado al pensamiento creativo. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6 (2015), 457-486.

Martín-Baró, I. (1972a) Una nueva pedagogía para una universidad nueva. ECA 27, 281-282, 129-145.

Martín-Baró, I. (1972b) Del alcohol a la marihuana. ECA 27, 283, 225-242.

Martín-Baró, I. (1972c) Peluqueros institucionales. ECA 27, 283, 297-301.

Martín-Baró, I. (1972d) Munich 72: el ocaso de una mitología. ECA 27, 288-289, 697-701.

Martín-Baró, I. (1972e) Presupuestos psicosociales de una caracteriología para nuestros países. ECA 27, 290, 763-786.

Martín-Baró, I. (1972f) Del futuro, la técnica y el planeta de los simios. ECA 27, 290, 795-799.

Martín-Baró, I. (1973a) Algunas repercusiones psico-sociales de la densidad demográfica en El Salvador. ECA 28, 293-294, 123-132.

Martín-Baró, I. (1973b) Antipsiquiatría y psicoanálisis. ECA 28, 293-94, 203-206.

Martín-Baró, I. (1973c) Cartas al presidente: reflexiones psicosociales sobre un caso del personalismo político en El Salvador. ECA, 28, 296, 345-57.

Martín-Baró, I. (1973d) Psicología del campesino salvadoreño. ECA 28, 297-298, 476-495.

Martín-Baró, I. (1974a) ¿Quién es pueblo?: reflexiones para una definición del concepto de pueblo. ECA 29, 303-4, 11-20.

Martín-Baró, I. (1974b) De la evasión a la invasión. ABRA (El Salvador), 0, 19-24.

Martín-Baró, I. (1974c) Elementos de conscientización socio-política en los currícula de las universidades. ECA 29, 313-314, 765-783.

Martín-Baró, I. (1975) Cinco tesis sobre la paternidad aplicadas a El Salvador. ECA 30, 319-320, 265-282.

Martín-Baró, I. (1975a) Culpabilidad religiosa en un barrio popular. Monografía de licenciatura em Psicología. UCA de El Salvador (inédito).

Martín-Baró, I. (1975c) El estudiantado y la estructura universitaria. ECA 30, 324-25, 638-51.

Martín-Baró, I. (1975d) El valor psicológico de la represión política mediante la violencia. ECA 30, 326, 742-752.

Martín-Baró, I. (1976a) Los sin vivienda. Alternativa, UCA.

Martín-Baró, I. (1976b) *Problemas de psicología social en América Latina*. San Salvador: UCA editores.

Martín-Baró, I. (1977a) *Psicología, ciencia y conciencia*. San Salvador: UCA editores.

Martín-Baró, I. (1977b) Del cociente intelectual al cociente racial. ECA 32, 345, 485-494.

Martín-Baró, I. (1977c) *Social Attitudes and Group Conflict in El Salvador*. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. Universidade de Chicago (inédito).

Martín-Baró, I. (1978a) Vivienda mínima: obra máxima. ECA 33, 359, 732-33.

Martín-Baró, I. (1979a) Cien años de psicología. ECA 34, 368, 432-433.

Martín-Baró, I. (1979b) *Household Density and Crowding in Lower-Class Salvadorans*. Tese de doutorado em Psicologia Social. Universidade de Chicago (inédito).

Martín-Baró, I. (1979c) *Haciendo la Universidad*. Guatemala: FUPAC.

Martín-Baró, I. (1980a) Monseñor: una voz para un pueblo pisoteado. Em: Sobrino, S.; Martín-Baró, I.; Cardenal, R. (org), *La voz de los sin voz: la palabra viva de Monseñor Oscar Arnulfo Romero*. San Salvador: UCA editores, pp. 13-34.

Martín-Baró, I. (1980b) Fantasmas sobre un gobierno popular en El Salvador. ECA 35, 377-378, 277-290.

Martín-Baró, I. (1980c) Ocupación juvenil: reflexiones psicosociales de un rehén por 24 horas. ECA 35, 379, 463-474.

Martín-Baró, I. (1980d) Desde Cuba y sin amor. ECA 35, 379, 485-486.

Martín-Baró, I. (1980e) La imagen de la mujer en El Salvador artículo (e). ECA 35, 380, 557-568.

Martín-Baró, I. (1980f) A la muerte de Piaget. ECA 35, 383, 869-871.

Martín-Baró, I. (1980g) El papel del psicólogo en un proceso revolucionario. (Inédito). Notas de Martín-Baró preparadas para una Mesa Redonda con o tema "El papel del Psicólogo en la realidad nacional". A mesa foi organizada em 19 de Junho de 1980 pela Sociedade Salvadoreña de Psicología.

Martín-Baró, I. (1980h) Genocidio en El Salvador. San Salvador (inédito).

Martín-Baró, I. (1981a) La guerra civil en El Salvador. ECA 36, 387-388, 17-32.

Martín-Baró, I. (1981b) El liderazgo del Monseñor Romero: un análisis psicosocial. ECA 36, 389, 152-172.

Martín-Baró, I. (1981c) Actitudes en El Salvador ante una solución política a la guerra civil. ECA 36, 390-91, 325-348.

Martín-Baró, I. (1981d) Aspiraciones del pequeño burgués salvadoreño. ECA 36, 394, 773-788.

Martín-Baró, I. (1981e) Las raíces psicosociales de la guerra en El Salvador. (inédito).
Livro não publicado.

Martín-Baró, I. (1981f) La institucionalización de la calumnia. Manuscrito preparado entre 1980-1981 (inédito).

Martín-Baró, I. (1982a) Una juventud sin liderazgo político. Boletín de Psicología de El Salvador 1, 5, 8-10.

Martín-Baró, I. (1982b) El llamado de la extrema derecha. ECA 37, 403-404, 453-466.

Martín-Baró, I. (1982c) Un psicólogo social ante la guerra civil en El Salvador. Revista de la asociación latinoamericana de Psicología social, 2, 91-111.

Martín-Baró, I. (1983a/2012) *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores 12ª edición.

Martín-Baró, I. (1983b) Los rasgos femeninos según la cultura dominante en El Salvador. Boletín de Psicología de El Salvador 2, 8, 3-7.

Martín-Baró, I. (1983c) Polarización social en El Salvador. ECA 38, 412, 129-142.

Martín-Baró, I. (1983d) Los sectores medios ante el plan Reagan: una perspectiva sombría. ECA 38, 415-416 517-522.

Martín-Baró, I. (1983e) Estacazo imperial: abuso y mentira en Granada artículo.
ECA 39, 421-22, 1018-21.

Martín-Baró, I. (1984b) El último discurso de Alvaro Magaña. ECA 39, 428, 425-427.

Martín-Baró, I. (1984c) Guerra y salud mental. ECA 39, 429-30, 503-514. 1990a, pp. 71-88;

Martín-Baró, I. (1984d) El terrorismo del estado norteamericano. ECA 39, 433, 813-816.

Martín-Baró, I. (1984e) La sumisión a la autoridad como valor social en El Salvador. Boletín de Psicología de El Salvador 3, 11, 19-26.

Martín-Baró, I. (1984f) *Psicología social V: Sistema y poder*. San Salvador: UCA Editores.

Martín-Baró, I. (1985a) La desideologización como aporte de la psicología social al desarrollo de la democracia en Latinoamérica. Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO) 8, 3, 3-9.

Martín-Baró, I. (1985b) Valores del universitario salvadoreño de primer ingreso. Boletín de Psicología de El Salvador 4, 15, 5-12.

Martín-Baró, I. (1985c) De la conciencia religiosa a la conciencia política. Boletín de Psicología de El Salvador, 4, 16, 72-82.

Martín-Baró, I. (1985d) El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. Boletín de Psicología de El Salvador 4, 17, 99-112.

Martín-Baró, I. (1985e) La encuesta de opinión pública como instrumento desideologizador. Cuadernos de Psicología (Universidad del Valle, Cali) 7, 1-2, 93-108.

Martín-Baró, I. (1985f) El trabajador social salvadoreño: situación y actitudes. ECA 40, 438, 229-240.

Martín-Baró, I. (1985g) La oferta política de Duarte. ECA 40, 439-440. 345-356.

Martín-Baró, I. (1985h) El hacinamiento residencial: ideologización y verdad de un problema real. Revista de Psicología Social, Universidad Autónoma de Madrid, 1985 (sn), 31-50.

Martín-Baró, I. (1985i) Los niños desplazados en El Salvador: Problemas y tratamiento. Trabalho apresentado na oficina de intercâmbio de experiências sobre o trabalho psicossocial e psicoterapêutico com crianças e a população deslocada, patrocinado por Rädä Barnen, México, Fevereiro de 1985. (inédito)

Martín-Baró, I. (1985j) Conflicto social e ideología científica: De Chile a El Salvador. Trabalho apresentado no Vigésimo Congresso Interamericano de Psicologia, Caracas. (inédito).

Martín-Baró, I. (1985k) Psicología latinoamericana. Editorial. Boletín de Psicología de El Salvador, 4,21,39-41.

Martín-Baró, I. (1985l) Iglesia y revolución en El Salvador. Conferência pronunciada na Midwest Association for Latin American Studies en la Universidad de Columbia, setembro, 20. (inédito).

Martín-Baró, I. (1985m) Un camino hacia la paz en El Salvador. Conferencia apresentada no fórum "Alternativas para la paz", San Salvador, 28 de setembro de 1985. (inédito).

Martín-Baró, I. (1986/2011) Para uma Psicologia da Libertação. In: R. S. L. Guzzo, & Lacerda Júnior. F. (Orgs). Psicologia Social para América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação (2ª ed.). Campinas, SP: Editora Alínea.

Martín-Baró, I. (1986a) La ideología familiar en El Salvador. ECA 41, 450, 291-304.

Martín-Baró, I. (1986b) El pueblo salvadoreño ante el diálogo. ECA 41, 454-455, 755-768.

Martín-Baró, I. (1986c) Socialización política: dos temas críticos. Boletín de Psicología de El Salvador, 19, 5-20.

Martín-Baró, I. (1986d) Hacia una psicología de la liberación. Boletín de Psicología de El Salvador, 5, 22, 219-231.

Martín-Baró, I. (1986e) La ideología de los sectores medios salvadoreños. Revista Mexicana de Psicología, 3, 1, 59-65.

Martín-Baró, I. (1986f) El futuro del mercadeo en El Salvador. Palestra
apresentada em uma mesa redonda por convite da Associação Salvadoreña de Profesionales en Mercadeo no Primer Congreso Nacional de Mercadeo em 15 de março de 1986. (inérito).

Martín-Baró, I. (1987a) Así piensan los salvadoreños urbanos (1986-1987). San Salvador: UCA editores.

Martín-Baró, I. (1987b) Del opio religioso a la fe libertadora. Em: Montero, M. (org) *Psicología política latinoamericana*. Caracas: Panapo, 1987.

Martín-Baró, I. (1987c) El latino indolente: carácter ideológico del fatalismo latinoamericano. *Psicología política latinoamericana*. Ed. Montero, M. Caracas: Panapo, 1987.

Martín-Baró, I. (1987d) Votar en El Salvador: psicología social del desorden político. Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 10, 2, 28-36.

Martín-Baró, I. (1987e) ¿Es machista el salvadoreño?. Boletín de Psicología de El Salvador, 6, 24, 101-122.

Martín-Baró, I. (1987f) El reto popular a la psicología social en América Latina. *Boletín de Psicología de El Salvador* 6, 26, 251-270.

Martín-Baró, I. (1987g) Psicología social desde Centroamérica: Retos y perspectivas. *Revista Costarricense de Psicología*, 5, 71-76.

Martín-Baró, I. (1987h/1996) Procesos psíquicos y poder. Em: Aron, G. A. & Corne S. (Ed.), *Writings for a Liberation Psychology*. Ignacio Martín-Baró. Cambridge: Harvard University Press, 1996, Cap. 3, pp. 47-67.

Martín-Baró, I. (1988a/1990) De la guerra sucia a la guerra psicológica: el caso de El Salvador. *Revista de psicología de El Salvador*, Vol. IX, 35, 109-122. San Salvador.

Martín-Baró, I. (1988b) La familia, puerto y cárcel para la mujer salvadoreña. Conferência apresentada no seminário-oficina "Mujeres en El Salvador: Perspectivas para la acción", organizado pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em coparticipação do Ministério de Panificação e Coordenação do Desenvolvimento Economico e Social, Junho de 1988. (inérito).

Martín-Baró, I. (1988c) La mujer salvadoreña y los medios de comunicación masiva. *Revista de Psicología de El Salvador* 7, 29, 253-266.

Martín-Baró, I. (1988c) La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. *Revista de Psicología de El Salvador*, 7, 28, 123-141.

Martín-Baró, I. (1988d) La violencia en Centroamérica: una visión psicosocial. *Revista Costarricense de Psicología*, Nos. 12 e 13, pág. 21-34.

Martín-Baró, I. (1988e) La Psicología Política Latinoamericana. "Conferência proferida no XII Congresso Colombiano de Psicologia, Barranquilla, 13 de outubro de 1988. (inédito).

Martín-Baró, I. (1988f) El Salvador 1987. ECA 43, 471-472, 21-45.

Martín-Baró, I. (1988g) Opinión preelectoral y sentido del voto en El Salvador. ECA 43, 473-474, 213-223.

Martín-Baró, I. (1988h) Los grupos con historia: un modelo psicosocial Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 11, 1, 3-18.

Martín-Baró, I. (1988i) Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. Trabalho apresentado na conferência da ACISAM, setembro de 12.

Martín-Baró, I. (1988j) Consecuencias psicológicas del terrorismo político. (inédito).

Martín-Baró, I. (1989/2008) *Sistema Grupo y Poder: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores 5ª edición.

Martín-Baró, I. (1989/2011) Desafios e perspectivas da Psicologia Latino-americana. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr. F. [orgs.] *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea 2ª Ed. 199-220.

Martín-Baró, I. (1989a) La opinión pública salvadoreña (1987-1988). San Salvador: UCA editores.

Martín-Baró, I. (1989b) La opinión pública salvadoreña ante los primeros cien días del gobierno de Cristiani. ECA 44, 490-491, 715-726.

Martín-Baró, I. (1989c) Psicología política del trabajo en América Latina. *Revista de Psicología de El Salvador* 8, 31, 5-25.

Martín-Baró, I. (1989d) Los medios de comunicación masiva y la opinión pública en El Salvador de 1979 a 1989. ECA 44, 493-494, 1081-1093.

Martín-Baró, I. (1989e) Review of F.J. Hinkelammert ("La fe de Abraham y el edipo occidental"). Revista Latinoamericana de Teología 6, 17, 241-43.

Martín-Baró, I. (1989f) Sistema, grupo y poder: psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: UCA editores.

Martín-Baró, I. (1989g) Asking Questions in El Salvador: As Gangerous as Expressing Them Brinton Lykes, Links 6, 2, 10.

Martín-Baró, I. (1989h) Encuestas pre-electorales en El Salvador. ECA 44, 485, 229-232.

Martín-Baró, I. (1989j) La institucionalización de la guerra. Revista de Psicología de El Salvador 8, 33, 223-45.

Martín-Baró, I. (1989k) The Psychologic Consequences of Political Terrorism. Conferência apresentada no simpósio realizado pelo Comitê para direitos à saúde da América Central (CHICRA), Berkley, 17 de Janeiro.

Martín-Baró, I. (1989l) Retos y perspectivas de la psicología latinoamericana. Conferência apresentada na Universidad de Guadalajara, México, 24 de Maio de 1989. (inérito)

Martín-Baró, I. (1989m) Sólo Dios salva. Sentido político de la conversión religiosa. Revista chilena de Psicología 10, 1, 13-20.

Martín-Baró, I. (1989n) Iglesia y revolución en El Salvador. Boletín de la Asociación Venezolana de Psicología Social (AVEPSO), 12, 27-39.

Martín-Baró, I. (1989o) Martín-Baró: Entrevista. *Revista Chilena de Psicología*, 10 (2).

Martín-Baró, I. (1989p/1991) El método en Psicología política. Em: Montero, M. (Org.), *Acción y discurso: Problemas de psicología política en América Latina* (pp. 39-56). Caracas: EDUVEN.

Martín-Baró, I.; Iraheta, V.; Lemus de Vides, A. (1982) ¿Escuela o prisión? La organización social de un centro de orientación en El Salvador. *ECA* 37, 401, 179-92.

Marx, K. & Engels, F. (1846/2002) *A ideologia alemã*. Martins Fontes. São Paulo.

Marx, K. & Engels, F. (1848) Manifesto do partido comunista. In: Netto, J.P. [org.] *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, pp.183-216.

Marx, K. (1844/1993) *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1993.

Marx, K. (1844/2012) Manuscritos Econômicos Filosóficos. IN: Paulo Netto, J. [org.] *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp.92-121.

Marx, K. (1846/2012) Miséria da Filosofia. In: Paulo Netto, J.P. [org.] *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 133-160.

Marx, K. (1847/2012) Miséria da Filosofia. In: Paulo Netto, J. [org.] *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 133-160.

Marx, K. (1852/1997). O 18 de Brumário IN: Marx, K. *O 18 de Brumário e Cartas a Kugelman*. São Paulo, Paz e Terra, 6ª Ed. pp.15-159.

Massimi, M.; Campos, R. H. de F. & Brožek, J. (1996). Historiografia da psicologia: Métodos. Em R. H. de F. Campos (Org.). *História da psicologia* (Coletâneas da ANPEPP, n. 15, pp. 29-56). Rio de Janeiro: ANPEPP.

Mendonça, G. S. (2014) *As influencias do marxismo na Psicologia Social de Ignácio Martín-Baró: um estudo do livro Acción e Ideología*. Trabalho e conclusão de curso.

Mendonça, G. S. e Lacerda Jr., F (2014) A psicologia da libertação e as questões habitacionais: Crítica, história e constituição. Relatório de iniciação científica.

Mendonça, G. S. e Lacerda Jr., F. (2015) A psicologia da libertação e as questões habitacionais: história e constituição. *Teoría y Crítica de la Psicología* 6 (2015), 102-121.

Montaño, C. (2012) Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serv. Soc. Soc*, São Paulo, n.110, p.270-287.

Montero, M. (1990) Ideology and Psychosocial Research in Third World Context. In: *Journal of Social Issues*, Vol.46 (3), pp.43-55.

Montero, M. (2008) *Introducción a la psicología comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. 1ªed. 3ªreimp. Buenos Aires: Paidós, 2008.

Montero, M. (2015) De la otredad a la praxis liberadora: la construcción de métodos para la conciencia. In: *Estud. psicol.* (Campinas) vol.32 no.1 Campinas.

Montes, S. (1986) El Salvador: La tierra, epicentro de la crisis. UCA, San Salvador.

Montes, S. (1989) Clases e Movimientos Sociales em El Salvador: caracterización, desarrollo e intervención. In: *Realidad Económico Social*, pp. 305-331.

Montgomery, Tommie Sue. & Wade, Christine. (2006) *A Revolução Salvadorenha: da revolução à reforma*. São Paulo: Editora UNESP.

Moreira, A. P. G. (2010) Situação-limite na educação infantil: contradições e possibilidades de intervenção. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. Disponível em: <
http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=645&PHPSESSID=5533e1493

662b042a1c9d5a14511312b>.

Moreira, A. P. G. (2015) Situação-limite e potência de ação: atuação preventiva crítica em psicologia escolar. Tese de doutorado. Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. Disponível em: <<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/bitstream/tede/472/1/ANA%20PAULA%20GOMES%20MOREIRA.pdf>>.

Motta, L. E. (2014) *A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista*. Ed. Gramma, Rio de Janeiro-RJ.

Oliveira, L.B., Guzzo, R. S. L., Tizzei, R.P. & Silva Neto, W. (2014). Vida e a Obra de Ignacio Martín-Baró e o Paradigma da Libertação. *Revista Latinoamericana de Psicología Social Ignacio Martín-Baró*, 3(1), 205-230.

Parker, I. (1999) Critical Psychology: critical links. *Annual Review of Critical Psychology Copyright Discourse Unit Vol. 1*, pp. 3-18 (ISSN: 1464-0538).

Parker, I. (2009) 'Psicología crítica: ¿Qué es y qué no es?' ['Critical psychology: What it is and what it is not'], *Revista Venezolana de Psicología Clínica Comunitaria*, 8, pp. 139-159. [Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, ISSN: 1316-886X] [SPANISH].

Parker, I. (2014) *Revolução na Psicologia*. Editora Alínea, Campinas-SP.

Paulo Netto, J. (1985) *O que é marxismo*. Ed: Brasiliense, São Paulo- SP.

Paulo Netto, J. (2011) *Introdução ao estudo do método em Marx*. Expressão Popular. São Paulo-SP.

Pereira, T. S. A. (2013) Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva histórica. Dissertação de mestrado (Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo, Faculdade de Psicologia. Disponível em: <
http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=16208>.

Resende, A. C. A. (2001) Subjetividade em Tempos de Reificação: um Tema para a Psicologia Social. IN: ESTUDOS: Vida e Saúde. v. 28, n. 4, p. 511 – 538. Jul. Ago.

Ribeiro, M. E. (2013) Psicologia No Sistema Único De Assistência Social: Reflexões Críticas Sobre Ações e Dilemas Profissionais. Dissertação de mestrado. Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas. Disponível em: <
http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=862>

Sandoval, S.; Amaral; B; Ansara, S. (2014) Considerações sobre a história da Psicologia Política. IN: Sandoval, S; Hur, D. H; Amaral, A. *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas: Alínea, Ed. P.13-24.

Senra, C.M.G (2009). Psicólogos sociais em uma instituição pública de Assistência Social: analisando estratégias de enfrentamento. Tese de Doutorado. Centro de Ciências da Vida. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 251p.

Shultz & Shultz (2009) *História da Psicologia Moderna*. Ed Cultrix. São Paulo.

Sobrino, J. (1990) *Os seis jesuítas mártires de El Salvador*. São Paulo: Loyola.

Sofiati, F. M. (2009) Tendências Católicas: perspectiva do Cristianismo da Libertação. In: *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.14, n.26, p.121-140.

Sofiati, F. M. (2013) O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 25, n. 1 pp. 215-234

Taffarello, I. M. S. (2015) A construção de fortalecimento comunitário e a participação política nos CRAS do município de Várzea Paulista. Dissertação de mestrado. Escola

de Artes, Ciências e Humanidades. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-26062015-125158/en.php>>.

Teo, T. (2012) Critical Psychology. In: Rieber, R. W. Encyclopedia of the History of Psychological Theories. Ed. SpringerReference disponível em: <<http://www.springerreference.com/index/chapterdbid/328891>>

Tonet (2013) *Método Científico: uma abordagem ontológica*. Ed. Instituto Lukács. São Paulo-SP.

Tristán, E. R. & Álvarez, A. M. (2008) El FMLN y la lucha revolucionaria salvadoreña Estado de la cuestión. *Estudios Centroamericanos* (ECA) v. 63 nº117. pp. 441-444.

Whitfield, T. (1998) *Pagando el precio: Ignacio Ellacuría y el asesinato de los jesuitas en El Salvador*. San Salvador, El Salvador: UCA Editores.

Wolff, E. A. (2011) Uma Psicologia para a América Latina. In: Guzzo, R. S. L.; Lacerda Jr. F. [orgs.] *Psicologia Social para América Latina: O resgate da Psicologia da Libertação*. Campinas, SP: Alínea 2ª Ed. 101-120.

Yamamoto, O. H. (1987) *A crise e as alternativas da Psicologia*. Edicon, São Paulo – SP.

Yamamoto, O. H. (1994). *Marx e o método*. São Paulo: Editora Moraes.